



UnB

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS MULTIDISCIPLINARES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

LAÍS DA SILVA AVELAR

**“O ‘PACTO PELA VIDA’, AQUI, É O PACTO PELA MORTE!”: O
CONTROLE RACIALIZADO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE
SEGURANÇA PELAS NARRATIVAS DOS JOVENS DO GRANDE
NORDESTE DE AMARALINA.**

**Brasília (DF)
2016**

LAÍS DA SILVA AVELAR

**“O ‘PACTO PELA VIDA’, AQUI, É O PACTO PELA MORTE!”: O
CONTROLE RACIALIZADO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE
SEGURANÇA PELAS NARRATIVAS DOS JOVENS DO GRANDE
NORDESTE DE AMARALINA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Orientador: Menelick de Carvalho Netto

Coorientador: Evandro Charles Piza Duarte

**Brasília (DF)
2016**

LAÍS DA SILVA AVELAR

“O ‘PACTO PELA VIDA’, AQUI, É O PACTO PELA MORTE!”: O CONTROLE RACIALIZADO DAS BASES COMUNITÁRIAS DE SEGURANÇA PELAS NARRATIVAS DOS JOVENS DO GRANDE NORDESTE DE AMARALINA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direitos Humanos e Cidadania.

Linha de Pesquisa: História, Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania.

Orientador: Menelick de Carvalho Netto

Coorientador: Evandro Charles Piza Duarte

Banca Examinadora

Prof. Dr. Menelick de Carvalho Netto (orientador)

Prof. Dr. Evandro Charles Piza Duarte (coorientador)

Prof. Dra. Professora Ana Luiza Pinheiro Flauzina

Prof. Dr. Professor Wellington Lourenço de Almeida

Prof. Dra. Vanessa Maria de Castro

Brasília, ____ de _____ de 2016.

Ao Grande Nordeste de Amaralina e aos grandes que, por ele, conheci.

Nascer cidade e tornar-se lentamente metrópole e, em seguida necrópole (...) seria o destino final da evolução das grandes cidades europeias e norte-americanas. Podemos dizer que no Terceiro Mundo, as cidades destinadas a ser grandes crescem rapidamente; e rapidamente se transformam em necrópoles, se já não nasceram assim. (Milton Santos).

AGRADECIMENTOS

À minha casa, meu zungu. Lá onde, aos domingos, aquilombada junto aos meus, converso sobre os caminhos, sambo para aliviar o peito e para alegrar a alma. Meu pai, minha mãe, Luanda, Pablo, Mari, Deco e Lu - e minhas outras irmãs e irmãos que por lá sempre passam – obrigado por nestes domingos me ensinar, pelo amor, a ser mais forte, a persistir.

Ao Marujo que me deu a mão. Alisson, obrigada por todos os abraços que me reergueram nos vários momentos de angústia e incertezas surgidos durante este caminhar do mestrado. “Como um velho marinheiro”, você me ensinou que “durante o nevoeiro se leva o barco devagar”.

Aos amigos e amigas que sempre estão presentes. Aqui, preciso destacar os baianos unidos por Brasília: Raquel, Bruna e Rogério. Com vocês aprendi como, às vezes, se aproximar fica mais fácil se formos para longe. Aos três confesso que nosso encontro parecia tão certo que, pra mim, se tratou de reconhecimento.

Às meninas que o mestrado colocou no meu caminho. Olívia, Nélia e Bia, com a companhia de vocês o cerrado foi mais doce e menos seco. Trago-as no peito, ao lado dos ipês.

Aos professores de vida e de militância por toda dedicação. Maurício Araújo, Selma Cristina, Ivana Freitas e Samuel Vida, eu e este texto somos forjados por suas palavras e lições.

Aos meus orientadores. Professor Evandro, obrigada pela confiança que me encorajou a seguir meus próprios caminhos. Professor Menelick, sua prontidão em sempre ajudar foi prova de carinho e sabedoria.

Ao Programa Direito e Relações Raciais (PDRR-UFBA) e seus membros que me acolheram quando há pouco mais de um ano acabava de voltar para Salvador. Lugar de formação negra, recanto de rebeldia e resistência. Retornar, através deste espaço preto, à Faculdade de Direito da UFBA, por onde passei cinco anos, foi como uma insurreição.

Por fim, aos meus parceiros de campo, meus entrevistados – foi contrariada que os mantive anônimos – e ao Grande Nordeste de Amaralina. Cercada por seu povo preto, suas ruas e ladeiras ampliei os mapas de minha cidade e de mim.

RESUMO

As Bases Comunitárias de Segurança são estruturas que desde 2011, a partir da implementação de um novo plano de segurança no estado da Bahia – o Pacto pela Vida – foram espacializadas pelo território baiano. Na capital do estado, estas Bases, atualmente, chegam ao número total de onze unidades, todas instaladas, não coincidentemente, em territórios negros e segregados da cidade. O Grande Nordeste de Amaralina é um destes. Percebendo como o racismo institucional escancara-se desde a escolha dos locais que devem abrigar estas estruturas policiais, busquei compreender neste trabalho a repercussão das três Bases instaladas desde 2011 no Grande Nordeste de Amaralina, especialmente para a juventude negra daquela região. Para isto foi imprescindível ir ao campo. A experiência vivenciada naquele território negro, principalmente as narrativas e relatos colhidos das conversas formais e não formais, aliada ao suporte de teorias como a Necropolítica, demonstra como o racismo, presente desde a escolha do território, permanece como orientador da práxis policial cotidiana da dita polícia comunitária.

PALAVRAS-CHAVE: Bases Comunitárias de Segurança – Grande Nordeste de Amaralina – Raça – Espaço Urbano – Controle territorial.

ABSTRACT

The Community Security Bases are structures that since 2011, since the implementation of a new security plan in the state of Bahia - the Pact for Life - have been spatialized throughout the territory of Bahia. In the capital of the state, these Bases currently number 11 units, all of them, not coincidentally, in black and segregated territories of the city. The Great Northeast of Amaralina is one of these. Realizing how institutional racism has spread since the choice of places that should house these police structures, I sought to understand in this work the repercussion of the three Bases installed since 2011 in the Great Northeast of Amaralina, especially for the black youth of that region. For this it was imperative to go to the field. The experience lived in that black territory, especially the narratives and reports collected from the formal and non-formal conversations, allied to the support of theories such as Necropolítica, shows how racism, present since the choice of territory, remains as guideline of the daily police praxis of the said territory Community policing.

KEYWORDS: Community Bases of Security - Great Northeast of Amaralina - Race - Urban Space - Territorial control

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP: Área Integrada de Segurança Pública

BA: Bahia

BCS/BCSs: Base Comunitária de Segurança/Bases Comunitárias de Segurança

CVLI/CVP: Crime Violento Letal Intencional/Crime Violento Contra o Patrimônio

GNA: Grande Nordeste de Amaralina

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IMLNR: Instituto Médico Legal Nina Rodrigues

PM/BA: Polícia Militar do Estado da Bahia

PPV: Programa Pacto pela Vida

RISP: Região Integrada de Segurança Pública

RONDESP: Rondas Especiais da Polícia Militar do Estado da Bahia

RNA: Região do Nordeste de Amaralina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. ESTOU FALANDO DE RAÇA: UMA ESCOLHA EPISTEMOLÓGICA.....	18
2.1. Antes tudo, é preciso falar de certo silêncio acadêmico: breves palavras sobre a impossibilidade de um urbanismo sem cor.....	18
2.2. Territorialização e repressão: a cidade de Salvador como arquétipo da Cidade Negra.....	21
2.3. A resistência de um território ou um território de resistência: o território negro do Grande Nordeste de Amaralina (GNA).....	33
3. “DE COMUNITÁRIA ESSA POLÍCIA NÃO TEM NADA!”: AS BCSs DO GRANDE NORDESTE DE AMARALINA E O DIÁRIO DE UM CAMPO VIVIDO.....	47
3.1. As políticas de segurança pública em Salvador e o PPV: a permanência do “atucaimento” pelo Estado.....	48
3.1.1. O combate à criminalidade, a instituição da defesa social, o fortalecimento das ações repressivas e o silenciamento sobre a morte negra: as “interdições” discursivas do PPV.....	54
3.2. “A base comunitária é o próprio Leviatã”: os dados do PPV e as três BCSs do Grande Nordeste de Amaralina	58
3.3. Diário de um campo vivido: o GNA, suas ladeiras e histórias.....	65
3.3.1. A Primeira visita ao Grande Nordeste de Amaralina.....	66
3.3.2. Conhecendo o <i>Coletivo de Jovens</i> e as surpresas do campo.....	74
3.3.3. A aproximação com o <i>Coletivo</i> e a participação em um debate de afirmação.....	79
3.3.4. A banda da resistência e a policialização do cotidiano.....	81
3.3.5. O “dia depois” do dia 01/12/2015 e o GNA pelos olhos de um companheiro de campo.....	85
3.3.6. O convite do <i>Coletivo</i> para confraternizar e a sensação de um campo vivido.....	96
4. FALA, JOVEM NEGRO!: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS A PARTIR DO DISPOSITIVO DE RACIALIDADE/BIPODER E DA NECROPOLÍTICA.....	98
4.1. Sobre método e sujeitos: o “fazer fazendo” e quem soltou a voz.....	99
4.2. Entre o biopoder e a necropolítica: limites e possibilidades do dispositivo de racialidade/biopoder como instrumento para compreensão do contexto de cá.....	104
4.3. “O ‘Pacto pela Vida’ aqui, é o pacto pela morte”: o campo e a demanda por uma leitura da violência estatal a partir da necropolítica.....	114

4.3.1. A implantação das BCSs e a colonização do GNA: a chegada colonialista e o cotidiano à margem da lei.....	116
4.3.2. As narrativas de violência e a policialização da vida: registros da desumanização dos corpos negros no Grande Nordeste de Amaralina.....	122
4.3.3. A negação do lazer como a negação da cidadania: o “Ofício” e a “estratégia de recuo no dia de festa”.....	125
4.3.4. “Que não teme a luta, que não teme a morte”: as formas de o Grande Nordeste resistir.....	131
5. CONCLUINDO.....	136
REFERÊNCIAS.....	139
ANEXO.....	150

1. INTRODUÇÃO

Começar é dizer: negra e de Salvador. Cor e espaço são por onde começo e por onde melhor me defino. Aliás, começar por cor e espaço talvez seja a melhor forma de, em um só tempo, não só definir esta autora, mas também este trabalho. Assim, peço licença para, primeiro, me contar, pois me contando teço as ruas e caminhos que me trouxeram até aqui e que, assim, justificam tudo isso.

Se a cor enuncia os lócus na cidade, sempre estive fora deste lugar enunciado e reservado “aos meus”. Filha de um preto, que junto a outro irmão foram os únicos de oito que tiveram o “privilégio” de um diploma universitário, o meu espaço foi marcado pela branquitude - escola particular, condomínio fechado, graduação na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, amigos predominantemente brancos. Contudo, bem diferente dos argumentos pautados na meritocracia, este relato é marcado pela exceção.

“A mais baixinha” nunca foi a grande marca que me diferenciava em relação à minha volta. Naqueles espaços a minha pele sobressaía como estampa única ou bastante rara. Lembrar do colégio pelo qual passei boa parte da minha vida escolar, por exemplo, é denunciar esta exceção que foi reconhecida desde cedo.

Nem tão cedo assim, entretanto, foi o reconhecimento de como as imposições de embranquecimento, vivenciados naqueles locais, apontavam para como a minha pele nunca deixou de ser lida. Ou melhor, a minha posição social não me blindou do racismo. Essa compreensão veio com um pouco mais de tempo.

Com um pouco mais de tempo, também, o meu olhar revelou que aquele “desencaixe” sentido desde o espaço escolar era muito maior. A distância e as diferenças entre o meu bairro e o bairro onde viviam meus primos, filhos dos outros seis irmãos de meu pai, foram os primeiros sinais de que o “desencaixe” não era só de colégio mas era de “lugar na cidade”. A angústia de levar, no domingo de noite, dois primos que costumavam passar o final de semana lá em casa tinha algo a mais do que o incômodo da despedida. Os meus olhos, que acompanhavam como a paisagem mudava ao se afastar da minha casa e chegar à casa deles, com o tempo, passaram a notar que mudar, para além dos conjuntos residenciais populares – bem

diferente das residências do meu condomínio –, tinha a ver, também, com a forte presença de negros e negras circulantes por aquele cenário.

Foi assim que, mais uma vez, olhar para espaço e cor me fez entender que o desencaixe era maior: como negra era exceção no espaço da cidade que vivia. Meus primos e primas, pela cor, carregavam o sortilégio de morar “nas bocadas”, tratados pela polícia e pelos jornais como espaços de “não-gente”. Meus primos do Cabula, Mussurunga, Barros Reis, Praia Grande e Ilha Amarela, para além de assentados nos “lugares naturais” dos negros na cidade, escancaravam para mim a exceção que sempre fui no bairro e condomínio que vivi e vivo.

A angústia dos domingos, com o tempo, foi sendo relida, interpretada. Sem diminuí-la, consegui nomeá-la: a distância no mapa da cidade, entre eu e meus primos, sempre teve o nome de racismo. Este que, como sistema, não só hierarquiza socialmente, mas afasta, segrega espacialmente, cria “lugares de pretos” e é, ainda, o justificador do genocídio assumido institucionalmente pelas sucessivas políticas de segurança que se direcionam preferencialmente àqueles mesmos lugares.

Diante disso, ser negra e caminhar pela minha cidade percebendo onde “meus iguais” estavam (e estão), configura, de fato, a grande motivação deste trabalho. É esta a (minha) história que me trouxe até aqui.

Reconheço que aquele “desencaixe” entre minha cor e o meu lugar gerou uma marca de “negra privilegiada” que me acompanhou durante muito tempo, como se isso fizesse de mim “menos negra”, deslegitimada pra falar sobre as questões da negritude. Disso me emancipo. O tempo me fez perceber como as somatórias de exceção que sou, ao mesmo tempo, que me afastam espacialmente dos meus, revelam como tudo isso foi por um triz. Apenas por um deslize no pacto social firmado e racialmente estruturado, cá estou. Aliás, acidentalmente “incluída”, como bem me ensinou Sueli Carneiro, forjo a exceção que serve apenas para confirmar a regra.

É assim que desemboco em um mestrado para falar de cidade, raça¹, política de segurança pública e controle. Assentada em autores e autoras que refletem

¹ Apesar de ter forte confiança de que os leitores ao ler raça compreendem o que quero dizer, prefiro deixar registro escrito de que a opção pelo uso desta categoria, neste trabalho, ao mesmo tempo em que está longe das teorizações biológicas, tem tudo a ver com a posição política de afirmar uma

sobre a violência urbana e revelam a centralidade da raça como categoria analítica para pensar as questões que atravessam esta temática – a padronização espacial urbana da cidade, a estigmatização da negritude como uma estigmatização que marca também os espaços que são negros, a governança mórbida que orienta as sucessivas políticas de segurança pública direcionadas para estes espaços – proponho analisar a repercussão das Bases Comunitárias de Segurança implantadas no Grande Nordeste de Amaralina², especialmente no que diz respeito às suas implicações para a juventude negra que vive ali.

Revelar como estas Bases, naquele território negro, diferente do discurso do Plano de segurança que as sustenta – o Pacto Pela Viva (PPV) - estão significando mais controle, produção de uma sociabilidade baseada no medo e de mortes sociais para além das inúmeras mortes físicas, será importante para desvelar o racismo institucional que estrutura o atual plano de segurança baiano. Para isso, entretanto, foi necessário ir ao campo³. Além da observação cotidiana do GNA – anotada no “diário de um campo vivido” - que me permitiu perceber como aquelas três estruturas exercem uma “gestão das miudezas” - cotidiana e exercida sob o “vai e vem” -, foi preciso ouvir os jovens negros moradores da região. Inseridos no perfil das principais vítimas do genocídio executado pelo estado brasileiro, ouvi-los foi essencial para entender como eles percebem o controle, como a relação destes com a base é traduzida por narrativas de violência e como é, preferencialmente, negando os espaços de sociabilidade em bairros como os do GNA que a polícia continua inviabilizando o lugar de cidadãos aos negros.

categoria que, inexistente biologicamente, é socialmente devastadora. Corroborando com o exposto, Antônio Sérgio Guimarães crava: “[...] é justamente a partir daí que aparecem as necessidades de teorizar as ‘raças’ como o que elas são, ou seja, construtos sociais, formas de identidade baseadas numa ideia biológica errônea, mas eficaz socialmente, para construir, manter e reproduzir diferenças e privilégios. Se as raças não existem num sentido estritamente realista de ciência, ou seja, se não são um fato do mundo físico, são, contudo, plenamente existentes no mundo social, produtos de formas de classificar e de identificar que orientam as ações dos seres humanos.” (GUIMARÃES, 1999, p.153).

² O Grande Nordeste de Amaralina é formado pelos bairros do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho.

³ O campo foi recortado por muitas contingências. Além de momentos de recuos para a pesquisa de fontes teóricas mais apropriadas ao que surgia dele, as ocorrências de operações policiais no GNA, como a acontecida no início de dezembro de 2015 – detalharei mais a frente este momento vivido durante o campo -, muitas vezes demandaram um recuo temporário obrigatório.

O porta-voz desta juventude neste trabalho foi, então, um coletivo de jovens do GNA⁴ que me acolheu durante os dez meses que estive em campo. Acompanhando este nas suas atividades pelo Grande Nordeste, especialmente pelas escolas públicas da região, conheci diretoras de colégio, lideranças comunitárias, outros jovens e moradores. Foi por meio do *Coletivo*, inclusive, que me aproximei de uma das pessoas-chave deste trabalho, morador da Santa Cruz, que me acompanhou em algumas visitas ao GNA e que por meio de seus depoimentos construiu junto comigo muitas linhas deste trabalho.

Para a coleta de informações optei pelas entrevistas semiestruturadas. Além dos três jovens do *Coletivo* - escolhidos por terem sido aqueles que coordenaram as atividades em que estive presente e, por conseguinte, terem sido aqueles dos quais mais me aproximei -, o “companheiro de campo” da Santa Cruz também foi um dos sujeitos entrevistados. Seguindo um roteiro de entrevista semiestruturada deixei esta etapa para o momento final do campo quando os dois lados já se sentiam mais preparados. Todas as quatro entrevistas foram feitas de forma individualizada e no próprio espaço do GNA.

Foi incrível como o campo “gritou” a teoria. Falando de um “pacto de morte”, de uma polícia truculenta, do medo em ir e vir pelas ruas do GNA, os sujeitos empíricos revelaram os sujeitos teóricos deste trabalho. A amarração entre o diário, que me acompanhou ao longo de todo o campo, as falas-chave das entrevistas cedidas e a teoria, construiu este texto que, conforme registro abaixo, está estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, partindo da necessidade de compreender a segregação urbana como dimensão da violência racial, delimito raça como um conceito norteador para pensar os padrões de espacialidades expressos em cidades como Salvador. Assim, rechaçando o silêncio sobre esta categoria reproduzido por diversos estudos do grande campo da sociologia urbana, revelo os interlocutores que enfrentaram este silenciamento e me auxiliaram durante todo o caminhar. Partindo de raça, faço um raso mergulho histórico para contextualizar Salvador como uma “cidade negra atlântica”. Desta discussão histórica emergiram conceitos, como a territorialização e as resistências negras, os quais abriram os caminhos

⁴ Por uma questão de segurança este Coletivo não será identificado. Durante o trabalho me refiro a este como *Coletivo de Jovens*.

necessários para o último tópico do capítulo no qual apresento o negro e resistente GNA.

Nas discussões travadas neste primeiro capítulo converso com autores das diversas áreas das ciências humanas – geógrafos, historiadores, sociólogos, antropólogos, criminólogos - que, em comum, traçam suas reflexões orientados pela raça. A partir desta perspectiva transdisciplinar, uso como aportes teóricos autores como, Antônia Garcia, Sidney Chalhou, Evandro Piza Duarte, João Vargas entre outras referências dos estudos das relações raciais.

Início o segundo capítulo fazendo uma retrospectiva das políticas de segurança pública do estado da Bahia. Tomando o ano de 1990 como referência e chegando até 2011, ano de implementação do PPV, esta retrospectiva sinalizará como o plano atual está inserido na mesma lógica de morte e de criminalização racial das políticas anteriores. Passando pelas interdições discursivas do PPV rumo, em seguida, para a apresentação das três Bases Comunitárias de Segurança instaladas no GNA, que são decorrentes do Pacto e surgem ainda no mesmo ano de assinatura deste. Por fim, abro o meu diário de campo para, a partir do relato de algumas visitas ao Grande Nordeste, narrar a experiência vivida naquele território “basificado”. Apesar de grande parte do capítulo estar assentada em dados oficiais relativos ao Pacto Pela Vida e suas Bases Comunitárias de Segurança, trabalhos como o da socióloga baiana Vilma Reis e do jurista Felipe Freitas foram essenciais para o embasamento e reforço das ideias trazidas nesta etapa do trabalho.

Apesar de desde o primeiro capítulo já trazer falas-chave das entrevistas colhidas em campo, é no terceiro que faço isto de uma forma mais aprofundada. Em um cotejo entre a teoria e os depoimentos dos entrevistados, neste último capítulo, apresento as práticas de controle territorializadas pelas três Bases que miram, sobretudo, os corpos dos “jovens-homens-negros”. Baseada nestes relatos de truculência, desumanização e medo é que afirmo a potencialidade da teoria da necropolítica como chave de leitura para realidades que convivem no seu interior com intervenções estatais mortificadoras, como a do Grande Nordeste de Amaralina. Neste capítulo alguns autores terão destaque. Começo pela intelectual Sueli Carneiro, que a partir de uma releitura foucaultiana me ofertará o importante conceito de “dispositivo de racialidade/biopoder”. Contudo, a realidade do campo me

exigirá uma ampliação dos aportes teóricos. Assim é que chego à necropolítica de Mbembe, que será desenvolvida, a todo tempo, a partir de diálogos com outros autores como Ana Flauzina, Jaime Amparo Alves e o já citado João Vargas.

Diante do exposto, este trabalho se configura como uma pesquisa jurídica-sociológica, exploratória, do tipo qualitativa e de base essencialmente empírica. Nela, contudo, a clássica divisão positivista entre sujeito e objeto não é endossada. Os jovens e os contatos do campo são sujeitos que desenharam todo o traçado deste trabalho. Suas falas e depoimentos não são ilustrações. São eles os produtores de cada linha, a começar pelo próprio título nascido de uma fala dita durante o depoimento de um destes sujeitos. Ademais, o meu lugar de pesquisadora sempre esteve atravessado por nenhuma neutralidade. Conforme o relato feito nas primeiras linhas desta introdução, desde a escolha do tema, carrego (na pele) profundas imbricações com toda esta pesquisa, ou seja, há, aqui, um confesso desejo interessado (SPIVAK, 2010).

Por fim, proponho com este trabalho refletir como as Bases Comunitárias de Segurança implantadas no GNA servem como evidências de como os “pactos de segurança” são construções políticas conscientes e essenciais para a manutenção do pacto social e do regime de cidadania racializados.

2. ESTOU FALANDO DE RAÇA: UMA ESCOLHA EPISTEMOLÓGICA

2.1 Antes de tudo, é preciso falar de certo silêncio acadêmico: breves palavras sobre a impossibilidade de um urbanismo sem cor

Ao longo deste trabalho a escrita será interrompida por alguns silêncios. Ou melhor, a escrita interromperá silêncios. Silêncios construídos para “não se falar de”, para “não se dizer que”. Emudecimentos que, acima de tudo, são essenciais para a manutenção das assimetrias raciais no país do “paraíso das raças”.

A cartilha da dominação é jogada sem pronunciar a ideologia que fundamenta a hierarquização. Esta na verdade é a regra principal da cartilha: jogar o jogo sem dizer os critérios. Ou seja, não enunciar o racismo que orienta os discursos e as práticas da complexa dinâmica racial brasileira, evitando, assim, a tão temida mobilização política pela raça (FLAUZINA, 2006).

Diferente da prática onde uma cor evidente demarca os aliados dos acessos – educacionais, de saúde, emprego, espacial e etc. – o discurso teoriza sobre uma desigualdade social genérica herdada como um infortúnio histórico. Assim, os aliados são chamados de “pobres”⁵ e a história, que é concatenada de forma a insinuar racionalidade e lógicas próprias, é usada para esconder o caráter deliberativo e consciente dos processos políticos, sobretudo estatais, que garantem, no presente, a dominação racial.

⁵ João Vargas de maneira bem didática propõe reflexões que evidenciam como raça, pobreza e espaço urbano – e as percepções sobre estas – estão conectadas de forma a evidenciar que para além da espacialização da raça, há uma racialização do espaço urbano: “Tais proposições são as seguintes: primeiro, a pobreza está conectada à raça e, mantendo-se outras variáveis sociais constantes (tais como educação, experiência profissional e idade), negras/os têm sistematicamente renda menor e menos patrimônio que brancos (GONZALEZ e HASENBALG, 1982). Segundo, a pobreza está relacionada ao espaço urbano – as áreas habitadas pelos pobres são aquelas onde os serviços básicos (tais como transporte, esgoto e água corrente) assim como a presença de bens de consumo duráveis (como geladeiras e fogões) estão em falta ou presentes em menor número e/ou são de pior qualidade do que aqueles existentes nos bairros de classe média e classe média-alta (Henriques, 2001). Terceiro, os padrões de ocupação do espaço urbano são influenciados por raça na mesma medida em que as áreas para as quais os pobres são relegados são desproporcionalmente ocupadas por negras/os (...). E, quarto, noções de espaço urbano influenciam entendimentos sobre raça na medida em que se espera que áreas urbanas distintas do ponto de vista de renda e classe social correspondam a grupos raciais diferentes. Daí a percepção comum no Brasil de que, se uma pessoa é moradora de favela, ele ou ela deve ser não-branco/a.” (VARGAS, 2005, p.102).

Parido da ideologia da democracia racial o silenciamento sobre raça tem sua raiz em discursos como o da mestiçagem (CARNEIRO, 2005; MUNANGA, 2006). “Nem pretos e nem brancos e, sim, mestiços ou brasileiros” serviu como uma fórmula de sucesso para uma cegueira racial diante das diversas formas de violência que miram os corpos negros. É assim que, a democracia racial para além de uma “falsa consciência” “é um conjunto de valores que tem efeitos concretos nas práticas dos indivíduos” (GUIMARÃES, 2006, p.1), na vida vivida nos corredores dos hospitais públicos, dos shoppings, nas imagens da tevê, na segregação urbana e na determinação das políticas, sobretudo de segurança, que se instalarão em determinadas localidades da cidade. É neste sentido, de forma sucinta e precisa, que Sueli Carneiro dirá:

No caso brasileiro, o discurso que molda as relações raciais é o mito da democracia racial. Sua construção e permanência até os dias atuais evidencia, por si, sua função estratégica, sobretudo como apaziguador das tensões étnico-raciais. (CARNEIRO, 2005, p.62).

Daí que, neste primeiro momento, acho importante enfrentar um destes silenciamentos. Raça, invisibilizada e tratada de forma residual nas mais diversas explicações sociológicas brasileiras, não será encarada de maneira diferente no conjunto de estudos da sociologia urbana. “Herdeiros do materialismo histórico dialético” estes estudos fazem uma abordagem da realidade desigual do país a partir da categoria classe e de conceitos derivados – desigualdade social, pobreza, apartheid social – e “invisibilizam ou mascaram a contradição racial presente nas sociedades multirraciais”, como a brasileira (CARNEIRO, 2005, p.30). Este silenciamento dos estudos da sociologia urbana e do urbanismo brasileiro, os quais, de forma insistente, compraram modelos explicativos europeizados para explicar as cidades brasileiras e suas dinâmicas, precisa ser compreendido como “parte do arcabouço hegemônico intelectual e político mais geral, o qual, ainda que não voluntariamente, ratifica o mito brasileiro da democracia racial.” (VARGAS, 2005, p.98).

Não por acaso ler alguns destes trabalhos é notar como negros e brancos ou, ainda, espaços negros x espaços brancos são “eufemizados” por binômios que irão retratar a pobreza e a riqueza racializadas sem dar conta de suas cores. Em um mantra comum, as teses, artigos e trabalhos acadêmicos falam de “pobre” e “rico”, de “espaços precários” e “bairros nobres”, recorrem, ainda, a metáforas

poeticamente construídas e conseguem produzir centenas e milhares de páginas acerca da desigualdade, segregação e violência urbanas sem problematizar a questão racial, que muitas vezes fica resumida a uma nota de rodapé. Evidenciando essas metáforas invisibilizadoras do real, Guimarães denuncia:

O morro e o asfalto, o contraste entre pobreza e riqueza, têm sido a representação prevalente [...] as desigualdades entre negros e brancos no espaço urbano não têm recebido atenção minudente e constante dos pesquisadores e urbanistas brasileiros. (GUIMARÃES, 2009, prefácio de GARCIA, 2009, p.17).

O silêncio ou o “não nominar” são interdições que, como detalharei mais à frente, têm efeitos de morte. É por isso que, assentada num recorte espacial específico – o Grande Nordeste de Amaralina – e buscando compreender a repercussão das Bases Comunitárias de Segurança implantadas naquele local, especialmente para a juventude negra dali, ponho-me, obrigatoriamente, diante de reflexões que enunciam a raça como categoria estruturante das espacialidades e das violências institucionais que são reservadas a estas localidades.

Nesse sentido, converso e caminho dando as mãos aos interlocutores que enunciam e denunciam a dinâmica racial brasileira. Especialmente, no que diz respeito às reflexões urbanas estes interlocutores serão exceções valiosas que assumiram raça de forma central para pensar a espacialidade brasileira e, mais especificamente, a soteropolitana.

É tomada pelas considerações desses autores, reveladas pouco a pouco nas páginas deste trabalho, que assumo o GNA como território negro. Se a sua cor predominante já me autorizaria a usar esta categoria, a vivência no campo demonstrou-me que “o território aparece aqui não apenas como uma entidade geográfica, mas também, e sobretudo, como lugar dos embates políticos.” (ALVES, 2011, p.114). Por isso, ao falar do GNA ressalto um espaço onde seus moradores – negros e negras – vivem as experiências urbanas – de resistência, exclusão, violência e controle policiais – não somente como indivíduos mas como coletividade (ALVES, 2011). Coletividade que, a partir destas experiências sentidas pela racialidade, irá, cotidianamente, forjar aquele espaço como um território específico: um território negro.

2.2 Territorialização e repressão: a cidade de Salvador como arquétipo da Cidade Negra⁶

Analisando as desigualdades raciais traçadas nas espacialidades de Salvador e Rio de Janeiro, Antônia Garcia prescreve a importância da contextualização histórica nas reflexões urbanas. Num tom de ressalva sobre a profundidade desta retomada histórica ela ensina:

Nosso estudo não visa tratar da história dessas cidades. Todavia, contextualizá-las nos processos estudados historicamente **é importante porque a cidade é um ‘espaço-tempo’, ela condensa no espaço as marcas dos eventos históricos.** (GARCIA, 2009, p.118, grifo nosso).

É guiada por essas palavras que justifico esta parte do trabalho. Aventurar-me numa contextualização histórica profunda da cidade que abriga meu campo, além de fugir do objetivo deste trabalho, seria constranger-me numa área que me faltaria competência. Contudo, fugindo de uma narrativa histórica irresponsável, de saltos cronológicos e incompletudes, o que tentarei aqui é mostrar como a territorialização negra, o padrão de urbanização brasileiro e a repressão policial são fatos que conversam com a história⁷.

A necessidade de falar a partir deste referencial advém da reflexão de que o passado escravista e a nossa história permanentemente racializada mais do que deixar marcas no espaço, o definiu. A luta racial, desde a chegada dos primeiros negros nesta terra até os dias atuais, desenhou o traçado espacial das cidades brasileiras. O compasso racial, que hierarquiza socialmente, riscou, também hierarquicamente, no espaço, os lugares - aquilo que Gonzalez e Hasenbalg vão chamar de “lugar natural”:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento [...]. Desde a casa grande e o sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido sempre o mesmo. Já o lugar natural do negro é o

⁶ Reconhecendo a autoria da expressão “cidade negra” ao historiador Sidney Chalhoub, os autores de “Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX”, ressaltam a importância de “Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte”, obra em que Chalhoub, cunhando originalmente a expressão, conseguirá “chegar mais perto do cativo que perambulava pela cidade ‘vivendo sobre si.’” (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.157).

⁷ Demarco, aqui, os limites de pensar a dinâmica racial brasileira e suas dimensões – espaciais, sociais, repressivas...- por meio de permanências históricas. Esta contextualização histórica nada tem a ver com o afastamento do caráter deliberativo e consciente que fundamenta o racismo na sociedade brasileira atual. Uso a história para revisitar as formas e práticas anti-negras, mas não a utilizo como explicação.

oposto, evidentemente: **das senzalas às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos ‘habitacionais’** (cujo modelo são os guetos dos países subdesenvolvidos) dos dias de hoje, o critério também tem sido simetricamente o mesmo: **a divisão racial do espaço**. (GONZALEZ e HASENBALG, 1982, p.15, grifo nosso).

O peso da variável raça na reprodução espacial das cidades brasileiras em geral, e de Salvador, especificamente, é determinante para a compreensão de ao menos duas dimensões. A primeira, como descrito acima por Gonzalez, é a dimensão da “divisão racial do espaço”, que demonstra como a segregação urbana é, para além de traçados de uma segregação social, o retrato de urbanidades racializadas. Em segundo lugar, e sem contradição à primeira dimensão, ao destacar o peso da variável raça na reprodução espacial, além de falar de espaços divididos, cidades quilombadas (NEDER, 1997) – urbanidade racializada – estou falando, também, de invenção de territórios negros, de reinterpretação de identidades, criação de redes de resistência e negociação, ou seja, da configuração de um arquétipo de cidade – as “cidades negras atlânticas”:

Em várias sociedades escravistas [...] surgiram espaços sociais com considerável concentração de população afrodescendentes, entre livres, libertos e escravos. Mesmo quando não havia ainda Argentina, Colômbia, Uruguai ou Brasil, como Estados Nacionais constituídos, **destacavam-se, desde o período colonial, tais territórios negros em várias sociedades em formação**. (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.9, grifo nosso).

É interessante perceber a forte presença demográfica (absoluta e relativa) da população negra, ainda no pré-abolição, nas regiões urbanas das cidades brasileiras. Conforme os dados do censo de 1872, na listagem das principais cidades negras, surgem, além do Rio de Janeiro, as cidades de Salvador, Recife, São Luís e Porto Alegre (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006). Ademais, a informação deste mesmo censo que demonstra como naquele período o percentual de libertos já superava, com larga margem, o número de cativos, sugere uma população que, além de representar a maioria em determinadas cidades, era (e sempre foi), antes da abolição, muito além de escravizados. Conforme os dados colhidos, em 1872, na freguesia urbana da Sé, em Salvador, “[...] pardos e pretos constituíam 68% da população, enquanto os escravos somavam 20%. Para todo o município de Salvador (com dezoito freguesias), os cativos eram apenas 12,8%.” (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.12).

A leitura desses números desmitifica o imaginário de uma cidade de urbanidade predominantemente branca. Ao falar de Salvador, especialmente a do século XIX, fala-se de uma cidade que tinha na sua principal freguesia – a Sé - um percentual de quase 70% de pretos e pardos. Entretanto, mais do que força demográfica e superioridade populacional, estes dados, ao retirarem esta população do lugar imposto por uma historiografia tradicional racista revelam, mais do que cidades negras por quantidade, cidades negras atlânticas por identidade e reinvenção. Ou seja, territórios onde negros ocupavam cenários públicos, reinventavam espaços autonômicos e produziam uma dinâmica urbana própria:

Mas as cidades negras não eram só números. Tinham sua próprias identidades, reinventadas cotidianamente. Africanos e criolos não eram necessariamente uma multidão ou massa escrava nos centros urbanos. Os recém-chegados produziam identidades diversas articulando denominações do tráfico, aquelas senhoriais e a sua própria reinvenção em determinados cenários. [...] Entre tensões e solidariedades a população escrava e outros setores sociais, certamente viviam em péssimas condições de vida e sempre diante de ‘suspeição generalizada’ de ter cometido algum crime ou ser escravo fugido. Procuraram, não obstante, reconstruir – em torno do mercado de trabalho, das irmandades e moradias – seus espaços autonômicos e uma cultura urbana própria. (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.13 e 64, grifo nosso).

Contando sobre as últimas décadas da escravidão na Corte, o historiador Sidney Chalhoub articula significados, práticas, politização e cotidiano para definir como, diante da cidade formal, disciplinada, surge, como resistência, uma “cidade própria, arredia, alternativa”:

[...] é o engendramento de um tecido de significados e de práticas sociais que politiza o cotidiano dos sujeitos históricos num sentido específico – isto é, no sentido da transformação de eventos aparentemente corriqueiros no cotidiano das relações sociais na escravidão em acontecimentos políticos que fazem desmoronar os pilares da instituição do trabalho forçado. [...] **Em suma, a formação da cidade negra é o processo de luta dos negros no sentido de instituir a política – ou seja, a busca de liberdade [...]. (CHALHOUB, 1990, p.186, grifo nosso)**⁸.

⁸ Apesar de recortado à cidade do Rio de Janeiro – a Corte naquele momento – as próprias remissões do historiador à cidade de Salvador, antiga capital do Império, demonstram que as semelhanças de formação e ocupação negras entre as duas cidades eram muitas. Sem desconsiderar que os padrões de espacialização irão responder às peculiaridades de cada área específica, as análises que entendem a raça como categoria analítica estruturante da reprodução espacial brasileira indicam convergências nos padrões espaciais expressos pelas metrópoles brasileiras (GARCIA, 2009; OLIVEIRA, 2002; REIS, 2005; VARGAS, 2005, 2010). Enfatizando a importância das transformações ocorridas durante o século XIX para a criação dos padrões espaciais racializados nas cidades, e, confirmando as convergências entre Salvador e Rio de Janeiro, Garcia diz: “As transformações do século XIX e o processo de modernização pelo qual passaram as cidades são fundamentais para a recriação das oposições entre espaços dos brancos/espaço dos negros, em

Assim, olhar para o passado, me faz notar como para falar de espacialidades urbanas brasileiras faz-se imprescindível a compreensão da diáspora africana, também, como inventora de território (GILROY, 2012; FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006). O cotidiano da população negra no solo “de cá” foi fator não só de ocupação, mas, também, de configuração e reconfiguração. As fugas, os quilombos, as revoltas, as manifestações culturais – dos batuques, sambas, capoeira às irmandades e terreiros – instituições que se farão presentes desde os primeiros anos do tráfico de escravizados - são exemplos de subjetivações produzidas e reproduzidas espacialmente por aqueles que jamais se resumiram à mão de obra. Especialmente nas áreas urbanas, nas “cidades negras atlânticas”, a escravização nas Américas caracterizou-se por uma territorialização a partir de experiências que, em seus significados mais amplos, eram formas de reafirmação da subjetividade, por conseguinte, formas de resistências (SODRÉ, 1988). Estas marcas negras redefiniram nossas cidades:

Para além da arquitetura e disposição urbana, havia significados culturais reinventados nos espaços, físicos e simbólicos, das moradias. Enfim, moradias escravas e negras igualmente redefiniam as cidades atlânticas e produziram novos territórios. (FARIAS, GOMES, SOARES E ARAÚJO, 2006, p 83, grifo nosso).

Entendendo a diáspora⁹ como chave recriadora, veem-se espaços físicos e simbólicos, como dito no trecho acima, forjados pela experiência da escravização urbana. Os zungus¹⁰, as irmandades e seus cortejos¹¹, a capoeira, os terreiros e

particular em Salvador e no Rio de Janeiro, que viveram todas as etapas da formação do nosso território [...]” (GARCIA, 2009, p.118).

⁹ Em defesa de um conceito aberto desta categoria que seja capaz de alcançar os fluxos e as recriações do “mundo atlântico negro”, Gilroy traz a diáspora como “uma alternativa à metafísica da raça, da nação e de uma cultura territorial fechada, codificada no corpo, a diáspora é um conceito que ativamente perturba a mecânica cultural e histórica do pertencimento.” (GILROY, 2012, p.18).

¹⁰ O zungu, também chamado de casa de angu, deve ser entendido como “um elemento a mais na formação da identidade urbana na diáspora” (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.88) e que era tipificado como “um delito de negros” no Brasil do século XIX, daí serem alvos de constantes batidas policiais. Conceituando estes espaços negros, os autores acima ensinam: “[...] um tipo de moradia para onde convergiam homens e mulheres negros. E igualmente constituía espaço de invenção de práticas culturais prontamente reprimidas se praticadas à luz da lua. Um esconderijo, um reduto bem protegido na imensidão de corredores e becos dos labirintos urbanos. Para onde convergiam silenciosamente centenas de africanos, escravos, pardos, mulatos, libertos, crioulos e pretos. Em busca de amigos, festas, deuses, esperança [...]. Os zungus eram considerados pelas autoridades policiais como focos de rebeliões, levantes e acobertamentos de fugas de escravos e, por isso mesmo, eram reprimidos com bastante violência.” (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p. 84 e156).

¹¹ Sem deixar de apontar as contradições das irmandades negras, os autores de “Cidades Negras” fazem uma importante reflexão acerca destas instituições que se fazem presentes até hoje: “Ainda

casas de candomblé¹², o samba ou, simplesmente, os trajetos dos negros e negras pelas ruas e becos das cidades fazem com que fronteiras nacionais e étnicas sejam relidas, modificadas e espaços de sociabilidade sejam criados:

Eram entre chácaras e casebres que se movimentavam escravos e libertos. **Mundos urbanos e semiurbanos se encontravam conformando estilos das comunidades negras em gestação.** Cativos e forros podiam comercializar gêneros ou trabalhar em improvisadas oficinas nas áreas mais centrais da cidade, **fazendo desses trajetos periódicos – dos locais de trabalho às suas casas – espaços de socialização e construção de autonomia. Espalhando-se e estendendo os limites da cidade,** escravos e libertos reorganizavam sua vida. (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.57, grifo nosso).

A chave do “atlântico negro” como uma metáfora que representa a rede transnacional criada pelos negros – mas não exclusivamente por estes –, que em diáspora redefiniram fronteiras étnicas e nacionais e desenvolveram um “circuito comunicativo” baseado em trocas e reinvenções culturais, é valiosa para a compreensão das cidades negras (GILROY, 2012). Forjadas por fluxos e por reinvenção permitidos pela diáspora, para além de uma africanização do espaço, as cidades negras no mundo de cá se constituem a partir de uma reinvenção da própria África. Conforme as palavras de Evandro Piza Duarte:

A diáspora e o Atlântico Negro reinterpretam, nesse sentido, a própria noção de espaço, algo útil para se falar de cidades negras, já que insistem na ideia de um fluxo comunicativo e não mais em um processo de influências unilaterais. [...] O espaço se torna, assim, “**espaço da diáspora**”, ou antes, espaço que constitui a diáspora e por ela também é constituído. As cidades negras partem, assim, de um conceito de cidade pensado a partir da diáspora e dessa resignificação do espaço antes mencionada. **São cidades transatlânticas, a exemplo do Rio de Janeiro e de Salvador, onde circulavam pessoas, ideias de liberdade, igualdade, insurreições, motins, práticas culturais não oficiais,**

que as irmandades negras tenham sido pensadas por senhores e autoridades como mais um mecanismo de domesticação do espírito africano e sobre os escravos, representavam, ‘ao africanizarem a religião dos senhores’, um importante instrumento para a constituição de identidades e solidariedades. Contudo mantinham por vezes uma postura ambígua com relação à escravidão. [...] algumas não admitiam que cativos ocupassem cargos na mesa, por considerarem que o papel de dirigente não combinava com o de escravo. [...]. No entanto, encontramos em diversos compromissos críticas indignadas à escravidão [...]. Mesmo que não se voltassem de forma direta contra o sistema escravista, as agremiações religiosas esboçavam questionamentos mais sutis e cotidianos. E isso podia fazer a diferença nas cidades negras.” (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p. 119-120).

¹² Os terreiros de candomblé transcenderam – e transcendem – a questão da religiosidade. Demarcando território, as casas e terreiros “**representavam o centro da vida social, da vizinhança em que estavam localizados, constituindo novos territórios.** Ali se praticavam rituais de cura e renovavam-se os vínculos comunitários e as relações entre o mundo dos vivos e dos mortos.” (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.127, grifo nosso).

mercadorias legais e ilegais, homens e mulheres, escravos, libertos e foragidos. Há uma dimensão “não-nacional” das cidades negras, no sentido proposto por Gilroy e também por Hall: tais “territórios negros” existiam muito antes da própria existência dos Estados nacionais constituídos. Além disso, a produção cultural que ocorria nesses espaços, num processo contínuo de reinvenção, não se limitava aos contornos estreitos das fronteiras nacionais. **As cidades negras são o território da “trans-cultura negra” em que, ao contrário de um processo de influência unilateral da África sobre esses territórios localizados do outro lado do Atlântico, havia um verdadeiro processo de criação contínua, no qual “Áfricas” eram recriadas.** (DUARTE e CARVALHO, 2016, no prelo, p.51, grifo nosso).

É preciso notar, ainda, que o meio urbano permitiu importantes modificações na estrutura e funcionamento da escravidão (CHALHOUB, 1990; FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006). A própria estrutura urbana, cenário mais complexo para a realização do controle, auxiliava no enfrentamento da política de domínio tradicional da escravidão (CHALHOUB, 1990, p.185). Sem receio de parecer radical, o historiador fala da impossibilidade de discutir a escravidão urbana desatento a este desmanchar proporcionado, também, pela própria urbanidade que afronta por si “uma política de domínio em que as redes de relações pessoais entre senhores e escravos, ou amos e criados, ou patrões e dependentes, enquadravam imediatamente os indivíduos e suas ações.” (CHALHOUB, 1990, p.191).

Na contramão da historiografia branca-tradicional, é importante ressaltar o protagonismo negro nesse desmanche. Ou seja, cumulado aos elementos inerentes à própria dinâmica urbana, há o papel crucial da mobilização desta população para a formação das cidades negras detentoras de “racionalidade e movimentos” próprios, construída do longo acúmulo da luta contra a escravização e que foi (e é) espaço de resistência:

As pressões dos escravos para que suas vidas se tornassem indiferençáveis em relação às vidas dos homens livres pobres da cidade percorrem boa parte da documentação coligida [...]. A multiplicação da ocorrência de situações nas quais os cativos conquistavam o direito de negociar a venda de sua força de trabalho diretamente com os empregadores, ou de aplicá-la em atividades autônomas, **fez apodrecer pouco a pouco os alicerces de uma instituição cuja estratégia de dominação se definia, de um lado, pela sujeição e dependência pessoal e, de outro, pela ameaça constante do castigo exemplar. [...].** A instituição da escravidão deixa de ser quando se torna impossível identificar prontamente, e sem duplicidades, as fidelidades e as relações pessoais dos trabalhadores, e os escravos se mostraram incansáveis em transformar a cidade num esconderijo. (CHALHOUB, 1990, p.216; p. 219, grifo nosso).

A partir da desconstrução de significados sociais e de alterações nas práticas rotineiras à escravidão, a população negra tece territórios e resiste. Sejam nos zungus, becos, sambas, vendas, ou no vai e vem da casa do senhor – ou do cortiço - para a casa do patrão que aluga o seu trabalho, negros e negras, para além das revoltas organizadas – e, também, a partir delas – constrói espaços de resistência tecidos no cotidiano.

Se pensarmos como as cidades são, além de suas inúmeras facetas, lugares de movimento e trocas e, por isso, espaços propícios para a articulação de revoltas, torna-se compreensível que, especialmente nelas, a “onda negra” alimentasse ainda mais intensamente o “medo branco”.¹³ A circulação e ocupação negras nas cidades, dessa forma, sobretudo no século XIX quando o sistema escravocrata já demonstrava fortes sinais de desmoronamento - apesar de toda insistência dos senhores de escravos brasileiros, com complacência do sistema político, para seu prolongamento – significava ameaça de conspiração. Assim, palco de inúmeras revoltas negras, as ruas de cidades como a soteropolitana não deixavam esquecida a “temida” Revolta de São Domingos¹⁴, acontecida no final do século anterior:

Nas áreas urbanas, houve momentos - alguns dramáticos – em que libertos, escravos, africanos e crioulos tramaram e realizaram levantes. **Com as fugas e o cotidiano politizado das ruas, quilombos suburbanos e revoltas atemorizavam as autoridades e a população em geral.** [...] Porto Alegre, Recife, São Luís, além de **Salvador** e o Rio de Janeiro, sempre foram focos dessa onda de medo de revoltas escravas na década de 1830. (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.51, grifo nosso).

A mesma estrutura repressiva montada no Rio de Janeiro, que, como Corte, deveria ser exemplo de ordem, foi experimentada em Salvador para o controle da grande quantidade de negros e negras na cidade (CHALHOUB, 1990; AZEVEDO, 2008). Acontece que, ainda na primeira metade do século XIX, em 1835, Salvador

¹³ A abordagem do “medo branco” diante da “onda negra” feita por Maria Célia de Azevedo em sua obra “Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX” é interessante para perceber como esta “dimensão oculta, raramente reconhecida por aqueles que vivenciaram o momento histórico pesquisado” (AZEVEDO, 2008, p.17) é, em verdade, definidor de rumos e estratégias políticas.

¹⁴ A revolução Haitiana, também conhecida como a “Revolta de São Domingos”, iniciada em 1791 e terminada em 1805, fez do Haiti o primeiro estado negro independente. Tratando desta revolução “como ponto de tensão dos discursos sobre o medo e a raça”, ou seja, como paradigma do “medo branco”, Duarte dirá: “Apesar das dificuldades, pensar a diáspora africana e o Atlântico Negro exigem, sobretudo perante às dinâmicas entorno da Revolução Haitiana, a reconsideração dessa categoria, tendo em vista que o imaginário do medo de uma revolução escrava (ou um “outro São Domingos”) foram constituintes das práticas, discursos e estratégias políticas das elites coloniais e da formação dos estados-nação modernos.” (DUARTE e CARVALHO, 2016, no prelo, p.56).

vivencia uma dos mais importantes levantes negros da história brasileira, a Revolta dos Malês¹⁵. A força repressiva, em resposta, intensifica a perseguição aos seus alvos pelas ruas da cidade baiana e por outras partes do território nacional¹⁶:

Em março de 1835, em correspondência reservada, autoridades ministeriais falavam da necessidade de “medidas indispensáveis” de prevenção. O objetivo era “tranquilizar os ânimos dos habitantes da Capital”, evitando a reprodução das “cenas de horror que tiveram lugar na Cidade da Bahia pela insurreição dos africanos”. Africanos tornavam-se alvos principais da repressão. Em várias cidades, redobrou-se a vigilância sobre os chamados “pretos minas”. (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p.52).

A polícia, como aparato repressivo, e seu fortalecimento são respostas historicamente dadas pela branquitude diante da “ameaça negra”. Se os alvos mantiveram-se - e mantêm-se – os mesmos, as estratégias da força repressiva também são práticas antigas do repertório de controle. Digo isso, pois, ao olhar para as medidas adotadas pelo aparelho policial estatal para controle nas cidades negras atlânticas no decorrer do século XIX, percebo similitudes em relação às práticas adotadas pela “novíssima” gestão de segurança pública baiana: suspeição generalizada, perseguição aos espaços de lazer e o chamado toque de recolher¹⁷.

Assim, se a cidade negra é uma cidade que afronta, liberta e desenha territórios de resistência no espaço, a cidade-branca-formal, desconfia, controla, vigia e risca o espaço a partir das estratégias de controle. De forma ainda mais detalhada digo que: se territórios negros surgem em meio às ruas das cidades escravistas e marcam a espacialidade por meio das suas subjetivações e resistências, de outro lado, os mecanismos de controle sob a população negra –

¹⁵ “Ao contrário do movimento de 1798 [Revolta dos Búzios], a revolta de 1835 não contou com a participação intelectual do branco. Sua organização foi obra exclusiva de escravos e libertos e, apesar da denominação de Revolta dos Malês, termo genérico para os negros muçulmanos que sabiam ler e escrever em árabe, dela participaram indivíduos de todas as etnias e padrões culturais.” (GARCIA, 2009, p.132 e133).

¹⁶ Sidney Chalhoub demonstra os efeitos desta revolta baiana em outras partes do território ao trazer mensagens trocadas pelas autoridades da época ainda no mesmo ano de 1835; são os registros do “medo branco” que comprovam o recrudescimento da repressão como velha solução: “O ministro da Justiça tornou a escrever ao chefe da polícia [da Corte] em primeiro de novembro, alertando sobre a descoberta de um livro em caracteres africanos e reafirmando a necessidade ‘de maior vigilância’, para que não se propaguem entre os escravos, e menos se levem a efeito, doutrinas perniciosas que podem comprometer o sossego público, que tem exemplo em algumas províncias, principalmente na Bahia. ’.” (CHALHOUB, 1990, p.1994, grifo nosso).

¹⁷ O Código de Posturas da Corte de 1838 estabelecia: “[...] ‘que todo escravo, que for encontrado das sete horas da tarde em diante sem escrito do seu senhor, datado do mesmo dia, no qual declare o fim a que vai, sofrerá oito dias de prisão, dando-se parte ao senhor.’” (CHALHOUB, 1990, p.231). Ao ler este trecho de Chalhoub recordei, imediatamente, de uma fala de um jovem morador da Santa Cruz, bairro pertencente ao GNA, que ao contar-me sobre “o dia em que a polícia acabou com o samba” compara o porte da Carteira de Trabalho pelo jovem negro do bairro com um escrito autorizativo do “senhor”. É curioso como esta associação, feita por ele, sugere permanências das técnicas de controle que são atualizadas para a para os dias de hoje.

erguidos e operados em nome da cidade-branca-formal – também foram formas de reprodução do espaço. É assim que os padrões de ocupação e controle racializados e representados pelo binômio histórico “casa-grande x senzala”, são ressignificados para além deste arranjo e ganham as ruas das cidades brasileiras no século XIX.

Observando as estratégias de controle sob a população negra na realidade escravista brasileira do século XIX, é importante perceber como, no correr deste século, nos espaços urbanos, há uma passagem paulatina do controle da mão do senhor para a mão do Estado. Nesse sentido, de uma política de domínio senhorial passa-se, cada vez mais, nos meios urbanos, para uma política de controle público.

Sem abandono da estrutura punitiva privada, a polícia, como força estatal, desempenha o papel de feitor nas espacialidades urbanas e, como instrumento de ordenamento e desenho urbano, terá grande relevância na garantia dos padrões de espacialização de raça-pobreza, expressos de forma convergente pelas metrópoles brasileiras.

É interessante perceber como estes três elementos - cidade, polícia e negritude - possuem ligações remotas. Sendo a face do estado que se destaca na intermediação da negritude com as experiências urbanas, a polícia tem grande contribuição na construção da racialidade negra como meio delinquente por excelência (CARNEIRO, 2005) e na edificação dos lugares brancos e negros nas cidades. Carregando a cor da suspeição, negros e negras na urbanidade brasileira sempre foram os alvos principais da força e vigilância policiais:

A organização social e espacial das cidades influenciou diretamente a maneira de controlar os escravos. Havia dois instrumentos à disposição da classe senhorial para subordinar os cativos urbanos: o chicote e a prisão. Essas duas ameaças estavam sempre presentes na vida de qualquer escravo urbano. [...]. **As cidades se transformaram em lugares onde nada deveria escapar à ação e ao controle do Estado.[...] A repressão policial nas cidades era implacável contra os escravos e libertos africanos. A estrutura montada tinha como objetivo garantir a segurança das elites e a manutenção da ordem. A ‘suspeição generalizada’ foi a principal arma da polícia para garantir o êxito nas suas operações.** (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006, p. 74, grifo nosso).

A origem da Polícia Militar baiana exemplifica muito bem essa ligação apontada acima. Como uma corporação de feitores, para além de uma ligação com o controle de negros e negras, esta instituição tem neste papel a sua própria justificativa fundante:

Mesmo já estando o poder militar organizado no Brasil desde 1549, com as milícias privadas chamadas de ordenanças, o nascimento da Polícia Militar da Bahia – PMBA data de 1825, quando foi criada com a denominação de Corpo de Polícia. **Esta instituição, que nasceu com a missão de “debelar a rebelião escrava, destruindo os Quilombos e os Candomblés, que se proliferavam nos arredores de Salvador”** (Reis, 2003), no final do século XIX, amparou-se nas teorias da “Escola de Nina Rodrigues”, e em quase toda a sua história formou seus quadros dirigentes nas escolas de direito e medicina sob o paradigma das teorias eugenistas e do criminoso nato, criando no imaginário médico penal e médico-legal, a imagem de um sujeito historicamente definido pelo biotipo do homem negro como exemplo do criminoso. **Aí está a marca de fundação da criminalização pela raça, visão que se fez presente no Estado e atravessou todo o século XX como uma verdade científica.** (REIS, 2005, p.107, grifo nosso).

Esta publicização das práticas punitivas (FLAUZINA, 2006), materializada na presença policial nas ruas das cidades imperiais brasileiras do século XIX, trata de garantir a limpeza das cidades (FLAUZINA, 2006) por meio de toques de recolher e da já dita suspeição generalizada (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006). A política é de controle e combate a toda forma de associação, manifestação e, também, territorialização negra - batuques, terreiros¹⁸, festejos, rodas de capoeira e de samba, cortejos de irmandades, zungus, quilombos urbanos e semiurbanos. Em nome de uma ordem branca, as manifestações culturais e os espaços do povo negro, representados como perigosos – o perigo da africanização cultural das províncias (FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006) - são perseguidos pelo aparato repressivo do Estado. Explicitando esta assunção da vigilância e do controle pelo aparato policial e sinalizando para a dimensão cotidiana deste controle policialesco exercido nas cidades brasileiras, o criminólogo Evandro Piza Duarte sintetiza essa feitorização da cidade:

Portanto, a partir de um controle social “privado”, por que nas mãos dos senhores e de seus representantes e exercido primordialmente no interior da propriedade privada, **passa-se a um controle público, exercido pelos agentes do Estado e no espaço urbano, que se desdobra em uma dupla face:** uma visível, a do espetáculo, e **outra realmente vivenciada no cotidiano,** aquela pública, esta secreta nas suas formas de manifestação, a primeira atacável e suprimível pelos pudores jurídicos, **a segunda**

¹⁸ Dando conta da repressão às manifestações negras, Reis ressalta a repressão estatal dirigida à capoeira e ao candomblé na Bahia: “O candomblé, assim como a capoeira, foi secularmente criminalizado pelo Estado Brasileiro, deixando de ser agredido por esse mecanismo institucional somente em 1976, durante o governo de Roberto Santos, quando muitos terreiros pequenos e médios deixaram de ser invadidos por representantes da segurança pública, sob alegação da prática de contravenção, curandeirismo, fetichismo, feitiçaria, outro termo também historicamente demonizado e criminalizado. Antes desse marco legal, a maioria das casas só abria para as festas, ao cumprir com a obrigação de tirar licença de funcionamento na Delegacia de Jogos e Costumes.” (REIS, 2005, p.110).

indispensável à continuidade das formas de dominação. (DUARTE, 1998, p.209, grifo nosso).

Aproximando-se do final do século XIX e da abolição da escravidão – estendida ao máximo pela elite escravista brasileira – a implementação de um projeto nacional desenraizado (SANTANA, 2008), assentado na negação da negritude, permitirá a continuidade do negro, agora “liberto”, como não ser (CARNEIRO, 2005). Para isso, diversas medidas foram tomadas ainda durante o período imperial – momento estrategicamente usado para inviabilização coletiva da população negra (FLAUZINA, 2006)¹⁹.

É assim que, conforme aponta Ana Flauzina, “sedimentando as continuidades” ou “evitando as rupturas”, liberta-se, mas não se inclui. Com o velho cheiro da dominação e hierarquização raciais adentra-se uma República que, emoldurada nas regras de silenciamento da democracia racial, não assume explicitamente o racismo, mas continua fazendo deste o principal fundamento da dinâmica de dominação brasileira e, sobretudo, do sistema penal (FLAUZINA, 2006). Mantem-se, mesmo pós-abolição, “um padrão de desigualdade entre negros e brancos, consistente e permanente” (CARNEIRO, 2005, p.110).²⁰ É assim que,

¹⁹ Além das inúmeras medidas executivas de controle presentes no cotidiano das cidades imperiais e inscritas neste contexto “civilizador”, há, durante esta fase, a proliferação de diversos instrumentos legislativos que se materializavam ou como meios de dar sobrevida ao sistema escravista, ou como meio de preparação para o “pós” da encenada abolição – propósitos que, em verdade, não estão desconectados. Analisando o propósito de sobrevida de leis conhecidas e comemoradas até hoje pela historiografia tradicional, Ana Flauzina crava: “Assim a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que extingue o tráfico de escravos, a Lei do Ventre Livre de 1871, que ‘liberta’ os filhos das escravas, a lei dos Sexagenários, de 1885, que liberta os escravos a partir de 60 anos, para citar apenas os dispositivos mais célebres, constituem uma base simbólica funcional aos interesses das elites imperiais. [...] É por meio desse tipo de mecanismo que não visa libertar aos poucos, mas, ao contrário, aprisionar um pouco mais, que as elites brancas ganham o tempo necessário para construir o novo caráter racial do país.” (FLAUZINA, 2006, p.63). Não há como deixar de tratar, ainda, da conhecida Lei de Terras promulgada no ano de 1850 – mesmo ano da Lei Eusébio de Queiroz. Aquela talvez seja um dos exemplos mais fortes de como a elite brasileira logrou sucesso na construção de obstáculos legislativos à redução do abismo social, econômico e político entre negros e brancos construídos ao longo de 355 anos de escravidão. Proibindo a aquisição de terras por qualquer outro meio que não fosse a compra e, não reconhecendo a ocupação de fato como geradora de domínio jurídico, esta lei é a consagração jurídica da impossibilidade de negros serem proprietários. Debruçando-se sobre as maldades nada sutis desta legislação, Carlos Frederico Marés demonstra seu caráter excludente e a sua efetivação pela força: “Exatamente aqui reside a pouco sutil maldade do sistema: o que recebe a concessão não necessitava sequer conhecer a terra, nem mesmo demarcá-la; escolhia a terra correspondente quando quisesse **e passava a ter o direito de retirar dela todos os que ali viviam, porque a situação dos não-beneficiários passava a ser ilegal. Para “limpar” poderia usar sua própria força ou a chamada força pública, isto é, a polícia do Estado, como até hoje ocorre.**” (MARÉS, 2003, p.70, grifo nosso).

²⁰ Sueli Carneiro explica como, no pós abolição, a negação do trabalho livre ao negro, que é substituído estrategicamente pelo imigrante branco, significa para aqueles o direcionamento de mecanismos biopolíticos de controle: “Portanto, estando o negro deslocado da esfera do trabalho no

mantendo a negritude na obscuridade do “não ser” (CARNEIRO, 2005), direitos como o ir e vir e as ocupações territoriais negras permanecem, no século XX, sob o crivo da segregação e da repressão policial:

Assim, desde a ocupação do nosso território, a trajetória de lutas dos oprimidos foi longa e persistente. No fazer e refazer da cidade, [...] não conseguiram romper com o círculo vicioso da segregação, da hierarquização e de desigualdade dos serviços urbanos que caracterizam historicamente a organização do espaço em nossas cidades. (GARCIA, 2009, p.47).

O passar dos anos, as transições históricas nas cidades negras, não significaram transformações que permitam falar de uma cidade ou urbanidade cidadã para a população negra. O regime racializado de cidade e de cidadania, como parte do “elo de continuidade da exclusão”, assegura a permanência do negro nas zonas precárias da cidade, as quais, não coincidentemente, serão os locais privilegiados da repressão estatal, conforme aprofundarei no próximo tópico.

De outro lado, a longa trajetória de luta apontada por Garcia também não será abandonada. Aquilombado (NEDER, 1997) em bairros populares de Salvador, o povo negro de hoje refaz, cotidianamente, as estratégias de resistência e enfrentamento desse projeto de cidade que rima ordem com branquitude e continua a aniquilar os “zungus” que teimam em se reerguer.

Assentada no presente e tomada pelo que vi e ouvi no campo, ousou dizer que, sob condições e suspeições bem similares, a juventude negra do Grande Nordeste de Amaralina é um grande exemplo dessa resistência. Resistir, inclusive, parece ser verbo bastante apropriado para começar a dizer este território.

2.3. A resistência de um território ou um território de resistência: o território negro do Grande Nordeste de Amaralina (GNA)

A história de formação do Grande Nordeste de Amaralina remonta ao período histórico revisitado acima – século XIX. No ano de 1865, os netos de Visconde do

pós-abolição, ele estará alijado das técnicas disciplinares do trabalho. **No entanto a sua existência social irá estar subordinada a essa nova tecnologia de poder.** As técnicas disciplinares visam o corpo que vai produzir, assim como no pós-abolição o alvo dessas técnicas serão os trabalhadores imigrantes que substituem os ex-escravos na nova ordem econômica. [...]. **Os mecanismos de controle social dessa massa para a qual não há projeto de inclusão irão se inscrever no âmbito das tecnologias oriundas do biopoder por meio das quais o Estado exercitará o seu direito de matar ou de ‘deixar morrer’**” (CARNEIRO, 2005, p.90, grifo nosso).

Rio Vermelho que, após a falência do sistema de Capitânicas Hereditárias, herdaram todas as terras que antes formavam a chamada gleba do Rio Vermelho, decidem iniciar um projeto de urbanização da área – o chamado projeto Cidade Luz. A imensa extensão de terra foi, então, dividida em seis fazendas: Fazenda Amaralina (inicialmente, chamada de Fazenda Alagoas), Fazenda Santa Cruz, Fazenda Ubaranas, Fazenda Pituba, Fazenda Paciência, e Fazenda Armação do Saraiva. Quatro destas seis fazendas - Amaralina, Ubaranas, Pituba e Santa Cruz - vão constituir, na segunda metade do século XX, o espaço físico sobre o qual se formou a Região do Nordeste de Amaralina (Traços e Laços, 2006).

O povoamento inicial daquela região começa com a ocupação por pescadores que ali se instalaram em razão da proximidade com a faixa litorânea da cidade, formando uma pequena colônia de pescadores. Acontece que, ainda nos primeiros anos do século XX²¹, foram aprovados pela prefeitura de Salvador os primeiros loteamentos naquelas terras – Cidade Balneário Amaralina, Cidade da Luz e Ubaranas²². Essa ocupação original, formada por uma pequena colônia de pescadores, sofrerá uma expansão com o processo de parcelamento das terras para serem loteadas que desencadeará uma “ocupação marginal”²³:

Estes loteamentos, que envolveram a vinda de trabalhadores para implantar a infraestrutura dos lotes e demandavam novos serviços, atraíram para a periferia destas áreas uma população pobre, em busca de emprego,

²¹ É válido destacar que neste período as cidades brasileiras estão vivenciando as reformas higienistas. Antônio Garcia, ao fazer um retrospecto dessas reformas urbanas que marcaram o início do século XX – 1902, Reforma Pereira Passos e 1904, Reforma da Vacina – enfatiza como, assim como outras acontecidas nesse mesmo momento histórico, estas tinham um propósito muito maior do que a declarada preocupação com a saúde e higiene da população: “Como outras, foi feita também para abrir espaço para a reprodução do capital imobiliário, num momento de crescimento econômico do país em que o capital exigia padrões urbanos condizentes com as pretensões de suas elites de figurarem entre as nações civilizadas e modernas.” (GARCIA, 2009, p.146). No país pós-abolição, a exclusão e segregação urbana do povo negro são fortemente assumidas por estas reformas que terão papel assolador das memórias negras nas grandes cidades brasileiras. Com o discurso da modernização, estas foram, na prática, faxinas raciais que expulsaram negros e negras, muitos recém-libertos, dos centros das cidades e apagaram marcas negras dos mapas urbanos: “Ao perseguir capoeiras, demolir cortiços, modificar traçados urbanos – em suma, ao procurar mudar o sentido do desenvolvimento da cidade -, **os republicanos atacavam na verdade a memória histórica da busca da liberdade**. Eles não simplesmente demoliam casas e removiam entulhos, **mas procuravam também desmontar cenários, esvaziar significados penosamente construídos na longa luta da cidade negra contra a escravidão**” (CHALHOUB, 1990, p.186, grifo nosso).

²² A Fazenda Santa Cruz, local de origem do bairro homogêneo, que hoje compõe o GNA, transformou-se em loteamento mais tarde, a partir da segunda metade do século XX (Traços e Laços, 2006, p.13).

²³ É curioso que este mesmo processo de “ocupação marginal” não ocorreu em terras vizinhas que deram origem ao atual bairro da Pituba, bairro de classe alta e média que faz fronteira com o GNA. Segundo Santos, o dono da então fazenda que deu origem a este bairro utilizava serviços de capangagem para impossibilitar a ocupação daquelas terras. (SANTOS, 2009).

iniciando um processo de ocupação marginal nas áreas das fazendas. (Traços e Laços, 2006, p.13).

Entretanto, foi na década de 1950 que a ocupação foi ainda mais intensa. Neste momento, além das ocupações iniciais nas colinas ao sul – atual bairro do Nordeste de Amaralina -, o loteamento ao norte, atual região da Santa Cruz, passou também a receber as primeiras ocupações:

Esta nova vertente de ocupação foi, em parte, decorrente do acesso à Pituba por Brotas, que atraiu moradores para a área. Entre estas duas colinas - Nordeste de Amaralina, ao sul, e Santa Cruz, ao norte -, estendia-se um extenso vale, por onde corria um rio de águas claras e pedras lisas, o Rio das Pedrinhas, as margens do qual alguns moradores do Nordeste desenvolviam práticas de cultivo de horta. (Traços e Laços, 2006, p.21).

No mesmo momento que a ocupação do bairro ganha força - década de 50 - são criadas as primeiras associações de bairro. É interessante como o nascimento destas, ainda nos anos iniciais de formação e ocupação do GNA, sugere o caráter de resistência deste território. Nascida de ocupações informais feitas por uma população negra e pobre²⁴, que veio atraída pela oportunidade de trabalho durante o processo de loteamento, a região nasce lutando por melhorias ignoradas pelo Estado.

A primeira associação surge no ano de 1952, a Sociedade Beneficente e Cultural do Bairro do Nordeste de Amaralina. Esta organização, contudo, tinha uma atuação mais voltada para as ações assistenciais, possuindo, assim, baixa atuação política na região. Todavia, na mesma década, mais precisamente em março de 1957, surge a Sociedade de Defesa dos Moradores do Nordeste de Amaralina e Adjacências com forte caráter político e atuação ligada à luta por melhorias na infraestrutura do bairro e na proteção dos moradores em relação às constantes ameaças de expulsão (Traços e Laços, 2006).

²⁴ Boa parte desta população originária veio da região do Recôncavo Baiano, região de forte raízes negras, localizada em torno da Baía de Todos os Santos, que abriga trinta e três municípios, dentre os quais, Salvador, Cachoeira, Santo Amaro e Nazaré. (Traços e Laços, 2006). Do Recôncavo, como veremos mais a frente, saíram negras e negros que ocuparam outros territórios na capital baiana, os quais se constituíram como bairros populares, segregados e como espaços negros, de forma muito similar ao GNA, como o Calabar, por exemplo. Tratando sobre a importância econômica e política dessa região, Milton Santos ressalta que o Recôncavo foi a primeira rede urbana das Américas e diz: “O Recôncavo da Bahia e a Zona da Mata do Nordeste ensaiaram, antes do restante do território, um processo então notável de urbanização.” (SANTOS, 2013, p.19).

Nos anos entre 1960/70 há uma explosão de novas organizações comunitárias no bairro: Sociedade Protetora dos Pescadores, Sociedade Protetora dos Posseiros das Ubaranas, Sociedade Filarmônica 1º de Maio e Conselho Comunitário do Bairro do Nordeste de Amaralina²⁵. Apesar de seus nomes identificarem peculiaridades nas suas atuações, a luta pela permanência dos moradores na região do GNA diante do avanço da especulação imobiliária²⁶ é traço comum destas organizações populares.

Ao lado da luta pela permanência, que deixo para analisar mais à frente, ainda neste mesmo tópico, saliento que, como dito acima, os moradores organizados lutaram (e lutam até hoje) para implantação de serviços básicos e melhoria na infraestrutura da região. O abastecimento de água, a implantação de escolas e de uma rede de transporte público que cruzasse a região foram bandeiras bravamente sustentadas por aqueles moradores:

Quase tão importante quanto à escola, para os moradores [do GNA] da época, era a necessidade de água visto que a população tinha que caminhar longas distâncias, em um relevo acidentado, para buscar nas fontes naturais, trazendo [a água] em latas na cabeça. (Traços e Laços, 2006, p. 32)²⁷.

A demanda dos moradores por um sistema de transporte que cruzasse a região do Grande Nordeste foi outra luta que se arrastou por décadas. Até meados dos anos de 1970²⁸, diferente dos bairros nobres do entorno, havia bairros do GNA que não eram cortados pela rede de transporte. O acesso, que já não era simples em razão da região localizar-se em relevo montanhoso, ficava ainda mais complicado:

²⁵ Um pouco mais tarde, no início dos anos 80, surge uma importante organização comunitária, a Associação dos Moradores do Nordeste de Amaralina (AMNA). Esta associação é fundada, em 1981, pela reunião de moradores mais velhos ligados aos partidos de esquerda e de jovens moradores ligados à Igreja Católica. Desde o início da sua atuação, a associação esteve muito conectada à garantia da posse da terra pelos moradores do bairro, ou seja, ao combate do remanejamento destes sujeitos para outros bairros mais afastados (Disponível em: <<http://amnaluta.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html>>. Acesso: 21/06/2016).

²⁶ Conforme será demonstrado adiante, o GNA, apesar de formado por bairros populares de larga maioria negra, não é, do ponto de vista geográfico, periferia. A região está cravada em uma zona nobre da cidade, a Orla Marítima de Salvador, e rodeada por bairros de classes alta e média alta, como: Itagira, Rio Vermelho, Amaralina, Candéal e Pituba.

²⁷ Mesmo com toda pressão popular para implantação de uma rede de abastecimento de água, “[...]em 1974, a situação da água ainda não estava resolvida, atendendo apenas 50% da população, concentrada no Nordeste de Amaralina, com precária distribuição nos demais bairros [do Grande Nordeste de Amaralina].” (Traços e Laços, 2006, p.32 e 33).

²⁸ O sistema de ônibus chega ao Nordeste de Amaralina em meados da década de 60. Entretanto, somente em 1975 é que o bairro da Santa Cruz é atendido. Os demais bairros - Vale das Pedrinhas e Chapada - somente serão atendidos ainda mais tarde (Traços e Laços, 2006).

O acesso era bastante precário, feito por bonde até a Amaralina e de lá para o Nordeste em um tipo de ônibus misto, chamado marinete, que era aberto no fundo para transportar bagagens e animais. **Este ônibus subia até o fim de linha do Nordeste, na altura da Ladeira da Praça, e de lá para todas as localidades o percurso era feito à pé.** (Traços e Laços, p.24, grifo nosso).

Até o final da década de 70, a pavimentação, mais uma reivindicação dos moradores desde os anos 60, ainda não era uma realidade. A negação de serviços estatais, atendidos nos bairros brancos do entorno, sinaliza como a ausência do estado, mais do que ineficiência, aponta para uma prática orientada pelo racismo institucional que não assume determinados territórios como espaços de cidadania. Sem pavimentação “[...] mulheres em trabalho de parto eram transportadas em cadeiras pelos vizinhos até o local onde pudessem tomar um carro [...] o ônibus subia a depender do tempo, porque, nessa época, a Rua 11 de Novembro ainda não era asfaltada. O asfalto só veio em 1980.” (Traços e Laços, 2006, p. 33).

A imagem da atual região do GNA – com muitas casas coladas umas nas outras e pouco ou quase nenhum espaço verde - é bem diferente do que é visto até a década de 60. Até aquele momento, a paisagem ainda era tomada por vegetação farta, composta por muitas árvores frutíferas e um enorme coqueiral que se prolongava de Amaralina até a Santa Cruz. As casas, na sua maioria, eram de palha e sapé, de junco trançado, sem reboco, e o acesso a esta região era bastante complicado. Este cenário serviu como alicerce para o surgimento de diversos terreiros de candomblé (Traços e Laços, 2006), que, para além da religiosidade, configuram espaços de resistência comuns em locais como o GNA:

Nos bairros populares, a difusão de terreiros é bem representativa dessa força subterrânea que alimenta por século uma das religiões de matriz africana, perseguida formalmente até a década de 1970, como era em Salvador, onde os candomblés tinham que pedir autorização da polícia para realizar seu culto aos orixás. (GARCIA, 2009, p.165).

Além dos terreiros, a ancestralidade negra, registrada desde a cor da pele da maior parte dos primeiros moradores, está, também, cadenciada nos tambores da capoeira gingada por aquelas ruas. Foi ali, inclusive, na região do Sítio Caruano, que ainda na década de 60, mestre Bimba – grande nome da capoeira regional do Brasil – montou a sua academia onde ensinava e formava capoeiristas.

A ancestralidade presente na cor da pele, no culto aos orixás e nas rodas de capoeira vai ainda mais além:

Os tambores dos terreiros, os ritmos da capoeira, os batuques dos meninos, as palmas das mulheres, **constituíram a base para expressão musical da região, o samba**, cuja beleza foi reconhecida pelo sucesso da Escola de Samba Diplomatas de Amaralina, dos sambas juninos e dos pagodes. [...]. Formada por uma população, em grande parte, oriunda do recôncavo baiano, berço onde nasceu o samba-baiano, ou samba duro, no dizer de Goli Guerreiro, a Região do Nordeste de Amaralina se apresentou, desde os anos 60, como um centro de irradiação de sambistas e compositores de expressão na cena musical baiana e mesmo nacional. (Traços e Laços, 2006, p.37 e 54, grifo nosso).

O samba é elemento de muita força naquele espaço. Seja revirando as leituras que contam o passado, ou na vivência do campo, noto como foi (e é) por esta expressão cultural negra que os moradores, sobretudo, resistiram subjetivamente.

Por ali, na década de 60, surge a Diplomatas de Amaralina, escola de samba local que concorreu oito vezes no carnaval baiano, sendo cinco vezes campeã. Passam por essa escola nomes emblemáticos do samba nacional, como Neguinho do Samba, Paulinho Camafeu e Alaor Macedo (Traços e Laços, 2006). Nos anos 70, diante da transformação do carnaval de Salvador, que passa a ser baseado no trio elétrico, as escolas de samba de bairro da cidade, assim como a Diplomata, entram em decadência.

A desestruturação das escolas, no entanto, não significou arrefecimento do samba pelas ruas do Nordeste. Se o ritmo significa expressão de resistência - subjetiva e espacial - é nas ruas do bairro que ele ressurgiu muito forte através dos chamados pagodes juninos ou sambas juninos:

Os ensaios aconteciam todos os finais de semana até os dias 23 e 24 de junho, quando os sambas saíam nas ruas dos seus bairros com camisetas coloridas, chapéus e adereços, entrando nas casas, tomando licor, seguindo as tradições interioranas dos festejos juninos. O primeiro grupo junino da Região do Nordeste de Amaralina foi o samba boqueirão, criado em 1968 por Beto Boqueirão, e que ainda hoje é ativo. O samba Boqueirão reunia-se no Areal e chegou a contar com 600 participantes. (Traços e Laços, 2006, p.56).

É durante a afirmação do samba junino, final da década de 1970 e início da década de 1980, que são criados muitos outros grupos de samba no bairro, como:

Samba Partideiro, Samba Unidos do Capim, Samba Elite²⁹, Samba Show e o Samba Charme. Como integrantes destes grupos há importantes compositores, moradores da RNA, que fizeram músicas que viraram sucesso na voz de reconhecidos artistas da música brasileira³⁰.

Revelando a dimensão de resistência do samba e a sua importância na ocupação e afirmação do espaço público do GNA, um dos entrevistados³¹, morador da Santa Cruz, explica como o samba, a luta e a ocupação da rua confundem-se naquele território:

O nordeste ele se manifesta na rua³², né? Ele conseguiu fazer um Carnaval, oficializar um carnaval, tomando as ruas. Nós tínhamos uma tradição muito forte de fazer samba em rua. Não é a toa que o Nordeste de Amaralina é referência dos sambas juninos. Então, a Praça do Elite, Diplomata, Samba Boqueirão, Samba da Olaria, uma sequência de sambas juninos, que é essa fusão do povo que vem do interior, se adapta a cidade, faz com que suas tradições se misturem e criem uma coisa nova. Samba junino é isso né, é o samba do interior na cidade. Com a cara da cidade, mas com cheiro do interior. (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016).

Além do samba, dos terreiros e da capoeira como manifestações subjetiva de resistências, o GNA, conforme dito anteriormente, luta pela permanência naquele solo - pauta histórica do GNA. Sinalizando para as semelhanças existentes entre o movimento cíclico de remoções negras do Rio de Janeiro e Salvador, Garcia reforça o protagonismo das associações de moradores na cidade soteropolitana. A reflexão da autora é valiosa para entender a pressão exercida sob territórios como o GNA que, desbancando a cidade branca e formal do entorno, assenta-se numa região da

²⁹ Os registros do campo trazidos nos capítulos seguintes, especialmente os depoimentos dos entrevistados, apontarão como estes e muitos outros sambas do GNA foram alvos da repressão policial. O Samba Elite, por exemplo, terá destaque nas falas dos entrevistados.

³⁰ Somente como exemplo trago alguns nomes de compositores que são moradores do GNA: George Silva Almeida e Guil, dupla que integrava o Samba Charme e que compôs “Vem, meu amor”, música cantada por Caetano Veloso, gravada por Ivete Sangalo e que foi internacionalmente reconhecida pela versão cantada pelo grupo negro Olodum; Cinho e Sergio, integrantes do Unidos do Capim, que compuseram “Revoluções”, gravada por Daniela Mercury; Joceli, autor de “Abre a roda, morena”, música que fez grande sucesso no carnaval baiano na voz da cantora Sarajane. (Traços e Laços, 2006).

³¹ Todos os entrevistados serão apresentados no terceiro capítulo deste trabalho, onde me concentro em analisar as entrevistas.

³² As conversas possibilitadas pelo campo apontaram como diferente da oposição espaço público X espaço privado, a casa e a rua aparecem como dimensões de fronteira menos demarcada naquele território. Foi interessante perceber, por exemplo, como, várias vezes, o GNA como um todo, ou, ainda, uma rua específica, uma praça, surgia nas narrativas como uma extensão, ou melhor, como um “espaço da casa”. Diferente da cidade formal, burguesa, no GNA, a dimensão rua-casa não guarda uma ideia de separação evidente. Assim como na Cidade Negra, no GNA, a rua ocupada, movimentada e diversas vezes referenciada, abriga dimensões importantes da vida naquele território negro: a resistência, a subjetivação e a convivência, por exemplo.

cidade espacialmente dominada por brancos de classe média e classe média alta. Daí a força da coletividade e de organizações autônomas do bairro como mantenedoras daquele território negro naquele lugar da cidade:

Como no Rio de Janeiro, [em Salvador] a remoção das invasões foi também uma estratégia das elites para liberar terrenos valorizados, mas em geral a população resistiu e consolidou seus territórios duramente conquistados. No período de seu maior crescimento, que coincide com o avanço das lutas democráticas, **houve uma efetiva participação das associações de moradores** e de sua Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), [...] além de outros movimentos, que ampliavam a noção do direito à cidade, como ocorreu em todo o Brasil com o crescimento dos movimentos sociais urbanos. (GARCIA, 2009, p.154, grifo nosso).

Assentada na década de 70, destaco que, neste período, o GNA apresentou o maior crescimento populacional dos bairros de Salvador³³. Conforme registros da ocupação da região, em 1957 a taxa de ocupação do território correspondia a 12% do total da área, aproximadamente dez anos depois, em 1968, esta taxa já estava em 52% e, em menos de 10 anos depois, entre 1968 e 1974, praticamente não havia espaços vazios, a área estava quase totalmente ocupada (NEVES e BRASILEIRO, 1974).³⁴

Se durante os anos iniciais a ocupação foi feita por grupos de pescadores e de trabalhadores que vieram em busca de oportunidade de serviço durante o processo de loteamento daquela região e, nos anos de 1950, por uma atração da população oriunda do recôncavo baiano, como já mostrado acima, os anos de 1970 são marcados pela chegada de uma população oriunda da própria cidade de Salvador. Originários de pontos diversos da cidade, os novos moradores desta década trazem em comum o fato de serem vítimas do processo de expulsão de outras regiões informalmente ocupadas (GARCIA, 2009; REIS, 2005; VASCONCELOS, 1996). Alvos das “velha-novas” faxinas urbanísticas racializadas

³³ Importa ressaltar que “por volta dessa época, a RNA já se constituía na segunda maior invasão de Salvador, em termos populacionais, só perdendo para Alagados”. (Traços e Laços, 2006, p.22). Ademais faço o destaque que o termo invasão, utilizado no trecho destacado, não é endossado neste trabalho. Em substituição, opto pelas expressões “ocupação/ocupação informal” (GORDILHO SOUZA, 2008), que julgo serem mais apropriadas para qualificarem o acesso legítimo ao solo urbano por aqueles e aquelas que historicamente foram alijados do direito de propriedade (SILVA, 1996; DUARTE, 2014).

³⁴ Segundo o mesmo estudo realizado pela Universidade Federal da Bahia, em meados da década de 70, na região do GNA, existiam somente três áreas disponíveis: o Coqueiral – região que era objeto de litígio -, o Alto da Chapada do Rio Vermelho e a Baixada do Vale das Pedrinhas. É, inclusive, neste mesmo período que começa a acelerada ocupação destas duas últimas localidades – Chapada do Rio Vermelho e Vale das Pedrinhas. (NEVES e BRASILEIRO, 1974).

escondem-se em regiões de difícil acesso, como o Vale das Pedrinhas, o Alto da Chapada do Rio Vermelho e a região da Santa Cruz. É exatamente neste momento, especialmente entre os anos de 1968 e 1970, que estas regiões, praticamente desabitadas, são intensamente ocupadas pelos “refugiados da cidade”.

Ademais, marcada por adensamento populacional, ocupação dos espaços remanescentes, perseguição e fechamento das organizações comunitárias³⁵, a década de 70 é também a testemunha do nascimento de um dos bairros vizinhos ao GNA, a Pituba:

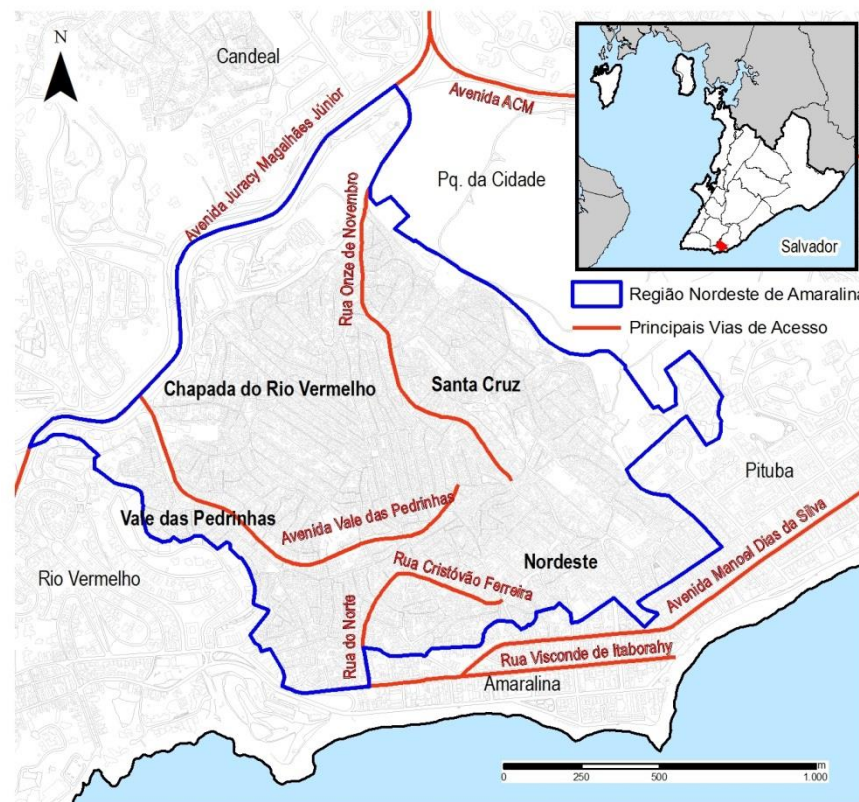
Em 1976, com a criação da Zona Homogênea da Pituba, a especulação imobiliária ameaçou engolir as populações mais pobres que moravam na vizinhança, oferecendo o que os moradores entendiam como um alto valor pelos terrenos. Esta população, que veio ocupando lentamente a área em processos de 'invasão', ocupação, parcelamento clandestino ou outro mecanismo, **se viu pressionada pela progressiva substituição de construções rudimentares e simples pelos grandes edifícios, tendo seus imóveis repentinamente valorizados** (Traços e Laços, p.22, grifo nosso).

A Pituba nasce e a pressão para expulsão dos indesejados vizinhos do GNA aumenta. Se a cidade, tomada como ambiente, como disse Gey Espinheira “é um lugar, [...] toda uma relação de memória, paixão e racionalidade” (ESPINHEIRA, 2000, p. 60) é ela, da mesma forma, o lugar de reprodução da racionalidade racializada que estrutura as relações sociais e naturaliza os lugares no espaço urbano. Daí que, diante desta racionalidade, aquele lugar na cidade – a região do Grande Nordeste de Amaralina – constituiu-se, na contramão da lógica urbana, como uma espécie de afrontamento a esta mesma razão³⁶.

³⁵ Neste período a repressão policial truculenta, comum àquele território, sofre reforço. Diversas formas de organizações autônomas do GNA – associações, movimentos culturais, estudantis – são fechadas pela polícia do regime ditatorial implantado desde 1964. A Sociedade de Defesa dos Moradores do Nordeste de Amaralina e Adjacências, um dos mais importantes símbolos da resistência e da luta organizada por cidadania na região, foi fechada pelo Exército Brasileiro ainda no ano de 1964. Seus dirigentes, acusados de comunistas, não resistiram à perseguição, um deles fugiu e o outro se suicidou (Traços e Laços, 2006).

³⁶ Prescrevendo a padronização espacial racializada de Salvador, Garcia confirma como bairros populares de maioria negra, que resistem na Orla Marítima de Salvador, como o Nordeste de Amaralina, são exceções: “[...] **os brancos se concentram na Orla Atlântica, enquanto os negros, majoritariamente, nas outras partes da cidade**, incluindo a “Orla Marisca”– Baía de Todos os Santos. **Mas na Orla Marítima há exceções, como o Nordeste de Amaralina (90,2%)**, Boca do Rio e Caxundé (78,5%), **com altíssima concentração de negros**. (GARCIA, 2007, p.6, grifo nosso).

Imagem 1: Figura que demonstra o cercamento do GNA/RNA (Nordeste, Santa Cruz, Vale das Pedrinhas e Chapada do Rio Vermelho) pelos bairros brancos vizinhos (Candeal, Itaipara, Rio Vermelho, Amaralina e Pituba).



(Fonte: Arquivos da CONDER-BA, 2011: Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br/>>. Acesso em 21/06/2016.)

Imagem 2: Imagem que demonstra o adensamento populacional do GNA e o contraste entre este e os bairros que o cercam.



(Fonte: Acervo do Coletivo Nordesteusou (NES). Coletivo de mídia comunitária do GNA.)

Os contrastes territoriais evidenciados na imagem acima expressam um modelo de organização espacial desigual. Não podendo ser explicada somente por fatores econômicos, a imagem retrata espaços estruturados racialmente^{37 38}. Ou

³⁷ Apresentando em dados a padronização racial do espaço em Salvador, Garcia demonstra como os brancos estão concentrados nos bairros nobres, os quais, não coincidentemente, concentram a rede de serviços. São as “ilhas” brancas na cidade: **“Essa metrópole tem uma distribuição da população por cor ou raça [...] que indica a existência de algumas ilhas, onde mora boa parte dos 23,5% de brancos, que se concentram, principalmente, nos bairros da elite tradicional de classes alta e média alta**, como pode ser observado pelas AEDs: Graça (71,9%); Barra e Barra Avenida (71,7%); Campo Grande, Canela e Corredor da Vitória (68,5%); **Pituba e Parque Nossa Senhora da Luz (67,0%)**; Chame-Chame, Canela, Morro do Gato e Morro do Ipiranga (61,9%); e

seja, espaços construídos a partir de cumulações e perdas que estão imbricadas, respectivamente, com a branquitude e negritude. Categorias que, dentre outros inúmeros significados e efeitos, determinam, na dinâmica racial brasileira, o tipo de moradia, o policiamento exercido, os “lugares naturais” na cidade. Em suma, determinam quem é lado dominante e quem é lado dominado em metrópoles, como a soteropolitana, que estão:

[...] fundadas num modelo de organização espacial que vai das fazendas e engenhos, das casas grandes e sobrados, às mansões e condomínios fechados de casas e apartamentos, sede de vida dos dominantes; e da senzala, porões, lojas, passando pelos pelourinhos urbanos, quilombos, cortiços, às favelas e bairros populares – lugares de moradia dos dominados. **Do lado dos dominantes, a trajetória é cumulativa: da casa grande e sobrado aos palacetes e condomínios fechados de casas e apartamentos. Do lado dos dominados, as transformações espaciais implicam ainda perda de espaços conquistados, remoções por vezes violentas [...].** (GARCIA, 2009, p.78, grifo nosso).

Representando um modelo de cidade que não prevê o negro GNA tão próximo à região mais valorizada – a Orla Marítima de Salvador -, o lado dominante pressiona. É aqui que o poder público entra em cena. Como garantidor institucional da dinâmica racial, o Estado - um dos mais fortes símbolos da branquitude como poder, vide a cor de suas autoridades – direciona suas estruturas para as “geografias problemas” (ALVES, 2011), como o Grande Nordeste. Tratando dessas “limpezas” e remoções, a socióloga baiana, Vilma Reis, de maneira objetiva diz:

A receita é simples: as autoridades usam o argumento da violência e da criminalidade para expulsar os negros do centro da cidade, vide o “conflito” da CONDER/Polícia Militar com os moradores da Gamboa de Baixo. Localizada em frente à Baía de Todos os Santos, na avenida do Contorno, onde fica um milionário projeto da Marina de Salvador, **em nenhum momento os empresários apareciam na cena, mas somente o poder público local, na tentativa de convencer os moradores a se mudar. Como isso não foi possível, a polícia veio fazer o trabalho de criminalizar a população** para justificar a necessidade da sua retirada daquela região da cidade. **O mesmo ocorreu com os bairros Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas, vizinhos dos ricos bairros do Itaigara, Pituba e Caminho das Árvores;** e os bairros do Calabar e Alto

áreas mais modernas, como: **Itaigara**, Caminho das Árvores e Iguatemi (69,4%); Stela Maris e Aeroporto (58,1%); Imbuí (52,8%) e Armação, Costa Azul e Conjunto dos Bancários (52,5%), que correspondem a apenas nove das oitenta e oito AEDs com maioria branca. **Os bairros em que predominam os brancos são fortemente concentrados no espaço, permitindo que se confronte a sua maior dotação de serviços com a do resto do espaço urbano.**” (GARCIA, 2007, p.4-5, grifo nosso). Os bairros ressaltados – Pituba e Itaigara – são bairros vizinhos ao GNA.

³⁸ Conforme o último censo realizado, o Grande Nordeste de Amaralina, com uma população expressiva de 77.024 moradores, apresentava 66.389 moradores autodeclarados negros, o equivalente a mais de 86% do total. (IBGE, 2010). Estes dados serão analisados com maior zelo no próximo capítulo.

das Pombas, cercados pelo Apipema e a Graça. (REIS, 2005, p.130, grifo nosso).

Evidenciando a promiscuidade entre o poder público e os interesses privados, a socióloga baiana, Vilma Reis, explica como o projeto perverso de cidade opera para a expulsão dos negros. Da simples receita dada por Reis destaco alguns ingredientes: primeiramente, o velho discurso do medo que vai ser mobilizado para justificar o combate àqueles territórios identificados como “violentos” e “criminosos”. O segundo ingrediente é a atuação determinada das instâncias administrativas estatais para uma “expulsão consentida”. E, por fim, como a cereja do bolo, trago aquela que é acionada para fazer o trabalho sangrento e sujo: “a polícia [que] veio fazer o trabalho de criminalizar a população para justificar sua retirada daquela região da cidade” (REIS, 2005, p.130).

É importante, neste momento, refletir como a percepção sobre o espaço está fortemente associada ao ideário forjado socialmente acerca da negritude e da brancura (ALVES, 2011; CARNEIRO, 2005; VARGAS, 2005). Pretendo com isso demonstrar que, além de raça estruturar-se espacialmente, a forma de dizer o espaço – “ruas tranquilas”, “bairro seguro”, e, de outro lado, “lugar perigoso”, “região tensa”, por exemplo - está enraizado nos estereótipos raciais. Em melhores palavras: “raça é materializada nas configurações espaciais **tanto quanto nossos entendimentos sobre o espaço são marcados por concepções históricas dos significados do ser branco e do ser negro na sociedade brasileira.**” (ALVES, 2011, p.115, grifo nosso). É tomado por essa reflexão que Vargas irá ser fatal nas suas indagações:

Seriam comunidades pobres tão demonizadas se não fossem consideradas territórios negros? Do mesmo modo, seriam negros vistos de maneira tão negativa não fossem as representações e as políticas oficiais com relação aos lugares pelos quais eles estão super-representados, a saber, as favelas e as áreas pobres? (VARGAS, 2005, p.104, grifo nosso).

A implicação é mútua: de um lado, a hierarquização social estruturada racialmente é espacializada de forma a distribuir no espaço, desigualmente, negros e brancos - os primeiros, concentrados em espaços precários, e os segundo, dominantes em locais atendidos pela rede de serviço e representados por elevados índices econômicos e sociais. De outro lado, essa padronização racializada alimenta

(e é alimentada) por uma episteme racial amplamente consolidada “sobre o ser branco e o ser negro” (ALVES, 2011). Episteme que identifica aqueles primeiro espaços, sejam os comumente localizados à margem da cidade – territórios negros geograficamente periféricos – ou aqueles excepcionais que estão em áreas valorizadas da cidade formal, como o GNA – territórios sociologicamente periféricos – como espaços invadidos, sujos, violentos, criminosos, e os segundo, territórios brancos, como espaços “legais/formais”, limpos e bonitos.

Daí que, como aos corpos negros - “perigosos”, “pobres”, “violentos”, “situados nos confins do não ser” (CARNEIRO, 2005) –, recaem às favelas³⁹ negras da cidade, como o GNA – “zonas perigosas”, de “alta criminalidade” - o controle, a repressão e o extermínio assumidos historicamente pela polícia – a cereja do bolo da receita de Reis. Nas palavras de Jaime Alves:

Não por acaso, o arbítrio policial e formas paralelas de controle ocupam lugar de destaque na vida dos moradores da periferia urbana. É neste sentido que se pode afirmar que a favela se converteu no espaço paradigmático para o exercício de uma peculiar economia da violência: a distribuição calculada da morte e da punição como instrumentos políticos de controle territorial [...]. Isso equivale a sustentar que, no caso brasileiro, a nova "arte de governar" tem racionalidades múltiplas: **ela opera simultaneamente na produção espacial da favela como lugar da desordem e do crime [...], na disciplina espaço-corporal a partir do trabalho "pedagógico" de conselhos comunitários de segurança e das ONGs com foco nos jovens tidos como "problema social", e nas intervenções estatais letais (necropráticas), como dão conta as ações policiais resultantes nos famigerados "autos de resistência" ou "resistência seguida de morte".** (ALVES, 2011, p.117-118, grifo nosso).

Sem poder aprofundar acerca das possíveis conexões entre as Bases Comunitárias de Segurança (BCSs) implantadas no GNA e o interesse imobiliário de retirada daqueles moradores⁴⁰ - assentados no “lugar errado” da cidade -, resalto para o fato de que a polícia instalada no GNA do presente exerce com destreza a

³⁹ A identificação do GNA como favela não tem a ver com o reforço de estigmas socialmente embutidos neste significante e também não está dentro dos limites da conceituação urbanística de favela. Favela é usada neste trabalho “como uma dimensão do espaço urbano **racionalmente produzido (...) resultado de processos políticos conscientes, pelos quais o Estado impõe sua estratégia seletiva de contenção social.**” (ALVES, 2011, p.130, grifo nosso).

⁴⁰ Essa conexão entre a especulação imobiliária e as intervenções de segurança implantadas nos espaços racializados das cidades é apontada por diversos estudos que se concentram nas realidades das comunidades cariocas “pacificadas”. Analisando as comunidades fluminenses tomadas pelas Unidades de Polícia Pacificadora – as quais, apesar de suas peculiaridades, possuem semelhanças com as Bases Comunitárias de Segurança baianas - inúmeros trabalhos demonstram a lógica de mercado que “sobe” para o morro após a militarização e, ainda, o caráter de expulsão e domesticação assumidos pela dita pacificação. Sobre essa aliança entre um projeto de cidade excludente e a pacificação das UPPs: BARREIRA, 2013; CANO, 2012; CODATO, SAMPAIO, 2011; FLEURY, OST, 2013 e MALAGUTI, 2011.

“governança mórbida” anunciada acima por Alves. Fruto de uma política pública assumida desde 2011 pelo estado baiano, as bases e seus policiais são as respostas atuais de um Estado que, historicamente, ausentou-se socialmente e sobrerrepresentou-se em territórios como aquele através do braço armado policial.

O pacote criminalizador, assim, é recepcionado a cada “nova” política de segurança, a cada novo “Pacto”. Legitimadas por discursos que acionam os estigmas racializados que perpassam raça e espaço urbano, a relação das Bases estatais, com o GNA, especialmente com a juventude local, continua sendo baseada na suspeição, repressão e controle. Conforme demonstrarei nos próximos capítulos, o PPV e suas bases comunitárias, matando fisicamente e/ou civilmente a juventude negra daquele território, dão conta do “regime racializado de cidadania” (ALVES, 2011) que mata sem deixar cheiro de crime:

Em outras palavras, **nas geografias-problema o “arbítrio” policial não representa um desvio antidemocrático porque na verdade o nosso regime racializado de cidadania depende da (e é reproduzido pela) violência policial.** A concentração da violência policial, dos padrões de vulnerabilidade social e dos homicídios em bairros predominantemente negros **sugere, pois, um padrão mórbido de governança espacial, ou, se o leitor/a preferir, uma necropolítica espacial.** (ALVES, 2011, p.129, grifo nosso).

Em suma, os corpos criminalizados pela cor que carregam, e os espaços criminalizados pelos corpos de cor que carregam, resumem a dialética existente entre espacialização da raça e racialização do espaço. Dialética que, em grande parte, é reproduzida pelo aparato policial do estado e que, ao mesmo tempo, serve como justificativa para as sucessivas políticas estatais policiaescas que miram, preferencialmente, os territórios negros.

É exatamente nesta mesma lógica que está inserido o atual pacto de segurança pública baiana. É sobre isso que tratarei nos capítulos seguintes.

3. “DE COMUNITÁRIA ESSA POLÍCIA NÃO TEM NADA!”⁴¹: AS BCSs DO GRANDE NORDESTE DE AMARALINA E O DIÁRIO DE UM CAMPO VIVIDO

Na primeira parte deste capítulo, buscando contextualizar o surgimento do Pacto Pela Vida – plano estruturador da política de segurança pública⁴² atual e idealizador das Bases Comunitárias de Segurança -, faço uma retrospectiva das políticas de segurança implementadas desde a década de 1990 até o presente. Passando pelas sucessivas gestões carlistas da década de 90 até os primeiros anos de 2000, chego à mudança do governo estadual acontecida com a assunção do Partido dos Trabalhadores, em 2007, e apresento o contexto de lançamento do Pacto Pela Vida (PPV) no ano de 2011.

Foi importante analisar, ainda, como o discurso oficial do PPV, omissivo em relação à questão racial na pauta de controle de homicídios, revela como é através desses silêncios, nada acidentais, que o genocídio negro continua como “traço estruturador do sistema penal e da segurança pública na Bahia.” (FREITAS, 2015, p.105). Não podendo me aprofundar nesta tarefa, almejo com este registro apenas demonstrar como o racismo institucional⁴³, marca das sucessivas políticas de segurança implementadas nos bairros populares da capital baiana (NORONHA, MACHADO e CARDOSO, 1997; OLIVEIRA, RIBEIRO e ZANETTI, 2000; REIS, 2005) é recepcionado e estrutura o “velho-novo” PPV.

Em seguida, centrada no recorte deste trabalho, apresento as três Bases Comunitárias de Segurança (BCSs) territorializadas no GNA desde Setembro de 2011. Neste segundo tópico, dados institucionais colhidos especialmente no site do próprio governo do Estado da Bahia, na página do Pacto Pela Vida (PPV), possibilitarão a apresentação técnica destas estruturas. Entretanto, para além da

⁴¹ Frase dita por uma das moradoras do GNA, irmã de um dos entrevistados. Mais à frente, ainda neste capítulo, explicarei melhor este encontro.

⁴² Apropriando-me da definição utilizada por Reis, segurança pública, neste trabalho, deve ser entendido como “o conjunto de ações elaboradas e aplicadas pelo Estado, instância legalmente constituída, que detém o monopólio da força, garantidora da segurança pública, através do controle do aparelho policial, e que tem como finalidade proteger a vida (...) enquanto gestão sócio organizacional para o controle social e manutenção da ordem pública, deve ser resguardada de todos os atos de desordem, mediante a garantia dos direitos humanos, das vítimas e de quem protagoniza a violência.” (REIS, 2005, p.63-64).

⁴³ “Refere-se a práticas discriminatórias que não estão explicitamente definidas na lei ou codificadas na política, mas são reproduzidas (intencionalmente ou não) nas rotinas, administrações, normas, hábitos e práticas profissionais de instituições de educação, controle social, tecnociência ou cultura.” (AMAR, 2005, p.231).

técnica, apresento outros dados oficiais e trechos de entrevistas⁴⁴ colhidas no GNA que irão confrontar os dados e as informações publicizadas pelo programa do PPV.

Ao fim, abro o meu diário de campo. Apresentar a experiência vivida no GNA era um desafio que se tornava ainda mais angustiante diante das normas e regras de escrita do mundo acadêmico. Daí a alegria no encontro de outros trabalhos etnográficos que, rompendo o padrão, apresentaram a vivência do campo como um diário (DURÃO, 2008; CARUSO, 2009). Notar caminhos já abertos foi acalentador e é, pois, a partir deles que peço licença para seguir caminhada.

3.1 As políticas de segurança pública em Salvador e o PPV: a permanência do “atucaimento”⁴⁵ pelo Estado

Analisando a cidade de Salvador, no período de 1990 até o início dos anos 2000, a socióloga Vilma Reis indica como o conjunto de políticas de segurança, direcionado aos bairros populares desta cidade, estavam assentadas na criminalização do negro⁴⁶ e numa política de tolerância zero⁴⁷ (REIS, 2005). Confirmando, na cidade, uma atuação policial orientada por uma “tríade da morte”, a socióloga explica como, em conjunto, “as políticas de segurança pública na forma como têm sido implementadas têm assumido um papel decisivo nas mortes de jovens-homens-negros.” (REIS, 2005, p.100).

⁴⁴ Os depoimentos trazidos neste capítulo foram colhidos em campo e antecipam uma análise que será mais bem apresentada no capítulo seguinte, no qual tratarei da metodologia e, mantendo a identidade sob sigilo, apresentarei os sujeitos empíricos.

⁴⁵ “Atucaiado” é termo usado por Vilma Reis no título de sua dissertação “Atucaitados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001.”. Atucaiar quer dizer vigiar, espiar, “ficar olhando”. É nesse sentido que reutilizo a expressão usada por Reis para demonstrar a permanência do “atucaimento” estatal em relação à população negra de Salvador, em especial aos jovens negros moradores dos espaços segregados, como o GNA.

⁴⁶ Vilma Reis revela como as políticas de segurança pública estão historicamente conectadas a um padrão de suspeição policial orientado pelo perfil racial. Definindo este “filtramento racial”, Paul Amar irá dizer: “[...] uso pela polícia de meios racialmente tendenciosos para identificar suspeitos e/ou buscar e capturar cidadãos.” (AMAR, 2005, p.231).

⁴⁷ Explicando o alcance do termo empregado, Reis orienta: “A tolerância zero está sendo concebida nesta pesquisa enquanto: 1) Um projeto planetário de segurança pública contra pobres, negros, pessoas com baixo capital educacional, imigrantes e desempregados, que provavelmente não mais irão recuperar seus postos de trabalho, tendo em Nova Iorque o marco de fundação, a partir do início dos anos noventa. 2) Uma política de segurança pública assumida pelo Estado brasileiro e outros países que assumem agenda semelhante de segurança pública, com efeitos negativos sobre grupos historicamente em desvantagem no interior dos países. 3) E uma política intimamente conectada aos interesses de grupos locais que ultrapassa as fronteiras nacionais, com sérias consequências nas dimensões de raça, gênero, geração e classe” (REIS, 2005, p74).

Escrevendo seu trabalho no ano de 2005, Reis lembra que, naquele momento, a Bahia acumulava quinze anos de “governos carlistas” – a conhecida era do “carlismo baiano”⁴⁸. Este monopólio do governo por um único grupo político refletiu, como salientado pela autora, na imutabilidade de uma gestão de segurança identificada pelo elevado grau de violência.

A marca de confronto aberto com os negros (REIS, 2005) e da banalização da morte desta juventude, é bem exemplificada nas sucessivas operações policiais ocorridas ao longo daquele período. Na busca de exemplificar a alta letalidade policial dirigida a determinados corpos e territórios, Vilma lembra a operação policial acontecida em 1996 no bairro do Beirú – é a chamada “Operação Beirú” que pretendia:

Reprimir grupos considerados criminosos no bairro [...] e **provocou a morte de vinte pessoas, todas negras, do sexo masculino, com idade entre 15 e 35 anos**. Naquele momento de ocupação do Beirú, a PMBA recorreu ao modelo das Operações Espaciais, que se caracterizam por uma atuação policial de alta intensidade bélica, tecnicamente denominada policiamento ostensivo preventivo e repressivo, na qual os policiais militares utilizam armamentos pesados e podem averiguar qualquer pessoa considerada suspeita, atuando em conjunto com as delegacias dos bairros, o que, em geral, resulta em confrontos entre a população e os policiais, e onde a morte de civis é uma marca (REIS, 2005, p.119, grifo nosso).

A pesquisa desenvolvida pela autora, contudo, permitiu revelar como Beirú não é um caso isolado. Em verdade, como bem demonstrado durante todo o texto de Reis, a Operação Beirú pode ser tomado como paradigma do modelo de segurança pública que se espraiava pelos bairros populares da metrópole baiana.

Orientadas por um perfil racial e a criminalização de corpos e territórios negros, as “operações Beirú”, de ontem e de hoje, - como o GNA militarizado dos dias atuais – confirmam os padrões diferenciados seguidos na formulação e implementação das políticas de segurança pública. Legitimadas pelo ideário social racista, alimentado, sobretudo, pela mídia, as políticas de segurança, desde sua formulação até a sua execução pelas ações policiais nos espaços urbanos, focam os bairros populares, espacialidades de maioria negra, onde despejam a repressão

⁴⁸ Freitas, orientando-se pelas lições de Dantas Neto, irá conceituar o “carlismo” como “o termo pelo qual se designa o grupo formado na Bahia em torno da liderança de Antônio Carlos Magalhães que durante quatro décadas exerceu vários cargos públicos de destaque nacional e forte influência sobre um conjunto de partidos políticos do estado da Bahia” (FREITAS, 2015, p.66).

estatal - a face do Estado especialmente reservada para estes locais. É pensando acerca desse padrão diferenciado que Reis irá dizer:

Como essas situações não se repetem nos bairros ricos e brancos da cidade, onde a polícia tolera muitas situações que superam todas as infrações cometidas por jovens negros, pobres, residentes nos cinturões de miséria, **isso me faz pensar que a ação da polícia nos bairros populares é a representação da ação mais ampla do Estado em relação a jovens-homens- negros, que se manifesta em nada oferecer e mantê-los sob a lógica de vigiar e punir.** (REIS, 2005, p.122, grifo nosso).

O ano de 1998 é o marco da implantação, na Bahia, do policiamento comunitário através de um plano de segurança chamado Polícia Cidadã, experimentado, inicialmente nos bairros do miolo da cidade⁴⁹. Apesar de embriões deste modelo de policiamento já terem sido testados em algumas experiências anteriores àquele momento, somente ali que, oficialmente, foi assumido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado Bahia. É interessante ressaltar que, a partir desse momento, as Companhias Independentes da Polícia Militar (CIPM)⁵⁰ são criadas com o propósito de permitir a gestão integrada das polícias – o que não acontecia até 1998 – e, assim, implementar a Polícia Cidadã assentada neste novo modelo de policiamento que “conceitualmente, intenciona estabelecer contato e respeito com a população civil, além de um novo modelo gerencial das ações no policiamento ostensivo, principalmente em Salvador e na sua Região Metropolitana”⁵¹ (REIS, 2005, p.104). No papel, esse novo modelo gerencial das ações do policiamento comunitário relacionava-se a uma “gestão integrada das polícias, planejamento pautado na qualidade, descentralização e diálogo com a comunidade” (PM COMUNIDADE – PROJETO POLÍCIA CIDADÃ, 1999)⁵², ou seja, no rompimento do modelo militarizado.

⁴⁹ Para uma explicação mais detalhada sobre a área do Miolo na cidade de Salvador e os bairros que o integram recomendo a leitura de GARCIA (2009), REIS (2005), TORRES e SAMPAIO (1983).

⁵⁰ Ao longo das entrevistas uma destas Companhias – a 40ª CIPM – Ba – responsável pela gestão do GNA será referenciada diversas vezes pelos jovens entrevistados. Será interessante perceber como as referências feitas, tanto nas entrevistas como em conversas informais durante o campo, apontam a truculência como marca da atuação desta Companhia nos bairros do GNA, afastando a suposta proximidade com os moradores inerente ao ideal de um policiamento comunitário e de uma polícia cidadã.

⁵¹ Compreendendo que o exame aprofundado acerca dos padrões de operação e atuação da instituição policial no mundo moderno provocaria um desvio do propósito deste trabalho, recomendo a leitura de “Padrões de Policiamentos: uma análise comparativa internacional” assinado por David Bayley. Ademais, para uma compreensão do policiamento comunitário como uma das tendências do policiamento no século XXI, sugiro a abordagem feita por Rolim em seu livro intitulado “A síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI”.

⁵² Documento “PM Comunidade – Projeto Polícia Cidadã.”, Salvador, 1999.

Não demora muito e esse modelo comunitário, assumido oficialmente como política de segurança em 1998, apresenta graves problemas estruturais relacionados, sobretudo, à permanência do “velho modo operandi policial” (REIS, 2005). Como destaca a socióloga baiana, há uma desconsideração das conclusões dos estudos elaborados naquele mesmo período, por instituições como a UFBA, UNICEF, a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador e Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, os quais, de forma unânime, apontavam para uma atuação diferenciada das políticas assentadas em modelos comunitários a depender do perfil do bairro – bairro rico/branco X bairro pobre/negro. Dessa forma, sob o manto do combate à criminalidade e um padrão diferenciado de atuação, as ações policiais exercidas nos bairros populares, habitados majoritariamente pela população negra de Salvador, continuaram tratando esses territórios negros e seus moradores, especialmente a “juventude negra e pobre” como:

Os alvos das políticas de controle mais severas e discriminatórias, fazendo com que a cor da pele [...] transforme raça, classe, local de moradia e outras dimensões identitárias desses grupos alvo, em capital simbólico negativo, através da ação do próprio Estado, que tem como marca das suas políticas de segurança a prática do racismo institucional. (REIS, 2005, p.64).

É assim que, sob o “simulacro de um modelo comunitário”, as políticas de segurança na Bahia adentram o século XX reafirmando a raça, expressa pelos corpos e materializada na espacialidade de Salvador, como orientadora da suspeição e da letalidade policiais. Seja pelo discurso do combate à criminalidade - diversas vezes transvestido pela roupagem de “guerra às drogas”⁵³ - e/ou pela

⁵³ O debate sobre as drogas, sobretudo em relação às políticas implementadas para o seu combate, resta comprometido ao ser afastado do repertório racial que o forja. Conforme apontado por diversos estudos especializados no assunto e outros que discorrem sobre a questão racial e suas implicações na realidade urbana brasileira (ALVES, 2011; GARCIA, 2009, 2012; PINHO, 1998-1999, 2003; VARGAS, 2005, 2010) não há como prescindir, para este debate, da racialidade como cunhada por Sueli Carneiro - enquanto dispositivo orientador de discursos, práticas, cultura organizacional/institucional, imaginário social, lugares no espaço urbano e formador do “bem” e do “mal” na sociedade (CARNEIRO, 2005). Somente assim é possível compreender como o discurso sobre o tráfico de drogas, no encaixe da conexão historicamente feita entre negritude e criminalidade, mobiliza os estereótipos raciais para construção do inimigo a ser combatido. Sem negar a real gravidade e o drama social envolto à questão das drogas – que ao contrário de apontar a negritude como algoz confirma mais uma das “dimensões de precariedade” (FLAUZINA, 2006) que vitimiza a população negra -, a insistência do seu enfrentamento pelo aparato repressivo do Estado serve, em verdade, como “um dos fortes argumentos para matar ‘jovens-homens-negros’ sem direito à julgamento. É a polícia e os grupos de matadores tolerados pelo Estado que julgam e sentenciam” (REIS, 2005, p.124) nas ruas das favelas e bairros populares de Salvador e demais cidades brasileiras. A leitura de Vargas (2005, 2010), de uma forma objetiva, irá tratar da necessidade de

evocação de uma suposta ordem, o que se percebe é a continuação da violência como o principal instrumento de mediação da relação Estado - indivíduo negro, restando naturalizada a matança diária dos “jovens-homens-negros” na capital baiana (REIS, 2005).

Em 2007, após longos anos de carlismo na governança do estado baiano e, por conseguinte, na gestão da segurança pública estadual, a vitória de Jacques Wagner, candidato do Partido dos Trabalhadores, para o cargo de governador rompe com este quadro de inalterabilidade política. Contudo, como aponta Freitas, esta nova assunção não refletiu em mudanças na formulação e implementação das políticas de segurança pública estaduais:

Do mesmo modo que ocorreu nas demais unidades da federação a gestão da Bahia neste período **seguiu uma política tradicional de segurança pública com iniciativas gerais de aparelhamento da força policial sem grandes resultados sobre indicadores de taxas de homicídio. Entre 2007 e 2010 o número de homicídios no estado cresceu de 25,7/100 mil para 40,4/100 mil, bem como seguiram multiplicando-se os casos emblemáticos de mortes, desaparecimentos em operações policiais e graves violações de direitos humanos no estado da Bahia** (FREITAS, 2015, p.68, grifo nosso).

Relembrando a Operação Beirú como paradigma da prática policial vivida nos anos 90/2000, as ações da segurança pública, no final da primeira década do século XXI, reorganizam-se em “novas-velhas” operações policiais. Na criatividade de seus nomes, não escondem o objetivo de “higienização” que carregam – Operação Saneamento –, e, nem mesmo, o tom sarcástico destas – Operação Big Bang e Operação Salvador da Paz⁵⁴.

Em um primeiro mandato, o novo governo, marcado por um recrudescimento da violência no Estado, vê-se diante da cobrança de diversos setores da sociedade para que a questão da segurança pública fosse colocada como assunto central numa futura agenda política (FREITAS, 2015). É inserido nesta tensão que, em exatos seis meses após a sua reeleição, o governador petista e sua equipe de governo lançam, em Junho de 2011, o Pacto Pela Vida – o PPV.

desmitificação do ideário popularmente criado e, institucionalmente sustentado, que articula a população negra e seus territórios ao tráfico de drogas.

⁵⁴ Operações policiais ocorridas entre 2007 e 2010 em Salvador e Região Metropolitana (FREITAS, 2015).

O Plano, que se tornara “eixo estruturador da política de segurança do estado” (FREITAS, 2015), é baseado em experiência homônima realizada em Pernambuco desde 2008, e é através dele que os territórios da metrópole e demais regiões do Estado receberão as chamadas Bases Comunitárias de Segurança, abordadas com mais detalhe no próximo tópico. Focado no controle dos homicídios, o PPV é apresentado como “uma nova política de Segurança, construída de forma **pactuada com a sociedade**, articulada e integrada com o Poder Judiciário, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público, Defensoria Pública, os municípios e a União.” (Pacto Pela Vida, 2016, grifo nosso). Ademais, a liderança do Pacto é feita pelo próprio Governador, o qual, em conjunto com treze Secretarias de Estado, busca a redução da violência a partir da diminuição dos chamados Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs – e Crimes Violentos contra o Patrimônio – CVPs.

Lançado em Junho de 2011, o Programa é instituído pela Lei estadual nº 12.357 que, editada em setembro deste mesmo ano, institui o Sistema de Defesa Social, o PPV e dá outras providências. Além desta, outra legislação estadual é base legislativa do Programa - a Lei nº 12.371/2011, que institui o Sistema de Definição e Acompanhamento de Metas para o Índice Estratégico e Outros Índices de Controle de Criminalidade no Estado da Bahia, estabelece outras regras para a concessão do Prêmio por Desempenho Policial e dá outras providências. Estas duas leis estaduais, somadas ao PLANESP, lançado em dezembro de 2011, com o objetivo de apresentar missão, valores, visão de futuro e metodologia utilizada para construção do modelo proposto no PPV, formam a base documental do Pacto vigente.

Seguindo uma complexa estrutura organizacional e operativa, o Programa cria diversas instâncias que atuam de forma relacional, mas com responsabilidade específicas: Comitê de Governança, Comitê Executivo, Cinco Câmaras Setoriais e um Núcleo de Gestão⁵⁵. Ao ser apresentado como um novo modelo de gestão,

⁵⁵ “Um Comitê de Governança – integrado pelos dirigentes máximos dos Poderes e Instituições do Estado, responsável pela definição das diretrizes estratégicas e acompanhamento das ações; um Comitê Executivo – presidido pelo Governador e integrado por representantes dos Poderes e Instituições do Estado, com a finalidade de promover a articulação entre os processos de formulação, implantação, monitoramento e avaliação de suas ações; cinco Câmaras Setoriais para propor e definir diretrizes e políticas setoriais que contribuam para a redução das taxas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs, na sua respectiva área de atuação. O Núcleo de Gestão, que é uma unidade de monitoramento e avaliação dos resultados do Programa.” (Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016).

retoma o velho discurso da integração da polícia, que, como visto anteriormente, está presente desde a década de 90 nos documentos de apresentação das “novas” políticas de segurança pública baianas (REIS, 2005)⁵⁶. Além disso, ao lado de ações policiais, o Programa faz referência às ações no âmbito social “executadas por diversas Secretarias de Estado, voltadas para a população vulnerável das áreas identificadas como **críticas em termos de criminalidade**, de modo a reafirmar direito e dar acesso a serviços públicos” (Pacto Pela Vida, 2016, grifo nosso).

Falando em “integralidade”, “transversalidade” de ações preventivas e repressivas, o Pacto estruturante da segurança pública atual no estado, assenta todo o seu discurso em uma “nova distribuição territorial para fins de execução e monitoramento das ações do Programa” (Programa Pacto Pela vida, 2016). Estruturado, assim, em uma concepção territorializada, são criadas zonas de segurança chamadas de RISP – Regiões Integradas de Segurança Pública - e AISP – Áreas Integradas de Segurança Pública - que recortam todo território baiano e surgem no plano como facilitadoras do “novo modelo” de segurança.

Para além desses dados institucionais, e antes de avançar para o próximo tópico onde analisarei as BCSs⁵⁷, entendo importante visitar as conclusões de Freitas, que, em recente trabalho, analisando o discurso do PPV, apontou lacunas e silêncios na dimensão discursiva do Pacto, que mais do que falhas ou lapsos, indicam o traço estruturador do Programa (FREITAS, 2015).

3.1.1 O combate à criminalidade, a instituição da defesa social, o fortalecimento das ações repressivas e o silenciamento sobre a morte negra: as “interdições”⁵⁸ discursivas do PPV

⁵⁶ “O Programa prevê, no âmbito policial, ações integradas das unidades da Secretaria de Segurança Pública, das Polícias Militar e Civil e do Departamento de Polícia Técnica visando à redução dos CVLIs e CVPs.” (Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016).

⁵⁷ No próximo tópico apresentarei as BCSs fazendo um recorte específico das três que se encontram territorializadas no GNA – BCS do Nordeste de Amaralina, BCS da Santa Cruz e BCS da Chapada do Rio Vermelho.

⁵⁸ Partindo das considerações de Foucault sobre a articulação entre poder e saber inerente a todo discurso, Carneiro (2005) relembra a “regra da polivalência tática do discurso” que demonstra como, ao mesmo tempo, o discurso que veicula e produz poder e está assentado em um saber, não se constitui somente pelos “ditos”. Assim, as omissões, “os silêncios e os segredos que dão guarida ao poder” (FOUCAULT, 1988, p.98), como estas presentes no discurso do PPV, são reveladoras de

Apesar da análise aprofundada feita por Freitas na pesquisa de mestrado intitulada “Discursos e práticas das políticas de controle de homicídios: uma análise do ‘Pacto Pela Vida’ do estado da Bahia (2011-2014)”, não tenho, aqui, a intenção de exaurir todos os pontos observados pelo autor. Centrada em BCSs frutos deste Plano, destaco, abaixo, especificamente quatro pontos mais relevantes apontados por Freitas os quais indicam como, desde a dimensão discursiva, o Pacto assenta-se sob uma episteme racializada, lugar comum dos discursos e práticas estruturantes da sociedade brasileira (CARNEIRO, 2005; GARCIA, 2009; GONZALEZ e HASNEBALG, 1982; FLAUZINA, 2006; MOORE, 2007; REIS, 2005).

Antecipo, ainda, que, orientada pela releitura foucaultiana feita por Carneiro, discurso é aqui entendido como o lugar de articulação entre saber e poder. Ou seja, discurso “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.” (FOUCAULT, 1996, p.10). Sendo assim, o discurso do PPV é também exercício de poder, tradução de práticas e orientações que estão a todo tempo tentando legitimar-se como verdade. Como campo de saber que orienta a segurança pública e exercício de poder, ele está fortemente assentado no mito da democracia racial – discurso maior que molda, de uma forma geral, as relações raciais no Brasil (CARNEIRO, 2005).

Inicialmente, Freitas lembra que a redução dos homicídios - objetivo central do Pacto - perpassa a diminuição dos CVLIs e dos CVPS, posta discursivamente como prioridade a ser perseguida. É assim que, sem trazer explicitamente nenhum conceito sobre segurança pública, o Pacto, repetindo as tendências conservadoras, baseia-se na ideia de “criminalidade” para definição dos objetivos da política de segurança. Ou seja, para explicar o complexo fenômeno da violência reduz-se à “criminalidade”, “entendida como o rol das práticas delitivas mais executadas no estado e, ao mesmo tempo, como uma ‘cultura para qual os criminosos tentariam cooptar os cidadãos de bem’.” (FREITAS, 2015, p.84).

A abordagem da violência reduzida à criminalidade, como apontado por diversos estudos da sociologia da violência e da criminologia crítica (ADORNO e

“interdições” – o veto, a proibição, a invisibilização da morte e da subjetividade negra - essenciais para manutenção da dinâmica racial do país.

BARREIRA, 2010; DURÃO, 2008; MISSE, 2010; PORTO, 2006 SILVA, 2004; ZALUAR, 1999), significa, para além da desconsideração da complexidade deste fenômeno, uma opção por encará-lo de forma seletiva. É assim, desconsiderando as ocorrências não criminalizadas, como a violência institucional e estrutural, que “ficam totalmente alijadas da definição dos objetivos desta política de segurança” (FREITAS, 2015, p.84), que o PPV demonstra uma clara opção no reforço do paradigma repressivo guiado pela “atuação seletiva do sistema penal” (FLAUZINA, 2006). Criminalidade, como causa principal da violência, e repressão penal-policial, como solução, são velhas combinações sabidamente ineficientes e orientadas por viés racial.

Além de apontar para o fortalecimento do aparato punitivo, o segundo destaque sinaliza para um dos eixos estruturadores do Pacto: a instituição de um sistema de defesa social. Freitas, tratando da ineficácia desta ideologia adotada crava:

A ideia de uma sociedade de bons em detrimento de uma minoria delinquente é a base do pensamento oficial que se revela nos discursos sobre segurança pública na Bahia. **Trata-se de uma abordagem que privilegia as intervenções sobre os sujeitos** e não sobre os fenômenos sociais nos quais estes sujeitos constroem suas condutas, **que considera o crime como uma realidade ontológica**, e não como uma construção social e que se lastreia numa definição moral de condutas aprovadas e reprovadas socialmente. (FREITAS, 2015, p.89, grifo nosso).

Neste contexto, numa divisão entre “bons” e “maus”, a negritude, vista historicamente como meio delinquente por excelência (CARNEIRO, 2005), continua a servir como lócus privilegiado - territorialmente e corporalmente - para as intervenções estatais de ontem e hoje (ALVES, 2011). As instalações das BCSs nos territórios majoritariamente negros e suas ações orientadas para um controle dos jovens-homens-negros destes espaços, como será mais bem abordado adiante, deixa evidente a orientação racializada das intervenções respaldadas por esse pacto e seu discurso da defesa social.

O terceiro destaque trata-se do “binômio repressão/prevenção” posto repetidamente no discurso do PPV e que seria concretizado por meio de ações de caráter preventivo – ações sociais – supostamente postas, lado a lado, às ações repressivas – ações policiais. Contudo, somente pela análise da parte do documento dedicada à apresentação das ações, Freitas já conclui que “as [ações] de repressão

se afirmam no PLANESP em detrimento das ideias de prevenção, políticas sociais e garantia dos direitos humanos” (FREITAS, 2015, p.91). Vale ressaltar que os entrevistados, moradores do GNA, que serão apresentados no capítulo seguinte, confirmam o que foi notado por Freitas. Perguntados sobre ações sociais trazidas após a implantação das três BCSs do GNA, eles ratificam o caráter repressivo e policialesco do programa e, sem ações sociais estruturantes para apontar, trazem eventos pontuais promovidos de forma a lembrar as velhas práticas de caridade⁵⁹.

Por fim, acompanhando as lições de Freitas, rumo para o quarto e último destaque sobre a dimensão discursiva do PPV. Apresentando-se como um programa objetivamente traçado para o controle/redução dos homicídios no estado, é curioso a invisibilização ou o silenciamento sobre aqueles que são as principais vítimas de homicídio no estado (WASELFISZ, 2016) nas inúmeras páginas que compõem o Pacto. A omissão acerca da matança negra no estado, mais do que um lapso, revela como o genocídio negro é recepcionado e figura como um “traço central” no programa baiano (FREITAS, 2015). Tratando disto, Freitas irá dizer:

O não reconhecimento da centralidade da agenda racial na pauta de controle de homicídios é outro ponto a ser destacado. **É bastante significativo que num estado de maioria negra em que o risco de morte violenta concentra-se no grupo de ‘jovens-homens-negros’ inexistia no PPV um abordagem central e prioritária para o tema. Esta ausência compromete o discurso de integração prometidos pelos agentes públicos por ocasião do lançamento da iniciativa e aponta a persistência do conceito de genocídio negro como traço estruturador do sistema penal e de segurança pública na Bahia** (FREITAS, 2015, p.105, grifo nosso).

A análise da dimensão discursiva do PPV indica como “os discursos/saberes ou os dispositivos de dominação se renovam continuamente” (CARNEIRO, 2005, p.32). Apesar de apresentado como novo, o PPV e seu repertório de “combate à criminalidade”, “áreas consideradas críticas”, reforço da divisão entre “bem x mal” e de “ações repressivas”, combinado ao silêncio deliberado sobre a cor preferencial da morte no estado da Bahia, demonstra como o que há é a permanência dos “Pactos” históricos, ou, no máximo, um “novo-velho-Pacto”.

Refletindo sobre a potencialidade da “regra da polivalência tática dos discursos” de Foucault para compreensão desses “silêncios” operados pelos

⁵⁹ No tópico seguinte trarei as falas dos entrevistados que denuncia a falácia destas ações de cunho social propagadas pelo discurso oficial.

discursos, Sueli Carneiro sugere que “dentre todas as regras propostas essa seja aquela que melhor atende à compreensão da dinâmica discursiva que enfeixa as relações raciais no Brasil na qual os silêncios têm lugar privilegiado, em particular na definição de interdições” (CARNEIRO, 2005, p.33). Daí observo que, se no discurso do PPV, os “ditos” estão assentados nas “relações tácitas” (VARGAS, 2005) construídas entre a condição existencial negra e o indesejado/o criminoso, os “não-ditos” sobre esse povo faz parte da estratégia de reforço do poder articulado por este mesmo discurso. Em outras palavras: este silêncio sobre o genocídio negro no discurso do PPV precisa ser visto como definidor de interdições e, como tal, essencial para dar “guardida”⁶⁰ à manutenção do status quo que historicamente reservou à branquitude o lugar de poder na sociedade brasileira.

Dessa forma, o PPV e suas BCSs são o que chamo de “novo-velho”, são as provas das permanências. Sob a égide de um silêncio deliberado, as intervenções estatais funcionam como carro chefe para o exercício de uma “necropolítica espacial” (ALVES, 2011; MBEMBE, 2006), que, consumada por BCSs territorializadas nos bairros de maioria negra de Salvador, mira, sobretudo, os corpos dos “jovens-homens-negros”.

3.2 “A Base Comunitária é o próprio leviatã”⁶¹: os dados do PPV e as três BCSs do grande nordeste de Amaralina

Como plano de segurança pública executado pelo estado da Bahia desde 2011, o PPV ao dispor sobre as ações policiais, entre outras coisas, previu a:

Implantação de Bases Comunitárias de Segurança Pública – BCS, que são estruturas físicas em áreas consideradas críticas em termos de criminalidade violenta, funcionando como instrumento de polícia comunitária, que aproxima a polícia dos moradores e aumenta a sensação de segurança nestas áreas. Além disso, as BCS são referência para a execução de ações sociais transversais em seu entorno. (Pacto Pela Vida, 2015, grifos nosso).

⁶⁰ Sobre esta regra da polivalência tática dos discursos, Foucault explica: “É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber. [...] **O discurso veicula e produz poder; reforça-o mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo. Da mesma forma o silêncio e o segredo dão guardida ao poder**, fixam suas interdições; mas, também afrouxam, seus laços dão margem a tolerâncias mais ou menos obscuras.” (Foucault, 1988, p. 98, grifo nosso).

⁶¹ Fala dita pelo Entrevistado 4 durante a entrevista feita com este.

Nesse sentido, como “pontos de gerenciamento da operacionalidade policial”, as BCSs territorializadas em determinadas “áreas críticas em termos de criminalidade violenta” contariam, segundo a narrativa oficial, com uma polícia comunitária inserida na filosofia de proximidade, “que aproxima a polícia dos moradores e aumenta a sensação de segurança nestas áreas.” Ademais, tais Bases deveriam ser referência para “a execução de ações sociais transversais em seu entorno”⁶².

Dentro deste contexto, o estado da Bahia, no mesmo ano de 2011, começou a receber as primeiras Bases Comunitárias de Segurança em seu território. Até o presente momento já foram instaladas quinze BCSs em todo o estado – sendo onze em Salvador e Região Metropolitana e quatro em outras localidades do estado baiano⁶³. Abaixo, trago imagens que localizam estas estruturas, tanto no mapa de Salvador, como no mapa da Bahia:

Imagem 3: Localização das BCSs instaladas em Salvador e Região Metropolitana



(Fonte: Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016).

⁶² Sobre a organização interna das BCSs, o site oficial explica: “As Bases Comunitária de Segurança são compostas de: Recepção, Comando da Base/Sala de Reunião, Central de Comunicações e Centro de Cidadania.” (Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016).

⁶³ A primeira BCS foi instalada no bairro do Calabar e a mais recente, instalada em setembro de 2014, foi posta no bairro de Águas Claras. (Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016).

Imagem 4: Localização das BCSs instaladas no Estado da Bahia



(Fonte: Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016).

Aqui, chamo atenção mais uma vez para como, ao analisar os bairros que já receberam estas estruturas fica evidente a concentração destas em localidades segregadas e de concentração de população negra - Calabar, Fazenda Coutos, Bairro da Paz, Itinga, Chapada do Rio Vermelho, Santa Cruz, Nordeste de Amaralina, Rio Sena, São Caetano, Uruguai, Águas Claras. Tanto o discurso oficial parece confundir "criminalidade" com negritude, como também, a escolha confirma a permanência da seletividade de políticas de segurança pública que miram de forma diferenciada os corpos e territórios racialmente demarcados e ignoram outras regiões da cidade onde as taxas de violência poderiam justificar ações similares, desde que não fossem núcleos populacionais de maioria branca.

O Calabar, bairro que abriga população majoritariamente negra e que é reconhecido por essas raízes⁶⁴, é o primeiro a receber uma dessas estruturas em

⁶⁴ "O Calabar é um bairro popular localizado na região central de Salvador, fazendo fronteira com bairros de classe média e média alta da cidade: Federação, ao Norte; Jardim Apipema e Ondina, ao Sul; Alto das Pombas e São Lázaro, a Leste; Centenário e Barra, a Oeste. Segundo o historiador Cid Teixeira (2012), o bairro foi formado por escravos oriundos de uma região localizada ao norte da atual Nigéria, chamada de Kalabari, os quais, ao chegarem à Bahia, fugiram dos seus senhores e

seu território – a BCS (2) trazida pela Imagem 3 acima⁶⁵. Em seguida, setembro de 2011, são inauguradas as três Bases do Grande Nordeste de Amaralina – respectivamente apresentadas pela Imagem 3 como, BCS do Nordeste de Amaralina (3), BCS de Santa Cruz (4) e BCS da Chapada do Rio Vermelho (5): “As Bases Comunitárias de Segurança implantadas nos bairros do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Vale das Pedrinhas contam com 360 policiais – 120 em cada uma delas –, 16 viaturas e 25 câmeras de monitoramento.” (Programa Pacto Pela Vida, 2016).

Buscando identificar a percepção sobre a aplicação do modelo comunitário de policiamento no GNA, como publicizado pela narrativa oficial, pergunto durante as entrevistas sobre as possíveis mudanças na atuação policial. Os relatos, como este que trago de exemplo abaixo, bem diferente da “filosofia de proximidade” vendida pelo Pacto, indicam a permanência da brutalidade e violência como marcas da atuação policial dos agentes vinculados às bases pelas ruas do GNA:

Pesquisadora – Você acha que em termos de violência o tratamento da polícia se tornou mais de proximidade, uma polícia comunitária?

Entrevistado 3 – **Não! Hoje tem a mesma polícia que tinha antes, que bate, opressora, que chega no pessoal de madrugada pensa que é todo mundo vagabundo chega e bate**, mas tem uma porcentagem pequena, que **provavelmente não é de campo**⁶⁶, que fica lá dentro, que faz umas coisas sociais, faz umas ações no natal, essas coisas assim....

Pesquisadora - Mas não é a polícia que sai pras ruas...

constituíram o Quilombo dos Kalabari.” (CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOCIAIS. Disponível em: <<http://ceas.com.br/?p=1237>> Acesso em: 20/06/2016).

⁶⁵ Conforme os dados oficiais sobre esta primeira BCS instalada no território negro do Calabar ressalto que esta conta “com efetivo de 110 PMs, que se revezam em três turnos, promove o policiamento ostensivo na região. A base conta também com videomonitoramento feito por nove câmeras e três viaturas.” (Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016).

⁶⁶ Acho interessante destacar que, dos quatro entrevistados, três eram jovens e integrantes de um coletivo de jovens do GNA. Nas suas respostas sobre a atuação policial eles confirmaram a permanência da repressão, do controle, da violência física na atuação da polícia dita comunitária. Entretanto, conforme o relato destacado acima, eles apontam para uma distinção entre “corpo e mente”. Ou seja, a atuação da polícia da base, feita na rua, teria uma diferença da polícia administrativa da base ou daquela representada pelas capitãs – das três BCSs do GNA, duas têm mulheres como capitãs. A fala do Entrevistado 2 é, também, exemplificativa disto: “Então, não há um preparo para ir para rua. Existe um preparo interno mas fora não existe!”. Instigada a entender melhor essa distinção já apontada por outros trabalhos etnográficos sobre atuação policial (DURÃO, 2008), percebo que o desenrolar da conversa sinaliza como esta diferença (mente x corpo), em verdade, diferente do que pode parecer à primeira vista, não indica propriamente um desvio, um acidente. Em meio às reflexões feitas pelos entrevistados no curso das entrevistas, a manutenção de um administrativo menos truculento e que parece desconectado com o policiamento violento das ruas e, até mesmo, a escolha de mulheres para os postos de capitãs, aponta para ações deliberadas que ajudam, inclusive, a blindar a realidade do policiamento cotidiano vigente no GNA.

Entrevistado 3 – **Não! Ali não tem conversa. Nem se atreva a querer conversar! Que se você der um “ai” é pau! Já vi mulher tomar tapa por falar. Abrir a boca e tomar tapa na cara até fechar a boca! Ela tentando falar e tomando tapa até ela calar a boca!** E tipo, ela não tava fazendo nada. Eu estava com um pessoal que tava sendo enquadrado de um lado, foi até aqui em cima, tava do lado de lá sendo enquadrado, ela tava do lado de cá. Passou e achou um absurdo e foi falar! **O tenente deles saiu deu um tapa na cara dela, mandou ela calar a boca, ela foi falar e tomou tapa e foi tomando tapa até calar a boca!** [Ela] Não tava fazendo absolutamente nada! (Entrevistado 3, entrevista realizado em abril de 2016, grifo nosso).

Ademais, na sequência destes dados apresentados pelo Estado, a redação oficial diz:

Tudo isso possibilitou a redução de 50% no número de ocorrências no Complexo do Nordeste de Amaralina. Com as bases, **os moradores também foram beneficiados com atividades de inclusão social**, entre elas: na área de educação, o curso pré-vestibular do programa Universidade para Todos; para garantir segurança alimentar, o projeto Ajeum realiza ações para povos e comunidades tradicionais; o CSU Nordeste de Amaralina⁶⁷ tem um Centro Digital de Cidadania (CDC) que promove cursos de iniciação à informática; já o projeto Esporte e Lazer dá acesso a escolinhas de futebol, futsal, vôlei, basquete, ginástica e natação. (Programa Pacto Pela Vida, 2016).

O discurso acima, mais uma vez, não retrata o que foi visto e ouvido durante o campo. Sobre as supostas atividades de inclusão social é importante lembrar que os jovens entrevistados, moradores do GNA, relatam que ações de cunho social prometidas não são realidade no GNA militarizado. Diferente do trecho destacado, o que vejo e ouço sobre atividades sociais realizadas pelas Bases no GNA não passa de eventos pontuais – ação de entrega de presentes no Natal, distribuição de enxoval, por exemplo. “A persistência do repertório punitivo como centro da abordagem pública” ou, ainda, a continuidade no reforço de “políticas repressivas sem o cumprimento das promessas referentes à destacada intersetorialidade e integração entre ‘prevenção social e repressão qualificada” (FREITAS, 2015, p.100) é denunciada, sem titubeios, por um dos entrevistados desta pesquisa que, ao referir-se ao PPV, rebatiza este chamando-o de “pacto pela morte”:

⁶⁷ No próximo capítulo onde abordarei de forma mais aprofundada as informações das entrevistas, os entrevistados irão revelar como o CSU – Centro Social Urbano - do Nordeste de Amaralina, posto no trecho destacado acima como local de promoção de cursos, esporte e lazer, que era, no passado, um espaço ocupado pelos jovens, após ser escolhido como local para a implantação da BCS Nordeste de Amaralina tornou-se um lugar hostil para a juventude do bairro que não mais ocupa o espaço.

Pesquisadora – Em sua opinião, juntamente com a Base, chegaram outras políticas, outras ações sociais?

Entrevistado 2 – Não, não! (risos). [...] **Ontem mesmo eu tive uma reunião com a capitã e questionei se ela não devia fazer um trabalho com jovens.** Porém, entendo, também, que o jovem não vai chegar perto da polícia sabendo como é toda essa situação. **Então, assim, o PPV, aqui, é o Pacto pela Morte!** (Entrevistado 4, entrevista realizado em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 3 – **Não! A base não fez nada referente a esse tipo de política social aqui! A única coisa mais comunitária que a base faz é justamente essas ações [pontuais].** Há um tempo atrás, tem um parque aqui na Fonte Nova e aí pega pessoas que vivem de baixa renda e que não tem como dar um ingresso pro filho aí reúne esse pessoal e leva pro parque. **Aí faz uma ação de natal, como eu disse lá no CSU, faz uma ação de natal e distribui presentes, e só essas coisas de distribuição de presentes e tal, mas capacitação, essas coisas, nada!** (Entrevistado 3, entrevista realizado em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 4 - Então, na verdade, eu participei, inclusive, de um seminário, logo após a implantação [das BCSs], aconteceu um seminário no Beco da Cultura, na escola Carlos Santana. Eu participei dos GT's e dos GT'S aplicados, **a gente queria na verdade políticas de curto, médio e longo prazo; mas na verdade não aconteceu. O que aconteceram, na verdade, foram algumas ações paliativas, distribuição de enxoval [...] estelionato político! Porque foi um estelionato político mesmo! A promessa foi uma, mas a ação foi outra!** (Entrevistado 4, entrevista realizado em abril de 2016, grifo nosso).

Ademais, a redução de 50% nos índices de homicídios, anunciada no trecho da narrativa oficial trazido acima, merece, também, enfrentamento. Conforme Freitas:

[...] os índices de homicídios, que segundo os dados da SSP/BA estariam decrescendo sistematicamente desde o lançamento do PPV, continuam expressivos com ligeiras oscilações sem tendência confirmada. [...] Entre 2011 – ano de implantação do PPV na Bahia – e 2012 houve no estado, segundo os dados do Ministério da Saúde, um **crescimento nas taxas de homicídios** de 38,7 para 41,9 por 100 mil [...]. Se analisarmos apenas a cidade de Salvador – onde as ações do PPV estariam mais concentradas no primeiro ano – verificamos que houve no mesmo período uma ligeira queda de 1,4 na taxa de homicídios segundo os dados da saúde (de 62 em 2011 para 60,6 por 100 mil em 2012). **Os documentos da segurança pública, contudo, falavam em reduções entre 50% e 80% nos bairros prioritários do PPV em Salvador. As contradições entre os dados oficiais e as significativas ações de publicidade desenvolvidas pela coordenação do PPV dificultam uma análise mais precisa do impacto real em termos de redução de homicídios [...].** (FREITAS, 2015, p.100, grifo nosso).

Mais do que uma mera contradição entre dados e ações publicitárias do Pacto, a marca mórbida desta política fica evidente no próprio processo de chegada das ditas Bases Comunitárias no território do GNA. O momento da implantação foi marcado por mais sangue negro:

Entrevistado 4 - **Então, a primeira marca é essa! Dentre tantos assassinatos que aconteceram, nós acompanhamos! Inclusive teve um extermínio, acho que foram 9 [mortos], não me recordo, foi tanta gente!** Eu chamei alguns companheiros, a gente articulou um ato [...], colocamos cruzeiros aqui na praia de Amaralina e, **logo depois, morreu o filho do mestre Bozó, que era primo de Joel**⁶⁸. **Então, essa pra mim é a marca da Base Comunitária no Nordeste de Amaralina! [...] porque não dá pra discutir uma intervenção militar, sem discutir os interesses que estão ali naquele local.** E é algo absurdo! **Porque assim, o que nós temos todos os lugares têm! "Ah! Tráfico de drogas", na Barra**⁶⁹ **tem tráfico de drogas! [...] agora, o porquê de tanta perseguição, de tanto empreendimento em fazer a perseguição do Nordeste? Porque a mídia Soteropolitana sempre colocou o seus repórteres pra fazer cobertura do Nordeste?** Essa é uma interrogação que nós temos que fazer. Por quê? Aí tem que conhecer o Nordeste de Amaralina... (Entrevistado 4, entrevista realizado em abril de 2016, grifo nosso).

Mesmo após setembro de 2011, quando através de violentas incursões da “polícia de proximidade” que “chegou, aterrorizou e implantou as bases” (Entrevistado 3), as conhecidas operações policiais não deram trégua⁷⁰. Carlos Alberto - primo de Joel - Lilian Santos, Walisson, William Alexandro Fiuza⁷¹ e os

⁶⁸ Quase um ano antes da implantação das bases – 21 de Novembro de 2010, “após o dia 20, que é o dia de Zumbi, de Dandara e de Palmares” (Entrevistado 4) – uma operação da 40ª Companhia Independente da Polícia Militar, no GNA, levou à morte o menino Joel⁶⁸: negro, de apenas 10 anos de idade, que, meses antes, havia sido garoto-propaganda do governo do Estado. Dentro de sua casa o garoto é morto por uma bala que, disparada por policiais da 40ª CIPM, atravessa a janela de seu quarto e atinge o seu rosto. Joel preparava-se para dormir. Até hoje, seis anos depois, nem o Estado baiano, nem os agentes, foram responsabilizados pela morte do garoto. Registro, ainda, que a perícia feita pelo Departamento de Perícia Técnica confirmou que o tiro que atingiu Joel veio da arma de um dos policiais da corporação. (G1.globo.com, 21/11/2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/11/crianca-morre-atingida-por-bala-perdida-em-casa-na-ba.html>> e <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2011/11/morte-de-menino-baiano-atingido-por-tiro-da-pm-completa-um-ano.html>>. Acesso em: 21/06/2016).

⁶⁹ Bairro nobre de Salvador.

⁷⁰ Menos de três anos após a morte do menino Joel, tomba o corpo do primo de Joel: também negro, também jovem. A morte de Carlos Alberto Conceição Júnior, durante uma operação policial no GNA, é uma entre tantas acontecidas desde a implantação das BCSs (Correio 24 Horas Salvador, 13/06/2013. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/jovem-morto-no-nordeste-de-amaralina-era-primo-do-menino-joel-protestos-continuam/>>. Acesso em: 21/06/2016).

⁷¹ William Fiuza, jovem de 18 anos, foi morto pela polícia militar em mais uma operação policial acontecida neste último sábado do mês de Outubro, 29/10/2016, na Santa Cruz - bairro integrante do GNA. Na manchete de um jornal local, o tio do jovem desabafa: "Mataram e saíram arrastando como se fosse um lixo!" (MUNIZ, Tailane. Correio 24 Horas, 31/10/2016. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/mataram-e-sairam-arrastando-como-se-fosse-um-lixo-diz-tio-de-jovem-morto-em-santa-cruz/?cHash=c415c39ed2013595ea6dc508c61aee6f6>>. Acesso em 31/10/2016). A corporação da

muitos outros que tombaram (e tombam), desde a implantação das BCSs no GNA, anunciam a permanência da marca de “confronto aberto aos negros” (REIS, 2005) - traço comum das sucessivas políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador. Sem enfrentar o racismo institucional, o PPV, seguindo a cartilha redigida pelo mito da democracia racial brasileira, revela-se, desde o seu plano discursivo, conforme apontado no tópico anterior, passando pela implantação sangrenta das BCSs, como visto acima, como mais um “simulacro” (REIS, 2005) no histórico das políticas de segurança estaduais.

Contudo, para além das contradições discursivas e da chegada sangrenta das BCSs, é o cotidiano de intenso controle e de sucessivas operações policiais seguidas de mortes negras⁷² que confirmam a presença da “governança mórbida” (ALVES, 2011) no GNA. Aqui, então, na busca de contar o que foi visto desse cotidiano, sigo para o relato da experiência vivida durante os dez meses de campo neste território.

polícia militar, como de praxe, fala em “confronto”, “troca de tiros”. Moradores revoltados desmentem a versão, conforme trecho de uma reportagem do Jornal A Tarde sobre o assassinato do jovem: “Toda vez é a mesma história, de que foram recebidos a tiros e não sei o quê. É mentira. Não houve nada disso. A polícia matou mais um inocente e, por pouco, meu neto, adolescente, também, não foi junto”. O relato da dona de casa Maria José Cardoso, 62 anos, se misturava a tantas outras vozes que se despediram nesta segunda-feira, 31, do lavador de carros William Alexandro Fiuza Conceição, 18.” (Jornal A Tarde, Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1730988-protesto-marca-enterro-de-mulher-morta-em-acao-da-pm>> Acesso em: 18/06/2016.).

⁷² São muitas as notícias sobre operações policiais truculentas no GNA após a implantação das BCSs. Quase semanalmente, a página de um coletivo de mídia comunitária do GNA noticia uma operação policial que gera revolta nos moradores, ocasiona a interrupção do serviço de transporte rodoviário no bairro e, sobretudo, resulta em morte, especialmente, de jovens negros e negras tratados quase sempre como “suspeitos” ou “envolvidos com o tráfico”. São notícias sobre execuções de jovens-homens-negros, como o recente caso de Walisson: morador do GNA, capoeirista e aluno da escola local Theodoro Sampaio e que, apesar da revolta dos familiares, foi posto pela mídia local como “envolvido com o tráfico”. Destaco algumas notícias que abordam o caso: SANTOS, GILVAN. Mulher Morre vítima de tiroteio no Nordeste de Amaralina. Correio da Bahia. Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/morre-mulher-vitima-de-tiroteio-no-nordeste-de-amaralina/?cHash=57a100922cf8ed358a0709d47bef2512>>. Acesso em: 18/11/2016; BORGES, Jefferson. In: Nordeste Eu Sou, Salvador, 22/05/2016. Disponível em: <<http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/293-morte-walisson>>. Acesso em: 18/06/2016; Correio 24 Horas, Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/rodoviaros-alteram-fim-de-linha-em-santa-cruz-apos-bandidos-incendiarem-onibus-seguranca-e-reforcada/?cHash=6f5e2e3ad1e0a9a9bd1a626e29bd4492>> Acesso em: 25/09/2016; Nordeste Eu Sou, Salvador, 04/12/2015. Disponível em: <<http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/57-ato-de-protesto-por-paz-e-respeito>>. Acesso em > 05/07/2016.

3.3 Diário de um campo vivido: o GNA, suas ladeiras e histórias

Apresentar a experiência vivida no GNA através de um diário foi a maneira encontrada para, com maior respeito ao que foi vivido, escrever sobre o campo no Grande Nordeste de Amaralina. De julho de 2015 a abril de 2016 conheci muitas ruas, praças, histórias e, especialmente, pessoas que foram registradas no caderno que sempre estive comigo. São cheiros, falas e observações que exigiram enfrentar as rígidas e frias formas da ABNT para assim poder trazer, abaixo, pedaços desta experiência. Trago, aqui, o diário de um campo vivido⁷³.

3.3.1 A primeira visita ao Grande Nordeste de Amaralina

Subir a enladeirada Rua do Norte, uma das vias de acesso ao Nordeste de Amaralina, é experimentar uma nova cidade dentro daquela onde nasci. A ladeira, algumas vezes já usada pelo "Praça da Sé" - ônibus que me levava de Piatã para a faculdade de Direito da UFBA, na Graça, nos tempos da graduação - para desviar do engarrafamento que, já sem hora certa, recebe aqueles que desaguam da Pituba para o Rio Vermelho, agora é percorrida sem desvios.

Sigo a Rua do Norte, neste momento já menos enladeirada, e a paisagem ao meu redor vai mudando a cada passo. Nenhuma placa marca a divisão entre a Rua do Norte e a Cristovão Ferreira. Mas, para quem anda por ali, não é preciso mapa para perceber que já não se está no mesmo lugar. As "zoadas"⁷⁴ de buzina se misturam com as conversas das pessoas que ocupam a rua e fazem dela um espaço vivo. Andar por ali me faz entender melhor a resistência do antropólogo Agier em entender a cidade como um objeto, como algo posto, estanque. O bairro, assim como a cidade, é bem melhor compreendido (ou sentido) se pensarmos nas suas palavras que dizem:

Cidade vivida, cidade sentida, cidade em processo...Trata-se de uma interrogação que diz respeito aos cidadãos e à sua experiência de cidades. A cidade já não é considerada 'uma coisa' que eu possa ver nem 'um objeto'

⁷³ Acho importante ressaltar que não trouxe todos os dias vividos em campo. Seguindo uma avaliação de dias mais relevantes, escolhi apenas alguns deles para abordar nesta parte do trabalho.

⁷⁴ Termo como é comumente designado "barulho" na Bahia.

que eu possa apreender como totalidade. Ela transforma-se num todo decomposto, um holograma perceptível, 'apreensível' e vivido em situação. (AGIER, 2011, p.38).

Dessa forma, entro nesta "nova cidade" negra - o Grande Nordeste de Amaralina - sem a pretensão de entendê-la em sua totalidade. Mas sabendo que, para fugir de respostas equivocadas, preciso, logo de início, perceber aquilo que vejo como um processo humano vivo e que, por isso, o espaço físico e perceptível está a todo tempo imbricado aos cidadãos- os moradores do bairro -, aqueles que o fazem, que o constroem (AGIER, 2011).

Mais à frente, os prédios que dominavam a rua principal, de onde saí pra subir a ladeira, são substituídos por casas alongadas, mais próximas umas das outras. Carros, caminhões e ônibus disputam a via estreita que, também de estreita calçada, é ocupada por meninos e meninas que caminham "de galera" para as escolas públicas do entorno. Mulheres e homens, que parecem rumar para o trabalho, passam desviando das barracas de frutas e tempero verde que tomam a rua e a frente das centenas de lojas que avisto e me fazem suspeitar: estou na principal do Nordeste de Amaralina.

A calçada, que já era quase inexistente, torna-se ainda mais rara ao longo do caminho. Assim, o asfalto da rua é ocupado pelo movimento frenético de pessoas. Dos dois lados, o que vejo me faz lembrar as descrições feitas por alguns trabalhos sobre outros bairros populares de Salvador (GARCIA, 2009; REIS, 2005): casas misturam-se com salões de beleza, pizzaria, lojas de variedades -"Tudo por até 10 reais" -, açougue, lanchonete, casa de material de construção, escritórios de advocacia - que, em comum, exibem nas suas placas "atendemos todas as áreas (civil, consumidor, penal...)" -, barbearias com cadeiras à vista, ponto de "moto táxi do Manolo", mercadinhos. Volta e meia surgem, ainda, "(...) becos, vielas, escadarias (...) onde às vezes não há espaço para passar uma geladeira." (REIS, 2005, p.127) e que deixam a certeza de que estou, neste momento, pisando apenas em uma parte - a rua principal - de um território de muitas histórias.

Fazendo uma descrição minuciosa sobre a arquitetura comum daquilo que chama de bairro popular em Salvador, Reis parece estar olhando para aquilo que vejo:

A maioria dos bairros populares de Salvador é constituída por uma arquitetura que chamaremos de usina do terror neo-escravista. **Essa triste arte de construir para sobreviver, além das casas, com seu formato particular, nos lembrando uma espécie de prisão, com muitas grades, tem ainda quatro elementos pilares que formam o presente dos bairros populares: bares, Igrejas Evangélicas, lojas de cremes de cabelo e casas comerciais varejistas (os mercadinhos), localizadas nas ruas centrais dos bairros, as chamadas *Rua Direta* e, atrás de quase tudo, estão as moradias da maioria das famílias negras, que somente tiveram o direito de morar nas “ruas da frente” quando ocuparam as áreas, chamadas de invasões, depois a pobreza as fez vender as suas casas na frente das ruas e voltar a morar nas baixadas, sem qualquer infra-estrutura. (REIS, 2005, p.124, grifo nosso).**

Da rua principal, a chamada "Rua Direta", nota-se um monopólio do comércio que toma a frente de becos e escadarias que levam para as "baixadas" onde as casas amontoam-se.

É início da manhã do dia 21 de Julho de 2015. Parada em frente à "Mil Modas"⁷⁵, com meu diário de campo na mão, escrevo a primeira frase que consigo construir de tudo que vejo: o Nordeste de Amaralina é um bairro negro.

O censo realizado pelo IBGE, no ano de 2010 na região conhecida como Grande Nordeste de Amaralina revela como os pretos e pardos são a maioria dos moradores daquele território. Como mostra a tabela abaixo, num total de 77.024 mil pessoas, 66.389 mil declararam-se negras - somatório dos pretos (28.528 mil) e pardos (37.861 mil); isso corresponde a aproximadamente 86% dos moradores. Se o censo apontou a grande presença de negros e negras naquela região, os olhos de quem finca os pés ali percebem que os números só confirmam uma realidade de um bairro de cor evidente.

⁷⁵ Uma das lojas de roupa que disputa o comércio da rua principal.

Tabela: Distribuição populacional segundo cor ou raça:

Tabela 2 – Distribuição populacional segundo cor ou raça

Localidade	População	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indio	
		Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)	Nº	(%)
Chapada	22.710	2.312	3	8.712	11,31	350	0,45	11.280	14,64	56	0,07
Nordeste	23.035	3.576	4,64	7.657	9,94	322	0,42	11.371	14,76	109	0,14
Santa Cruz	26.493	2.456	3,19	10.623	13,79	334	0,43	13.015	16,9	65	0,08
Vale das Pedrinhas	4.786	973	1,26	1.536	1,99	43	0,06	2.195	2,85	39	0,05
Total	77.024	9.317	12,1	28.528	37,04	1.049	1,36	37.861	49,15	269	0,35

Fonte: IBGE 2010

(FONTE: GARCIA, 2009, p. 70.)

Sigo pela rua principal tentando me apropriar ao máximo do que vejo e do que ouço. Entrando e saindo de algumas lojas, olhando o movimento ao meu redor e ouvindo as conversas cruzadas daqueles que passam ao meu lado, resolvo descer por uma rua à esquerda da principal, e uma loja com um balcão cheio de folhas “para banho, chá e dores” chama a minha atenção. Entro e conheço Júnior, o dono da Venda.

- "Aroeira é bom pra inflamação!".

Foi assim que Júnior iniciou o "papo", quando me viu pegando um ramo da folha seca que estava em cima do balcão na porta da sua Venda. Alguns minutos depois já sabia que o jovem, que me dizia o nome de todas as folhas que apontava, era "nascido e criado no Nordeste de Amaralina". O seu comércio de folhas, incensos, essências e imagens das religiões de matrizes africanas e católica fica numa esquina e se resume a um pequeno vão. Ali, passo algum tempo conversando sobre a serventia de uma folha que não conhecia, a utilidade de um objeto de cerâmica - que descubro que vem de barco do recôncavo baiano - e, também, sobre o bairro.

O Nordeste de Júnior apresenta-se entrelaçado por nomes de praças, ruas e nome de gente. A memória apresentada em sua narrativa revela como o espaço físico e espaço simbólico são indissociáveis. Ao contar como foi crescer por aquelas ruas, me sinto bem distante daquele lugar estigmatizado pela mídia que massifica

nas suas reportagens um Nordeste sangrento, marginal e perigoso⁷⁶. Aproveito, então, para perguntar onde fica a Base Comunitária de Segurança do Nordeste de Amaralina instalada desde Setembro de 2011. Descubro, assim, que a Base está a alguns quilômetros dali onde estamos, no chamado Beco da Cultura.

Em direção ao Beco da Cultura, deixo para trás a Rua Cristovão Ferreira, passo pelo fim de linha do bairro - local onde há uma concentração de passageiros à espera dos ônibus, motoristas e cobradores que, em breves pausas, conversam entre si - e já no alto da Rua Reinaldo Matos fico de frente com a 28^o Delegacia da Polícia Civil.

A imagem da Delegacia à minha frente sugere algumas reflexões. Relembro como, desde a chegada, na Rua do Norte, noto a presença constante de viaturas de polícia⁷⁷ passando pela rua nos dois sentidos. O Estado que logo se apresenta pra mim no Nordeste de Amaralina é o policial. São muitas viaturas que passam num constante "vai e vem" na principal. Assim como também, é o Estado-polícia que se apresenta no fim da Reinaldo de Matos através da 28^o Delegacia. O Estado que se ausenta em pavimentação de via, construção de calçadas, estruturação da rede elétrica, sobrerrepresenta-se, naquela mesma principal, pelo aparato policialesco⁷⁸.

No caminhar por ruas e becos à dentro, noto que a passagem começa a ficar mais estreita. As casas, e mesmo os pontos de comércio que ficam mais raros à medida que me afasto da principal, apresentam uma fachada mais simples, alguns sem pintura. A "Rua Direta" foi deixada para trás e no caminho vou perguntando como faço para chegar ao Beco.

Poucos tempo depois, chego ao local da BCS Nordeste de Amaralina: estou no Beco da Cultura. Instalada no mesmo prédio onde antes funcionava apenas o

⁷⁶ Uma rápida busca na internet pelo nome "Nordeste de Amaralina" remete a inúmeros links de reportagens dos mais diversos programas e sites de notícias locais que exploram bairros populares de Salvador, como o Nordeste de Amaralina, e exibem apenas notícias estigmatizantes desses locais. Acho importante destacar, como essa exploração midiática do GNA relaciona-se com outras dimensões, debatidas em capítulo anterior, que estão intrinsecamente ligadas: a dimensão da produção espacial do medo e a dimensão da produção racial do espaço. Ou seja, há, em relação a certas espacialidades urbanas, como o GNA, uma construção – simbólica e material – pautada por uma episteme racial onde espaço-raça-medo são operados discursiva e concretamente como elementos justificadores para a dominação território-racial (ALVES, 2011).

⁷⁷ Noto que as viaturas que se revezam a todo tempo na principal têm a inscrição de uma das três Bases instaladas no GNA.

⁷⁸ Mais uma vez, remeto-me a Reis (2005), que ao falar sobre a ausência do Estado nos bairros populares de Salvador, não escorrega em eufemismos: "Próximo a estas casas não há creches, escolas, postos de saúde ou qualquer outro sinal que nos lembre a presença do Estado, a não ser a polícia quando invade, espanca e, muitas vezes, mata." (REIS, 2005, p.127).

CSU – Centro Social Urbano do Nordeste de Amaralina – a Base, agora, toma grande parte da estrutura. Entro no local e vejo muitos policiais fortemente armados. A Base ocupa um prédio de grandes dimensões. O pouco tempo que fiquei no interior do terreno, ocupado pelo CSU e pela BCS do Nordeste de Amaralina, foi possível notar a localização estratégica da instalação policial. Dali avista-se boa parte do bairro do Nordeste de Amaralina - seus becos, ruas e casas.

Imagem 5: BCS do Nordeste de Amaralina localizada no Beco da Cultura. Ao lado avista-se grande parte do GNA



(Fonte: Foto produzida em campo, Julho de 2015.)⁷⁹

Pela vista que se apresenta à minha frente vejo, ainda, como aquele bairro encontra-se encurralado por construções dos bairros de classe média que o

⁷⁹ Ao perceberem que estava tirando esta foto, os policiais, que ocupavam o terreno, vieram até a minha direção e disseram que eu não poderia fotografar a Base. Nesse momento, guardei meu celular imediatamente e me retirei do local para que eles não pedissem para apagar o registro já feito. Apreensiva, não tentei fazer o mesmo nas demais BCSs do GNA – Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho.

circundam - Pituba, Rio Vermelho, Amaralina e Itaigara. Bairros que, como a Pituba e o Itaigara concretizam em muros a sua separação sócio-racial em relação ao território negro vizinho.

Vê-se no muro que se prolonga por quase toda a extensão do Beco da Cultura desenhos e “grafites” que revelam a afirmação da identidade negra no GNA:

Imagem 6: Beco da Cultura, à esquerda, muro que separa o bairro da Pituba do bairro do Nordeste de Amaralina.



(Fonte: Foto produzida em campo, Julho de 2015).

Imagem 7: Grafite que estampa no muro a afirmação “Super Afro”. Muro no Beco da Cultura – Nordeste de Amaralina.



(Fonte: Foto produzida em campo, Julho de 2015).

O muro⁸⁰, não só pela arte que o estampa, é o que mais me chama atenção nesta primeira caminhada por ali. Separando o Nordeste de Amaralina do seu bairro vizinho – Pituba - aquele "paredão" sugere a constituição de dois mundos: a "cidade quilombada" do lado de cá e a "cidade europeia" do lado de lá (NEDER, 1997). Materializando a divisão entre duas cidades racialmente e socialmente apartadas, o

⁸⁰ Tratando sobre muros construídos nos contextos urbanos das cidades brasileiras como estratégias de restrição à circulação e/ou de contenção territorial, Rogério Haesbaert enfatiza: “É nesse contexto que se inserem iniciativas polêmicas, como a construção de muros em torno de zonas urbanas, como aqueles propostos para algumas favelas na cidade do Rio de Janeiro. Diferentemente dos muros de ‘autocontenção’ dos grupos hegemônicos em seus condomínios fechados, iniciativa dos próprios moradores em nome de uma alegada segurança ou proteção, trata-se aqui, claramente, do processo inverso – **cercar áreas tidas como perigosas para ‘maior proteção’ por iniciativa de quem está do lado de fora.**” (HAESBAERT, 2015, p.244, grifo nosso).

muro é parte de um arranjo historicamente construído para segregar e conter. Arranjo este que, conforme a lição de Gizlene Neder, sempre contou com a decisiva contribuição da polícia para a sua sustentação:

Assim que, pela exclusão e segregação, a *cidade européia* pouco conhece da *cidade quilombada*. O mesmo não se pode dizer do contrário. Os trabalhadores pobres eram obrigados a se deslocar e transitar pela cidade em função do trabalho. **Mecanismos de controle social repressivos foram, então, construídos historicamente, erigindo barreiras entre as duas cidades. Se, portanto, a cidade européia não conhece a outra parte da cidade, coube à polícia realizar 'expedições' e estabelecer um relacionamento de controle sobre os moradores da cidade quilombada.** As 'batidas nos morros' (algumas vezes chamadas de invasões), feitas por policiais aos locais de moradia dos trabalhadores urbanos pobres não tinham qualquer objetivo investigativo de busca de indícios criminais ou mesmo de policiamento ostensivo, levando segurança aos seus moradores. **Tinham (e ainda têm) papel inibidor-repressivo para efeito de controle e disciplina, vale dizer, para efeito de uma vigilância permanente das ruas e dos espaços públicos.**" (NEDER, 1997, p.114, grifo nosso).⁸¹

Continuo até o fim do beco. Retorno, depois de chegar ao fim da rua, e vou refazendo o meu caminho de volta para a principal. O retorno já é marcado por um olhar de reconhecimento do que já se viu. Antes de ir embora, passo de novo pela frente da venda de Júnior, pelas barracas de frutas e tempero verde que já estão sendo desmontadas. Na descida da Rua do Norte lembro da manhã que passei ali, refazendo as ruas, os caminhos, as conversas. Percebo como, de um único dia, já há muito a contar.

3.3.2 Conhecendo o *Coletivo de Jovens*⁸² e as surpresas do campo

Dia 12 de Agosto de 2015 volto ao Nordeste de Amaralina para conhecer alguns jovens moradores do GNA que criaram, há quatro anos, um coletivo de

⁸¹ É importante ressaltar que, trazer as considerações desta autora, que neste texto - "Cidade, identidade e exclusão social" - analisa a cidade do Rio de Janeiro, para esta pesquisa que tem um recorte territorial centrado na capital baiana, não se faz por uma apropriação leviana. Conforme detalhei no capítulo anterior, similares no processo de formação do espaço urbano, as duas cidades - Rio de Janeiro e Salvador – exemplificam bem o viés racial e segregador dos processos urbanos vividos pelas cidades brasileiras (CHALLOUB, 1990; CAMPOS, 2005; GARCIA, 2009; FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006).

⁸² Como fiz com a identidade dos entrevistados, em razão da temática abordada pelo trabalho relacionar-se com a análise da atuação policial dentro de um território geograficamente delimitado e ocupado por essa própria polícia, o coletivo de jovens do GNA que me acolheu durante todo o campo não será aqui identificado, sendo chamado apenas de "*Coletivo de jovens*".

jovens. Neste dia, eles estavam realizando uma atividade na escola estadual Cupertino de Lacerda, localizada em Amaralina – bairro vizinho ao GNA. Esta escola da rede pública tem a maior parte do seu alunado formada por moradores da região do Grande Nordeste (Nordeste de Amaralina, Vale das Pedrinha, Chapada do Rio Vermelho e Santa Cruz). Entrei em contato com um dos integrantes do coletivo e fui convidada a participar da atividade para conhecer o projeto e também conhecê-los.

O *Coletivo de Jovens* é formado por catorze jovens, todos moradores da Grande Região do Nordeste de Amaralina, que se juntaram com o objetivo de fazer um contraponto à visão estigmatizada construída pela mídia tradicional baiana sobre aquele território negro, sobretudo pelos programas sensacionalistas que fazem cobertura policial - Na Mira, Se liga Bocão, Balanço Geral, Brasil Urgente e etc. Como dito por um dos integrantes, durante a apresentação feita na escola que estávamos: "Estamos tentando mostrar o outro lado da comunidade! Nos enxergar de outra forma!".

Aquela atividade, na tarde de quarta-feira, na escola estadual, fazia parte de um projeto já realizado em anos anteriores. Visitando as escolas públicas do GNA, o objetivo do projeto era divulgar o *Coletivo de Jovens* para aqueles jovens estudantes e, também, passar um pouco da história de vida dos membros do projeto - todos moradores do mesmo local de onde vem a maior parte do alunado e que, assim como aqueles estudantes, foram, também, estudantes de escolas públicas da região. O auditório estava lotado e pelas falas do público de estudantes, ainda no início da apresentação, o *Coletivo* já era bem conhecido e reconhecido por todos os presentes.

A apresentação começou com informações gerais sobre - objetivo, atividades e eventos já realizados durante esses quatro anos do *Coletivo* - e todos os quatro membros integrantes revezaram-se nas falas. Já próximo ao fim, houve a participação de uma banda de pagode composta, também, por jovens moradores do Grande Nordeste.

Naquele dia cheguei um pouco mais cedo para conversar com os quatro integrantes do *Coletivo* antes da atividade começar. Depois de me apresentar e explicar a minha pesquisa de mestrado fiquei mais à vontade pra começar a conversa. O assunto alternava-se entre falas sobre a atuação política do grupo, falas sobre o GNA, sobre o convívio com as BCSs instaladas desde 2011 e sobre a

sensação de "policialização" da vida cotidiana. Além dos quatro integrantes do *Coletivo*, conversei, ainda, com dois jovens da banda que iria se apresentar. As falas daqueles jovens seguiam a mesma direção: apontavam o aumento da repressão após a instalação das três estruturas policiais no território⁸³.

Nesse primeiro bate papo, todos registraram como a segurança, antes da chegada das Bases Comunitárias de Segurança, nunca foi um problema, tanto no dia a dia, como em momentos de festa e eventos. Em pouco tempo de conversa é interessante perceber como a “zona de criminalidade violenta”, justificadora da implantação das Bases, pelo discurso do PPV, sucumbe, não se sustenta. Ademais, como dito naquela roda informal de conversa, as Bases chegam ao GNA sem diálogo aberto com os moradores, de forma arbitrária, numa postura que muito lembra a violência colonizadora (MBEMBE, 2006; DUSSEL, 1993; FANON, 1968).

O passar do tempo ali sentada conversando com aqueles jovens é acompanhado da impressão de o que está acontecendo é um desabafo. Diferente do imaginado, as denúncias surgem logo nas primeiras falas. Os jovens ali não titubeiam, trazem falas diretas sobre a violência protagonizada pela polícia cotidianamente em seu bairro. Eu, que nos “bastidores”, nos momentos anteriores ao campo - até minutos antes de adentrar os portões do colégio Cupertino de Lacerda – estava a todo tempo lembrando a possibilidade do campo não se revelar como esperava, preparando-me para falas que poderiam ter que ser ressignificadas ou "traduzidas", senti o primeiro golpe dado pelo campo. Preparar-se para o campo é indispensável. Entretanto, o que percebi é que, talvez, o melhor preparo seja resignar-se com o fato de que o campo sempre vai te surpreender. Foi isso que aconteceu ali⁸⁴.

O dito golpe veio, então, quando prevenida e preparada para o oposto, vejo diante de mim jovens querendo falar do cotidiano de repressão e desumanização

⁸³ Vale destacar que todos que conversei afirmaram-se negros.

⁸⁴ Alertada por professores que estiveram presente no caminhar desse mestrado sobre a dificuldade que poderia encontrar no campo em razão das temáticas envolvidas - controle, juventude, racismo, polícia –, confesso que me preparei para um campo fechado e que me demandaria uma postura de tradutora de falas que viriam “mascaradas”. Talvez o equívoco tenha ocorrido em razão de ter tomado os conselhos acertados que me foram dados de forma literal. Esqueci, por exemplo, da ressalva feita pelos professores da minha banca de qualificação, especialmente pela professora Ana Flauzina, que, logo após sinalizar para as possíveis dificuldades que poderiam emergir em compatibilizar o que nasceria do campo com as minhas expectativas sobre ele, pontuou que o campo gritaria os caminhos! Cheguei ao campo “preparada demais” para ele, esquecendo que, em verdade, isso não é possível. Para o campo, aprendi que, de fato, só nos preparamos em campo.

vivido no GNA. As falas que, naquela roda de conversa inesperada, vão se sobrepondo, vão, também, repetindo-se ao dizer que a conduta policial no bairro está bem distante da filosofia de "proximidade", posta como objetivo pelo discurso oficial.

A abordagem, como dito por aqueles jovens, passou a ser feita excessivamente e de maneira constrangedora e violenta, sem nenhuma explicação prévia. Os jovens, especialmente os do sexo masculino, disseram serem alvos comuns de abordagens repetidas durante o dia e a noite nas ruas de seu bairro. Além da abordagem, o controle de horário para estar na rua, ainda que na frente de suas casas, foi outro ponto destacado. Os relatos sobre situações com a polícia da base e o controle de horário foram vários e as histórias contadas - histórias protagonizadas por aqueles mesmos jovens - denunciavam o abuso e a violência policial. A fala de um dos músicos da banda de pagode simboliza bem isto:

Eu mesmo, não vou mentir, dá dez horas e (quando) eu fico na rua...Eu sou o famoso medroso da banda porque eu não gosto, velho, eu odeio ser encontrado pela polícia! Não pelo fato de não saber se vou ser bem abordado ou não, mas sempre tem um que quer tirar onda com sua cara! (Roda de conversa informal, agosto de 2015. Jovem morador do GNA).

Depoimentos de agressões físicas – “tapa” no rosto, empurrão, chutes -, além de outras violências físicas e verbais, surgiam em meio à frase mais repetida por todos: "A polícia inverte o papel lá dentro!".

A conversa confirmou que, além do toque de recolher oficioso – a partir das 22:00 horas não é mais “recomendável” estar na rua - o controle da polícia nos espaços e atividades culturais/lazer é outro destaque. Citando nomes de bares e ruas do bairro conhecidos por serem pontos de "tocar o samba", "fazer o pagode", "fazer o partido" do final de semana, os jovens registram, ainda que sem saber, os "pedaços" de Magnani (1996). Assim, surgem nas falas os locais que, além de serem pontos onde as sociabilidades são exercidas para "fora das casas", produzem a apropriação do espaço e a subjetivação deste (MAGNANI, 1996). São "pedaços" que estão na rotina daqueles que passam por ali todos os dias e que, principalmente, nos finais de semana tornam-se locais de lazer.

Entretanto, como sinalizado pelo antropólogo paulista, os pedaços são resultados "[...] de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e **condição para**

seu exercício e fruição." (MAGNANI, 1996, p.13, grifo nosso). Sendo, então, resultante de uma soma, os relatos feitos denunciam que estes pedaços estão tendo o seu segundo elemento constituidor - condição de exercício e fruição - reprimido pela força policial. Uma das falas, surgidas em meio a tantas outras que exemplificam essa repressão e controle destes espaços-pedaço, é aqui destacada⁸⁵:

Se você chama um amigo seu 'vamos fazer uma resenha! Fazer um samba na rua!' e quer ficar até meia noite, uma hora da manhã e *e/les* [policiais] passarem... já foi, velho! Querem bater, xingar e até matar a gente! (Roda de conversa informal, agosto de 2015. Jovem morador do GNA.).

Logo em seguida, outro jovem complementa: "A gente vive encurralado!" (Roda de conversa informal, agosto de 2015. Jovem morador do GNA).

É importante ressaltar que os inúmeros depoimentos de violência física e verbal são seguidos, sem exceção, da mesma ressalva: a impossibilidade de denunciar os abusos pelo medo de represália, que se tornou ainda mais facilitada após a territorialização das BCSs dentro do GNA.

Ademais, todos denunciam o uso de armamento pesado pela polícia nas atividades de simples ronda - seja durante o dia, seja durante a noite. Esclarecem que até mesmo a polícia do setor administrativo da Base - aqueles que ficam nos setores internos e não saem para as ruas - estão sempre armados. Apontam, entretanto, que aqueles que vão para as ruas exibem as armas, todo o tempo, nas mãos.

A conversa se estende e a última fala desse dia foi contada por um dos integrantes do *Coletivo*. "Vou te contar o dia em que a polícia acabou com o samba" - foi assim que ele começou. Contando sobre a cobertura de um evento de samba no bairro, feita pelo *Coletivo*, ele destaca a chegada violenta da polícia. Batendo e gritando com os presentes, todos foram constrangidos a encostar-se à parede pra realização de abordagem. Revoltado com a situação que narra, ele conclui:

[...] não é porque é preto, porque é jovem, que tá na rua que...A gente trabalha e tem o dia que você está de folga e pode ficar na rua até a hora que quiser, até a hora que bem quiser. Eu tenho direito disso! Eu tenho o livre arbítrio de ficar na rua até a hora que eu quiser, bebendo e comendo com o meu dinheiro. Não é a polícia que tem que chegar e dizer 'Você vai ficar na rua até tal horário!'. A polícia não manda na

⁸⁵ Os jovens da banda relembram o dia em que aconteceria o primeiro show e que a polícia chegou, colocou todos na parede, inclusive os músicos, para abordagem. No fim da abordagem, apesar de nada ser encontrado e nenhuma ocorrência ter sido feita, impediram a banda de tocar e abortaram o show.

comunidade, a polícia pode fazer a segurança da comunidade [...]. (Roda de conversa informal, agosto de 2015. Jovem morador do GNA).

Esse depoimento é interrompido pela chegada dos alunos e alunas do Cupertino de Lacerda na porta do auditório que estávamos. Os estudantes, aos poucos, começam a ocupar as cadeiras que os esperavam. A atividade programada pelo *Coletivo* deveria começar. Fecho meu caderno de campo e pauso a gravação. Fico até o final da atividade. A todo tempo relembro trechos do que foi contado ali: depoimentos, desabaços, falas-denúncias daqueles que, experimentam “na pele” – e pela pele – a convivência diária com mais de 350 policiais e três Bases que, desde 2011, ocupam o GNA.

Antes de ir embora, sou convidada a participar de mais uma atividade como aquela, que aconteceria na sexta-feira da mesma semana (14/08/2015). A escola visitada nesta nova atividade está localizada dentro do GNA, no já conhecido Beco da Cultura.

3.3.3 A aproximação com o *Coletivo* e a participação em um debate de afirmação

Na manhã da sexta-feira, 14 de Agosto de 2015, chego à Escola Carlos Santana I. Mais uma escola do bairro, mais uma atividade do *Coletivo de Jovens* do GNA. Mais rostos e lugares novos.

Os jovens do coletivo que estavam na porta me esperando pra atividade, me recebem com afeto. Sinto que naquele segundo dia junto ao coletivo os jovens, que passaram à tarde da quarta-feira comigo, já me tratavam com mais intimidade. Sou chamada de "Lalá, a menina do mestrado!".

Neste dia, como na atividade anterior, o auditório também estava lotado. Os alunos que, como dito pela diretora, são em maioria moradores do Grande Nordeste, me fazem lembrar a primeira anotação feita no meu caderno de campo sobre a negritude daquele bairro: eram "quase todos pretos".

Seguindo o mesmo roteiro, os integrantes falaram um pouco da história de constituição do coletivo, das suas ações no bairro, do seu objetivo de informar a

comunidade e de mostrar um GNA que a mídia tradicional não mostra e não tem interesse de mostrar. É interessante que, a partir desse “pontapé” dado pelo *Coletivo*, a necessidade da comunidade falar por si mesma vira o assunto central debatido naquele auditório.

O *Coletivo* problematiza, junto aos alunos e alunas presentes, a cobertura feita por programas televisivos e pela mídia impressa locais acerca do GNA. Os presentes revezam-se em falas que denunciam a intenção midiática de construir aquele território como um território perigoso, de alta criminalidade e de pouca ou nenhuma humanidade. Nomes de programas de TV, de jornalistas e apresentadores surgem das bocas jovens revoltadas com a forma em que seu bairro é posto - e consequentemente, como eles mesmos são postos. Um jovem do *Coletivo* fala sobre a dificuldade existente para esses programas cobrirem eventos culturais/esportivos na comunidade: "Toda vez que chamamos, eles perguntam se houve alguma morte, alguma briga, roubo...só vêm se tiver tragédia!".

O auditório “ferve” nesta discussão sobre a importância da própria comunidade falar por si. De forma direta, sem desvios ou longos parênteses teóricos, a insatisfação com a imagem construída pela mídia sobre o território que vivem, e sobre si mesmos, toma boa parte daquela manhã. Pelas falas percebo, ainda, como o *Coletivo*, que desde a atividade anterior, no Cupertino de Lacerda, é recebido com orgulho pelos estudantes, ocupa e desempenha com grande reconhecimento este papel de apresentar e afirmar um Grande Nordeste diferente. Noto - e anoto - como o coletivo vem pautando a importância daquele território se perceber/afirmar de outro jeito.

A atividade na Escola Carlos Santana I vai chegando ao final. Confirmando, naquela manhã, a consciência de segregação e estigmatização dos jovens que acompanhei nesses dois dias - estudantes e integrantes do *Coletivo*. Despeço-me do pessoal e vou, em direção à saída, pelos corredores da Escola. Ao atravessar o portão, reconheço a rua que vejo à frente. Estava no fim do Beco da Cultura, local que tinha conhecido há algumas semanas atrás. Caminhei pelo beco e pelas ruas recém-conhecidas. Sair e reconhecer o espaço ao redor foi acompanhado de um sorriso: o campo estava acontecendo.

3.3.4 A Banda da resistência e a policialização do cotidiano

As visitas ao GNA e o acompanhamento das atividades do *Coletivo* dividem a minha atenção nos últimos meses. Acontece que, na primeira semana do mês de novembro, recebo convite de um morador do bairro, o qual, no desenrolar desses primeiros quatro meses em campo, tornou-se uma referência pra mim e para o desenvolvimento deste trabalho. O convite foi para participar de uma audiência pública onde seria discutida a mobilidade no Grande Nordeste de Amaralina. A audiência aconteceu na Escola Municipal Teodoro Sampaio, na Santa Cruz.⁸⁶

No dia marcado para a audiência, horas antes, resolvo ir. Chego com muita antecedência e encontro o auditório ainda fechado. Volto aos corredores do pátio central do colégio e noto que as paredes estão cobertas com cartazes que fazem referência à cultura afro-brasileira. São cartolinas com palavras em iorubá, figuras de negras e negros pintados e destacados por sua beleza e curiosidades sobre estes dois mundos que, por uma diáspora sangrenta, uniram-se: América e África. Uma frase lida em um daqueles cartazes revela o motivo daquela exposição feita pelos alunos: estávamos em Novembro, um dos raros momentos em que as escolas trazem a negritude, a herança africana, para o debate - era o mês da Consciência Negra. No mesmo instante que me lembro disso, ouço, bem perto dali onde estou, sons de instrumentos percussivos e de sopro entoando o início de uma música que começo a cantarolar. Ando a procura de onde está vindo aquela música. Chego a um espaço que parece um refeitório e noto que, improvisadamente, era o lugar de ensaio da banda da escola. Sento e observo a quantidade de alunos e alunas que estão ali. São muitos! Logo depois, pelos gritos de "atenção!", "tá errado!", "Concentra, gente!", "Ficou mais bonito agora, tá vendo?", reconheço o professor da banda.

Eis aqui o início de mais um golpe dado pelo campo. Sentada no banco, observando a banda do Teodoro Sampaio, me emociono. Os músicos eram meninos

⁸⁶ Dias antes da audiência estava pensando sobre a importância daquela atividade para meu trabalho. Sem desconsiderar a importância de estar envolvida com atividades dentro do GNA, estava, ainda, numa fase de complementação de algumas leituras, tomada por um recolhimento mais teórico. Além disso, naquele momento, o tema da mobilidade não me parecia estar relacionado com o meu recorte. Então, o curto tempo para o desenvolvimento da dissertação e a incerteza sobre o proveito daquela atividade para meu campo me deixaram em dúvida sobre participar ou não. Eis mais um golpe do campo.

e meninas de idade bem variada - 10 a 22 anos -, negros e negras, em sua maioria, que, entre gritos de sermão e de apoio do professor, encontravam-se e desencontravam-se no ritmo da música escolhida. Das ruas da cidade não se ouvia o som que saia dali. Lá embaixo, no asfalto, não havia nem notícia daquela banda. Não era como aprendizes ou futuros músicos que os jovens do Nordeste eram representados "lá embaixo". E isso me fez abrir meu caderno de campo pra anotar as primeiras frases daquele dia.

Eu não sei bem se foi a música - que, coincidentemente, eu gosto muito - ou se foi pensar na resistência que significava carregar e tocar aqueles instrumentos num refeitório de uma escola pública dentro de um território marginalizado - afrontando o estereótipo do jovem perigoso - que me deixou imóvel naquele banco por mais de trinta minutos. O campo surpreende mais uma vez a pesquisadora.

A desconstrução do que significa resistir também foi outro golpe levado ali. Dedicar-se a aprender instrumentos difíceis como trompete, saxofone, zabumba, atabaque, timbal, já me fazia pensar em resistência. Contudo, no intervalo da aula, ao conversar com alguns e ouvir que, "vira e mexe", carregando seus instrumentos, eles eram parados pelos policiais nas ruas do GNA pois estes desconfiavam do que havia dentro da bolsa daqueles meninos que rumavam para os ensaios, me fez lembrar da reinvenção histórica feita por negros e negras nas formas de resistência. Aquele grupo de meninos e meninas, negros e negras, além do nó na garganta, me deixou a certeza que a repressão, por mais presente e "territorializada" que esteja, não consegue calar os toques, sons e refrãos da resistência negra.

Ressalto, todavia, que a resistência não foi o que me surpreendeu. Isto eu já sabia antes de começar o campo, quando, em outros espaços de militância, via e ouvia falar da juventude e dos movimentos do Grande Nordeste. O que me surpreendeu, em verdade, foi perceber as várias formas que, cotidianamente, essa resistência acontece naquele território. Ali defronte me deparei com uma delas. O resistir tinha a ver com não se perder na desumanização semeada, todos os dias, pelo vai e vem frenético das viaturas a presença das bases, pelas abordagens ou, ainda, o armamento pesado expostos pelas mãos da polícia comunitária. A capacidade de subjetivação que a música parece possibilitar àqueles e àquelas, que na rua da frente tem sua condição de sujeito sempre negada, é o que me faz falar do resistir.

Ainda no mesmo banco sou interrompida por um senhor, que se apresenta como representante do Sindicato dos Rodoviários. Ele me avisa da abertura do auditório onde aconteceria a audiência pública. Concentrada no ensaio da banda do colégio, não notei o tempo passar e nem a movimentação das pessoas que já se amontoavam na porta da sala onde aconteceria a audiência. Levanto, ainda no som daqueles instrumentistas, e caminho para a sala. O meu caderno de campo já estava cheio de novas linhas.

O auditório já estava com boa parte de sua lotação preenchida. Na mesa à frente, composta pelos convidados para o debate da audiência estavam: a diretora da Escola Teodoro Sampaio, dois representantes da Polícia Militar, um vereador do Partido dos Trabalhadores – que, por pressão da comunidade, organizou aquela atividade - e um professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia, o qual, além da experiência no debate sobre o espaço urbano, é morador da Santa Cruz.

A atividade começa com a mesa apresentando-se e com falas individuais daqueles que a compõem. O primeiro a falar é um Major da Polícia Militar – vinculado às BCSs do GNA. Ele começa apresentando-se e, logo depois, parte para a discussão da mobilidade da região do Grande Nordeste. É interessante perceber como, na sua breve fala, aparece diversas vezes a "necessidade de ordenar". Em seu discurso, os ambulantes e feirantes do GNA aparecem como um dos maiores "problemas" para a mobilidade caótica daquelas ruas. Conclamando para o respeito de uma ordem, o discurso do militar não deixa dúvidas sobre como informalidade e desordem são entendidas como a mesma coisa e, como tal, precisa ser combatida. Além disso, antes de encerrar sua participação, sem constrangimento de fugir completamente ao tema, inicia um discurso contra as drogas. Num conhecido tom moralista, direciona, neste momento, as palavras aos jovens ali presentes. Diferente do major, fico constrangida. Sei que aquela fuga nada tem a ver com um equívoco, um desvio. Aquele discurso feito pelo representante da Polícia Militar muito mais do que um discurso individual, revela a associação visceral que é feita por aquela instituição ao dirigir-se ao público jovem-negro. É, inclusive, oportuno dizer que, enquanto falava da mobilidade, apesar dos jovens representarem boa parte dos transeuntes e usuários de transportes daquele bairro, em nenhum momento o major fez referência a estes. Dessa forma, me parece bastante sintomático a referência

direta aos jovens logo que começa a replicar o conhecido discurso de combate e de guerra às drogas. Depois de muitas palavras sobre a necessidade de repressão às drogas, o policial encerra dizendo: "A companhia e as Bases Comunitárias de Segurança estão de portas abertas para a comunidade!".

Logo após as contribuições feitas pelo professor da UFBA, a segunda representante da polícia militar, capitã responsável pela Base Comunitária da Santa Cruz, inicia sua fala. Ouvir o seu discurso é, também, bem interessante. Assim como o major, a capitã discorre de forma bem breve sobre o tema da mobilidade e sua curta fala sobre a temática reduziu-se a culpabilizar a comunidade de diversas formas em relação à precária mobilidade da região.

Contudo, o que me chama atenção acontece já logo no início da fala da capitã. Ao se apresentar como responsável pela BCS da Santa Cruz, ela pede, num tom que mistura brincadeira e ordem militar, que os policiais militares integrantes da Base que coordena levantem-se para receber aplausos. No auditório, o constrangimento pela ordem dada não parece reduzir-se a mim. Naquele momento o susto vem também com a quantidade de policiais que vejo em pé naquela sala. São muitos, todos do sexo masculino e a maioria é negro. Obedecendo à capitã eles ficam de pé e estão todos armados, expondo-se (ou expostos) como objetos, recebem aplausos e são chamados pela policial que os comanda de "meus meninos". O apelo à sexualidade daqueles corpos não é utilizado de forma sutil pela capitã que, depois de pedir para os policiais, que continuavam de pé, dar um giro, dispara: "Calma, meninas!".

Desta atividade noto como um debate sobre mobilidade naquela região é tomada boa parte por falas e pela presença da polícia militar. Sem ignorar que o trânsito e, por conseguinte, a mobilidade são, também, responsabilidades do ofício militar, a presença destacada daquela instituição naquela atividade sugere mais um pouco.

Como pude perceber desde os primeiros dias no campo, seja nas atividades do *Coletivo que acompanho*, seja na idas e vindas pelas ruas do GNA, as BCSs conseguem exercer o "controle dos pequenos gestos" (MALAGUTI, 2011). A polícia das Bases está nas audiências públicas do bairro, no controle do horário do samba, na decisão sobre o ter ou não ter determinado evento, nas principais vias de acesso

ao GNA, nas viaturas que circulam dia e noite, nas abordagens cotidianas dentro do bairro.

Observo que, diferente de bairros de classe média ou de classe média alta da cidade de Salvador, no Nordeste, as Bases são as grandes representantes do Estado. E, como Estado efetivamente presente, intermedeia as relações públicas, sem deixar de interferir nas relações particulares, que são ali, todo o tempo, atravessadas, pelo “pode” e “não pode” da polícia.

Ao final, levanto daquele auditório lotado pensando naquele dia que começou com a banda do Teodoro Sampaio e terminou em uma audiência pública repleta de policiais. Banda que me fez lembrar como o campo das resistências está sempre sendo feito nos territórios negros. De outro lado, a forte presença militar naquela atividade me faz “anotar” como as estratégias de controle e repressão, também, estão sempre sendo reformuladas.

3.3.5. O “dia depois” do dia 01/12/2015 e o GNA pelos olhos de um companheiro de campo

Na segunda feira - 30 de novembro - combinei com um morador⁸⁷ da Santa Cruz de nos encontrarmos no dia seguinte – 01 de dezembro - para circularmos juntos pelas ruas do Grande Nordeste de Amaralina. Apesar de já reconhecer aquelas ruas pelas muitas idas e vindas ao GNA durante esses meses de campo, a companhia dele faria grande diferença. Acontece que na terça feira - 01/12/2015 - uma operação policial no bairro deixou 3 (três) crianças feridas - todas menores de 10 anos - e uma mulher morta: “Ela sempre vinha ver a tia, gostava muito dela. Quando eles [policiais] chegaram atirando, ela estava em pé, na sala. Ela foi

⁸⁷ Morador há mais de trinta anos do GNA este se tornou um grande companheiro de campo: convidou-me para a audiência pública narrada nas páginas acima, acompanhou este trabalho em todo o seu desenrolar e aceitou ser entrevistado. Além disso, contribui com diversos materiais e estudos já produzidos sobre o GNA. Meu agradecimento a esta figura especial, entretanto, vai muito além destas suas contribuições. Agradeço-lhe, sobretudo, por ter aberto sua casa e, numa demonstração de confiança em mim e neste trabalho, ter me mostrado por suas histórias como aquele território negro e seus moradores confundem-se a ponto de parecerem um só.

baleada dentro de casa, isso é um absurdo!’, contou a cunhada da vítima.” (Jornal Correio da Bahia, 2015)⁸⁸.

A comunidade, revoltada, protestou. O comércio local fechou as portas e durante todo o dia da terça feira não parava de chegar mais reforço policial. Este reforço deixava ainda mais tenso o clima e aumentava, ainda mais, a revolta dos moradores⁸⁹.

Preocupada com as informações que chegavam pelos sites dos jornais locais e querendo notícias dos conhecidos, consigo falar com alguns dos meus contatos, os quais, como a maioria do bairro, não haviam conseguido sair para o trabalho ou para suas atividades naquele dia. A cada um que conseguia falar era um alívio, mas era, também, fonte de informações atualizadas de momentos de terror vividos naquele primeiro dia do mês de dezembro.

As informações que recebo dos moradores dão destaque à repressão policial. Diferente das manchetes que naturalizavam os gravemente feridos e a morte já acontecida e falavam de uma suposta troca de tiros entre policiais e "suspeitos" como o motivo desencadeador da ação, os moradores denunciam aquele dia como mais um dia de "limpeza" executado pela polícia e patrocinado pelo Estado da Bahia. As fotos que estampam as notícias publicadas durante a tarde mostram pneus sendo queimados nas ruas do GNA e ônibus incendiados pelos moradores. Entretanto, apesar de falar naqueles atos como atos de protesto, as reportagens reduzem a revolta dos moradores aos feridos e à mulher morta naquela ação. Fazem isso, ainda, sem apontar a política de morte do PPV como grande alvo das manifestações.

Sem deixar de gritar pelas vítimas diretas daquele dia, os moradores incendeiam, vão às ruas e à frente da Corregedoria de Polícia revoltados com um estado polícia que, ali no Grande Nordeste, como em outros bairros negros e

⁸⁸ As reportagens que já apareciam na tarde daquele mesmo dia confirmam a morte de uma moradora do bairro - mulher de 39 anos de idade. Além dela, as notícias falam de mais três crianças - um menino de 5 (cinco) anos, baleado na cabeça, e duas meninas, uma de 6 (seis) e outra de 9 (nove) anos. Todos alvos de tiros disparados e todos levados para o Hospital Geral do Estado da Bahia (SANTOS, 2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/morre-mulher-vitima-de-tirroteio-no-nordeste-de-amaralina/?cHash=57a100922cf8ed358a0709d47bef2512>> Acesso em: 18/11/2016).

⁸⁹ Link de nota de repúdio feita por um Coletivo do próprio GNA que trata desta ação policial e da revolta dos moradores: <http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/54-dia-de-violencia-e-protestos-no-nordeste-de-amaralina>.

populares da cidade de Salvador, travestido de “Bases Comunitárias” e de uma “polícia de proximidade”, banaliza a morte de corpos negros⁹⁰. Corpos que, mirados pelo racismo institucional do estado, serão, no dia seguinte, se não no mesmo dia, alvos da irresponsabilidade, ou melhor, do racismo midiático que não escreve com as mesmas palavras as mortes acontecidas nos diferentes lugares do chão da capital baiana. Aqueles que tombam em bairros como o Vale das Pedrinhas, o Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho, além de comumente não terem nomes, são “apelidados” de suspeitos⁹¹.

Sem conseguir falar com o morador da Santa Cruz que iria me acompanhar pelas ruas do GNA e com os acessos ao GNA fechados por viaturas de polícia, cancelo a minha ida daquele dia ao campo. Retorno para casa e continuo tentando manter o contato com o pessoal do bairro. O Grande Nordeste tomado por diversas unidades da Polícia Militar - Batalhão de Choque, Garra, Operação Apolo, Operação Gêmeos e Rondesp - é notícia a todo tempo na televisão e nos sites dos jornais locais. Somente no fim do dia consigo falar com meu companheiro de campo. Conversamos rapidamente e decidimos deixar marcado, já para o dia seguinte, 02/12/2015, a “volta” pelo GNA. Sabíamos que no dia seguinte o bairro ainda estaria

⁹⁰ O enterro da empregada doméstica Lilian Santos, de 39 anos, vítima daquela ação policial é marcado por protestos, por cartazes e gritos dos moradores que desmascaram as alegações policiais que falavam de “troca de tiros”; além disso, lideranças comunitárias e moradores aproveitam para cobrar as ações sociais prometidas pelo PPV e suas Bases. Ações que nunca chegaram ao GNA, onde só se vê o estado polícia: “Durante o ato no cemitério, os presentes gritavam palavras de ordem, como ‘Não houve troca de tiros!’ e ‘Queremos justiça!’. Além disso, os moradores reforçaram que não houve troca de tiros e que os PMs chegaram no local atirando. [...] Leozana Santos, líder comunitária, pediu paz e mais ações no bairro. Já Vera Lucia Teixeira, comerciante, fez um desabafo sobre a situação no bairro. ‘Só temos armas, viaturas e policiais armados. Onde está o social de verdade? O social que cuide dos jovens e das crianças?’” (Jornal A tarde do dia 01/12/2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1730988-protesto-marca-enterro-de-mulher-morta-em-acao-da-pm>> Acesso: 18/06/2016).

⁹¹ Abaixo trago links de reportagens publicadas no mesmo dia, 01/12/2015, que secundarizam as vítimas e que, como uma forma de desmoralizar o movimento de revolta dos moradores em relação à política de morte executada em bairros como aqueles, sugerem que a movimentação de protesto dos moradores seja liderada por traficantes. Ademais, apontam os protestos como causador de transtornos para o entorno da cidade – fechamento de escolas, suspensão de aula de faculdade privada localizada no bairro nobre do Rio Vermelho e mudanças no sistema viário: Correio 24 Horas, Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/rodoviaros-alteram-fim-de-linha-em-santa-cruz-apos-bandidos-incendiarem-onibus-seguranca-e-eforcada/?cHash=6f5e2e3ad1e0a9a9bd1a626e29bd4492>> e <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/treze-escolas-municipais-e-uma-faculdade-suspendem-aulas-apos-toque-de-recolher-no-vale-das-pedrinhas/?cHash=aacda75144296a6fceb5b62334c6f89>> Acesso em: 25/09/2016.

tomado pela atmosfera da guerra vivida no dia anterior, mas convenço-o da importância de continuar perto naquele momento.

Como combinado, nos encontramos em Amaralina, bairro vizinho ao Nordeste. Enquanto conversávamos sobre a ação da polícia, seguíamos a pé em direção a uma das ladeiras que serve de acesso ao GNA. A ladeira que leva o nome de Travessa Balneário é íngreme e, com o sol a pino por volta das 10:30 da manhã daquela quarta-feira, ficamos mudos por alguns minutos até vencê-la. Ali, instantes antes de chegar ao topo, já sabia em que altura da rua principal do Nordeste desembocaríamos: próximo à 28ª Delegacia de Polícia, de frente para uma delicatessen, no final de linha do Nordeste. E lá estávamos!

A rua principal que nos recebeu com o cheiro da feira e suas "zoadas" de carro e gente, me fez lembrar do dia em que estive ali pela primeira vez desde quando comecei a "navegar" pelo campo. Não posso dizer que já eram olhos acostumados, mas já havia muitos reconhecimentos.

A companhia do morador fez daquele dia de "sobe e desce" pelas ruas do bairro, um dia de "cartografia do Grande Nordeste". Apontando para casas, para pontos no meio da rua que ganhavam nomes, formas -, ladeiras, bares, pessoas e praças - ele cartografava aquele espaço com a legitimidade de quem se construiu, também, como parte dele - nasceu ali e hoje já são mais de trinta anos naquele lugar. Na fala do meu companheiro de campo é interessante perceber como o território e ele se misturam numa narrativa onde contar sobre o território confundia-se com contar sobre si, e o contrário, também: contar sobre si passava por falar de lugares, nomes de ruas, travessas e bares. Demonstrando, na prática, como a memória é lugar importante na territorialidade negra (OLIVEIRA, 2008) "porque nos permite entender como a cidade é vivida pelos indivíduos racialmente marcados, quais as estratégias de intervenção territorial, bem como a maneira pela qual tais indivíduos fazem sentido da sua existência urbana" (ALVES, 2011, p.114).

Passando pela rua principal, ouvia que era ali que o carnaval do Nordeste acontecia todo ano. É ali, também, que a feira se estende todos os dias com seus temperos, aipim, frutas folhas; ali, ainda, que as lojas do comércio local - salões de beleza, loja de material de construção, de roupas e produtos de cabelo, além das conhecidas lojas de variedades onde tudo, ou quase tudo, pode sair por dez reais -

disputam a estreita calçada com as barracas da feira e as pessoas que, espremidas, passam.

Andando mais alguns passos, chegamos ao local onde nos finais de semana é montado o Espetinho, lugar que, especialmente nas noites de domingo, reúne jovens, crianças, moradores e moradoras do bairro que vão conversar, se encontrar e que, volta e meia, são surpreendidos por policiais que chegam revistando e humilhando, principalmente, os jovens. Presente na narrativa de todos que conversei até então, o Espetinho é alvo do controle truculento da polícia que, com armas pesadas e bombas de gás, chegam àquele espaço de convivência para desmontar, expulsar. Mesmo diante de um pesado controle, o Espetinho continua reerguendo-se no final de semana seguinte. Passo, pelo lugar em que este é montado e remontado.

Durante as entrevistas fico sabendo que o Espetinho, em razão das sucessivas investidas policiais, “desceu” para o Vale das Pedrinhas. As falas dos jovens entrevistados durante o campo apontam como aquele churrasquinho simboliza bem o que acontece, de uma forma geral, com os espaços de convivência daquele território negro. Sob a mira do truculento controle policial, o Espetinho agoniza e, pela “ousadia” daqueles pretos, desce para o Vale tentando resistir:

Entrevistado 2 – Olhe, uma vez eu fui no famoso Espetinho da comunidade, uma vez, fui eu e Pedro. Quando chegou lá, eu falei “Bora lá!”, nunca tinha ido, queria tirar essa imagem minha de sei lá, de que ia acontecer alguma coisa. Fui! **Quando eu cheguei lá, fomos cercados por polícia. Em cada beco tinha um policial. Então, foi uma abordagem, sabe, foi tiro pra cima, todo mundo saindo correndo, cadeira caindo no chão, uma correria, eu acabei vindo pra casa morrendo de medo. Então, assim, na comunidade, hoje em dia, eu não brinco, eu não me divirto porque eu tenho medo da forma de abordagem da polícia.** O Espetinho existe, claro que existe tráfico de drogas no meio, isso eu não vou mentir, porém deveria saber como abordar, chegar. **E não abordar assim porque tem pessoas ali que não estão no meio daquela situação. Porém é um lazer da comunidade já que a própria polícia não deixa ter o lazer. Então, assim, é complicado dizer pra você que eu me divirto aqui na comunidade, eu não me divirto. Quando eu saio com meu namorado mesmo a gente vai para fora do bairro porque no bairro a gente não curte porque a polícia mesmo não deixa a gente curtir** (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 3 - **É, ficava né? O antigo Espetinho até teve esse nome porque era perto de um bar chamado Bar do Espetinho no final de linha do Nordeste de Amaralina. Era lá porque acabou, o que você falou de repressão policial, acabou por causa disso!** Todo domingo tinha e todo domingo praticamente era tiro, bomba, já teve bomba de gás lacrimogênio, era sempre uma confusão. (...) Não acabou de uma forma branda né? Acabou depois de vários domingos de tiros consecutivos, eu acho que o pessoal acabou ficando realmente com medo e parou de

ir, só que aí como a população é ousada também, desceram do Nordeste pro Vale das Pedrinhas. Agora tá no final do Vale das Pedrinhas. Não sei ao certo se tá acontecendo todo domingo. No último domingo que eu saí aqui, que foi o dia do trabalhador, o primeiro de Maio, quando eu tava vindo pra casa, tava tendo a mesma reunião que acontecia lá...da última vez tava tendo. E por sinal, quando eu passei, a confusão ali aonde fica o maior aglomerado no final de linha mesmo, que eu passei ali, você já passou ali? Você sai ali do fim de linha e sobe a ladeira pra vim pra cá pra Santa Cruz, **naquela praça ali, tinham duas viatura paradas dando coronhada num cara porque o cara tava falando alto com eles [policiais]. Eles pegaram o braço do cara, o cara tava reclamando que não tinha nada e eles, e o cara tomando coronhada por causa disso. Pegaram o cara, jogaram lá na mala e não sei o que fizeram** (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Voltando ao passeio daquele dia pelo GNA, ainda na rua principal do Nordeste, meu companheiro de campo aponta para baixo e mostra o lugar chamado de Serra Verde. São casas mais baixas, sem pintura e sem reboco que são acessadas por becos que se conectam à rua principal. Continuamos andando pela principal, agora em direção ao Vale das Pedrinhas. Antes de chegar ao Vale, passamos por cima da Olaria, outro lugar que assim como Serra Verde, vista um pouco antes, Areal e o Globo, são pontos que, como denunciado pelo meu companheiro de campo, dentro do GNA policializado sofrem ainda mais com a violência policial. São “baixadas” que exibem uma precariedade ainda maior dentro de um território já precário. Olhando para estas “invasões” lembro-me das palavras de Vilma Reis:

O bairro popular, local de moradia de pobres, negros e “invasores”, com estigma de marginais, é um lugar abandonado pelo poder público. As ruas são esburacadas, o esgoto é visto a céu aberto, **especialmente nas baixadas, onde moram os mais estigmatizados. Por isso, tudo que ocorre de “errado” em um bairro popular, o primeiro lugar a ser invadido é a “invasão”.** (REIS, 2005, p.133, grifo nosso).

Cruzamos o Nordeste de Amaralina até chegarmos à conhecida Rua do Norte. Rumo ao Vale das Pedrinhas, anotava cada placa de rua avistada no meu caderno: passamos pela Rua Mestre Bimba⁹², desaguamos na Rua José Inácio do Amaral e, atravessando a 2ª Travessa Nordestina, chegamos ao nosso destino: estávamos no Vale da Pedrinhas.

⁹² Local onde no passado recente - década de 80 - havia um espaço onde mestre Bimba, mestre de capoeira reconhecido nacionalmente, conforme citei no capítulo anterior, ensinava capoeira.

Ali em baixo, no Vale, as construções são mais simples do que as vistas em cima, na principal. Meu companheiro de campo daquele dia, falando sobre o Vale das Pedrinhas, enquanto passávamos por suas ruas, falava em "espaços de vulnerabilidade". Os olhos assentados naquela paisagem não deixavam dúvidas sobre o que ele queria dizer com aquilo. Como na principal, os comércios, num número mais reduzido, estavam também presentes e misturando-se com casas residenciais.

Desde o momento do encontro com meu companheiro de campo, quando deixamos pra trás o bairro vizinho - Amaralina - e subimos a Travessa Balneário para chegar ao Grande Nordeste, helicópteros da Grupamento Aéreo da Polícia Militar do Estado da Bahia (GRAER), que exibiam policiais fortemente armados, sobrevoavam bem próximo às nossas cabeças. A operação policial acontecida no dia anterior, que resultou na morte de uma moradora e em crianças gravemente feridas, fazia daquele dia seguinte um dia de controle e presença policial ainda mais forte. Interessante, inclusive, foi notar como quanto mais descíamos e nos afastávamos da principal, mais parecíamos estar próximos do dia anterior.

Viaturas das bases comunitárias passavam por aquelas ruas acompanhadas de outras viaturas de grupamentos especiais como a RONDESP⁹³. Esta última invadia as estreitas ruas com suas grandes viaturas, bem conhecidas pelos bairros negros de Salvador. A truculência no vai e vem daquelas viaturas, que apontavam para fora um armamento de guerra, "já era um recado para a comunidade do Grande Nordeste", como dizia meu companheiro de campo. Nesse momento recebemos a notícia de que no Final de Linha do Vale das Pedrinhas estava acontecendo protesto dos moradores e o clima era de tensão entre estes e os policiais que se dirigiam fortemente para aquele local. Os ônibus, que tinham parado

⁹³ A RONDESP é um dos grupamentos especiais da polícia militar baiana. Reconhecida pela violência, está envolvida em diversos casos de extermínio, sequestros, desaparecimentos forçados e torturas ocorridos na Bahia, especialmente nos territórios mais vulneráveis. Na página virtual da "Campanha Reaja ou será morto, reaja ou será morta", uma articulação de movimentos e comunidades de negros e negras da capital e interior do estado da Bahia, a grande contribuição desse Batalhão Especial para o genocídio negro baiano é denunciado: "Será que esse pelotão é 'especial' porque deve ser a campeã em auto de resistência em que geralmente a vítima está de costas, abaixada, clamando pela vida, ou com armas de calibres tão baixos que se comparam a fogos de artifício, frente ao armamento de guerra da RONDESP? Ela é a versão baiana do Robocop, tendo em vista tanta tecnologia de segurança empregada no recente aquecimento da violência na Bahia." (SANTOS, Hamilton Borges dos. Blog da Campanha Reaja ou será morto, reaja ou será morta, 31/01/2015. Disponível em: <<http://reajanasruas.blogspot.com.br/2015/01/rondesp-tao-cruel-e-sanguinaria-quanto.html>>. Acesso em 03/09/2016).

de circular no bairro não tinham voltado até aquele momento. Pedi para que fossemos ao Final de Linha do Vale das Pedrinhas, queria ver o que estava acontecendo.

As notícias que chegavam era de que no Final de Linha do Vale das Pedrinhas, as lideranças comunitárias tentavam negociar o retorno da circulação dos ônibus. Fomos, ainda, alertados de que o número de policial era grande na área. Convencido a ir comigo até lá, meu companheiro de campo pediu, contudo, que antes passássemos na casa de sua irmã na Santa Cruz.

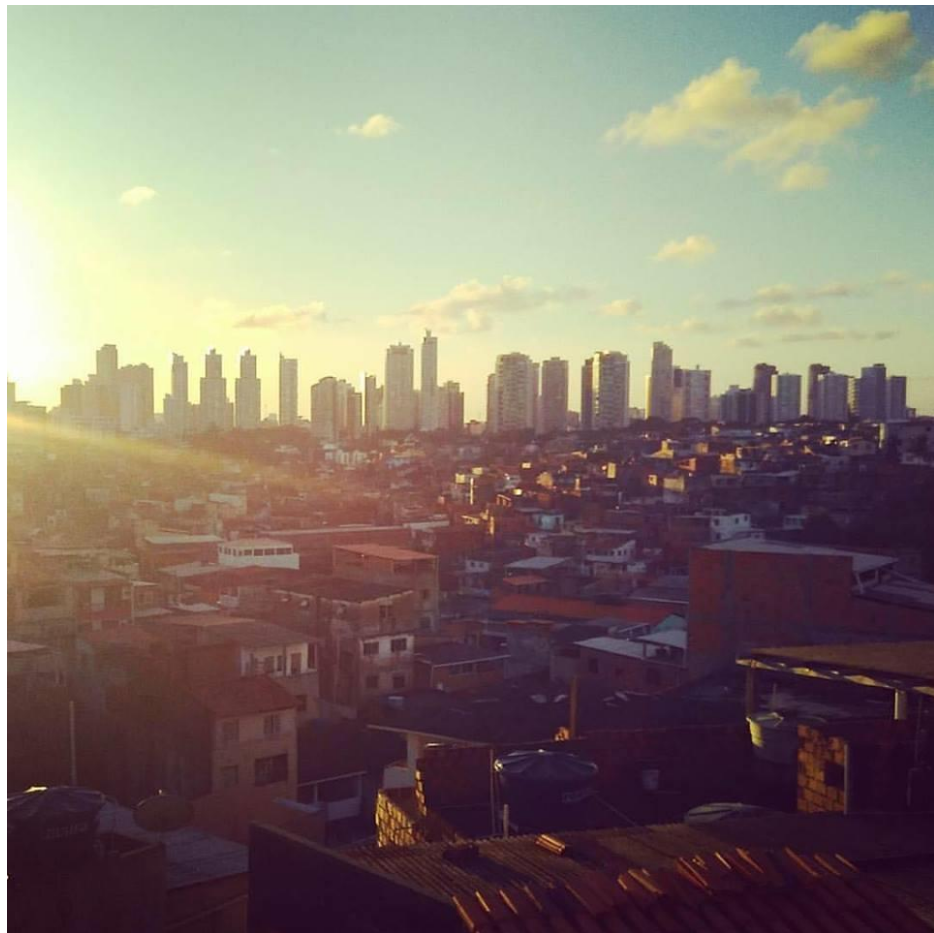
Subimos então a Rua Brasil, ladeira íngreme que nos levou à Santa Cruz. No caminho, ele aponta para uma praça e fala “ali é onde rolava um samba porreta”, olho para o lugar, logo em seguida ele complementa “essa era a praça do Elite!”. O samba do Elite, falado por tantas vezes por aquele que agora me acompanhava, estava na memória de todos que durante o campo conversaram comigo. “O partido do Elite”, “o samba Elite” era referência na narrativa daqueles jovens moradores que referiam-se a este para falar de espaço de lazer, de espaço de convivência, de samba no bairro⁹⁴. Este samba, que batizou com seu nome a praça que o recebia como palco, era mais um exemplo de espaço, ou de apropriação subjetiva dele, que foi alvo da polícia das Bases Comunitárias de Segurança. Com as consecutivas investidas feitas pela polícia toda vez “que se armava o samba”, o tradicional Samba Elite deixou de tocar naquela praça. A memória daquela época era viva na cabeça daquele que me acompanhava, o qual falava do samba com visível saudade. Ao tocar no assunto nos arrastamos numa longa conversa que deixou óbvio como o samba, em verdade, ia para muito além de uma roda de samba. Ouvir meu companheiro de campo falando sobre o Elite era perceber como na praça o que acontecia era, para além de momentos de diversão/lazer, momentos de reuniões entre moradores que ali se encontravam e se apropriavam, ao mesmo tempo, da rua, da praça e, especialmente, dos assuntos relativos ao dia a dia do bairro. Sambar significava ocupar a rua, afirmar-se fisicamente e culturalmente naquele território, compartilhar e apropriar-se dos acontecimentos do bairro, ou seja, significava resistência a partir de um uso subjetivo do espaço.

⁹⁴ No próximo capítulo, ao trazer de forma mais detalhada as falas das entrevistas cedidas durante o campo, será possível perceber como estas praças e os lugares de samba marcam os depoimentos dos entrevistados.

Ali, enquanto as memórias “do Elite” vão sendo refeitas por meu companheiro de campo, vamos deixando a praça pra trás e nos aproximando do portão da casa de sua irmã. Estávamos na Rua 11 de Novembro. A irmã, que vem nos receber na porta, ao ser apresentada a mim - “a menina que estuda a Base Comunitária do Nordeste” -, em seguida às boas vindas, diz: “De comunitária essa polícia não tem nada, menina!”. As palavras ditas sem titubeio pela dona da casa ficam ecoando enquanto subo a estreita escada que me levava para a laje. Descubro, assim, que tinha sido levada até ali para visse a região do Grande Nordeste do alto.

Da laje avistávamos a extensão daquele território que, cravado numa região da cidade de bairros de classe média e média alta, desafia, por sua mera presença, o projeto de periferização dos bairros populares e pretos. Olhando dali de cima, víamos como as fronteiras do Nordeste com seus bairros vizinhos - Pituba, Rio Vermelho e Itaipara - concretizam-se por meio de altos muros ou de um total rompimento na continuidade da paisagem que salta das casas de construção simples, típicas do Grande Nordeste, para os altos prédios dos bairros vizinhos:

Imagem 8: Vista de parte do GNA. Esta imagem resume bem o que vi ao chegar na laje da Santa Cruz.



(Fonte: Acervo do Coletivo Nordesteusou (NES) - Coletivo de mídia comunitária do GNA).

No alto da laje, meu companheiro de campo conta histórias vividas nos seus mais de trinta anos de GNA. Lembra-se da época em que o policiamento no bairro era feito por módulos policiais, anos 1970-80; conta a vez em que foi agredido com um tapa no rosto por um policial que era conhecido como “França pega Rex”, relembra, ainda, muitos nomes de pagodes que aconteciam no bairro e que, hoje, não existem mais⁹⁵.

Narrando a chegada violenta da polícia nos eventos que acontecem nas ruas, praças e bares do Nordeste, ele descreve que além da perseguição da polícia das Bases da região (Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho), há ainda uma forte atuação da RONDESP. Ele lembra, neste momento, de um

⁹⁵ Ao falar dos termos desses pagodes faz questão de ressaltar que está falando de um processo que se acentuou ainda mais recentemente com a chegada das Bases Comunitárias de Segurança na região do Nordeste de Amaralina.

evento há pouco tempo organizado por ele, em que viaturas da RONDESP chegaram e delas soltaram policiais de brucutu e exigiram o fim do samba. Pergunto para ele sobre uma autorização que teria que ser dada pela polícia da Base para fazer qualquer tipo de evento na região do Nordeste, ele confirma e diz que esta autorização, que ele chama de ofício, deve ser solicitado à polícia de uma das três Bases.

Quando começamos a conversar sobre o ofício, me chama atenção para como o cumprimento daquela “formalidade” desempenha um papel central na gestão do uso daquele espaço. No ofício de autorização, pede-se para identificar a festa/o evento e exige-se, ainda, o cumprimento do horário das 22:00 (dez horas da noite) para o encerramento. Em tese, este ofício garante à polícia o poder de autorizar ou não qualquer atividade no espaço público do bairro. Entretanto, meu acompanhante que ao falar deste ofício fica visivelmente irritado, explica que o documento possibilita o repasse, para a polícia das Bases, de todos os eventos que acontecerão, e que, ele próprio, é desrespeitado pela polícia já que o horário de encerramento nunca é cumprido pela força policial que sempre chega antes do horário previsto para o encerramento e aborda os presentes de forma truculenta, desliga o som com violência e ignora qualquer tentativa de diálogo⁹⁶.

Deparar-me com este ofício de autorização foi como ver em papel um controle que se executa de diversos modos naquele território. Da abordagem desumanizante, do vai e vem frenético das viaturas nas ruas principais do Grande Nordeste, da sobre-representação da polícia nos espaços de debate sobre o bairro - como a audiência pública em que estive - dos sambas e festas encerradas prematuramente e de forma violenta, das ações policiais que, em curtos intervalos de tempo, instalam uma guerra de um ou dois dias que justifica a matança de corpos negros, chego ao controle que se põe em papel. Revezando-se entre o explícito e o escrito, a gestão e o controle do bairro e, especialmente, da juventude negra que vive ali, vai assumindo centralidade na política de segurança ironicamente chamada de Pacto pela Vida.

⁹⁶ Voltarei a falar deste ofício no próximo capítulo, momento em que, a partir das entrevistas, confirmo como os demais entrevistados compreendem, também, aquele ofício como mais uma forma de controle. Apesar das peculiaridades, ressalto como os “instrumentos autorizativos” sinalizam para as continuidades históricas da gestão racializada do espaço exercida nas cidades negras.

De volta à laje, o celular de meu companheiro de campo toca e ficamos sabendo que o efetivo de polícia estava aumentando ainda mais no Final de Linha do Vale. Resolvemos descer e seguir para lá. Durante todo o caminho helicópteros de polícia sobrevoam bem perto do chão e pelo barulho que faziam não era possível conversar mais. Descemos rumo ao Vale em silêncio.

A cena que vejo na minha frente não deixa dúvida de que havíamos chegado ao Final de Linha. A rua, lotada de ônibus parados, estava dividida em dois lados: de um lado da calçada, os moradores - jovens, lideranças comunitárias – pressionavam para o retorno da atividade de transporte; do outro lado, viaturas estendiam-se por toda a rua e policiais, com armas pesadas nas mãos, olhavam para o lado de cá da calçada. O clima estava muito tenso.

Naquele momento, fui apresentada a algumas lideranças comunitárias do GNA e, da conversa com alguns moradores, entendo que o objetivo era o retorno do atendimento do transporte viário que, desde a ação policial do dia anterior, tinha sido suspenso. A ordem era resistir e continuar ocupando o Final de Linha. No tempo em que ficamos ali pude notar que mais moradores chegavam e acumulavam-se no lado de cá. Do lado de lá, o reforço do efetivo policial também era intensificado. Mais uma vez, além de viaturas identificadas com os nomes das respectivas BCSs – Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho - estavam presentes viaturas da RONDESP. Os policiais deste grupamento especial exibiam um armamento pesado, que completava a hostilidade da cena.

Meu companheiro, depois de conversar com pessoas do bairro, volta para o lugar da calçada que estou e sugere que não demoremos. A cena reproduzida ali no final de linha do Vale me fez ver o que ouvi repetidamente nos primeiros discursos quando, em Julho, cheguei ao GNA: a polícia não estava naquele território para proteger os moradores. Estes, como suspeitos, estavam, ali, do outro lado da rua e sob a mira do armamento policial.

Por não guardar dúvidas de que as falas dos que estiveram comigo no caminhar deste campo falam por si, encerro as observações sobre este dia no Nordeste com a frase que ficou ecoando na minha cabeça: “De comunitária essa polícia não tem nada!” E não tem mesmo!

3.3.6 O convite do *Coletivo* para confraternizar e a sensação de um campo vivido

Era domingo de manhã. Entro pela Rua do Balneário, passo pelo acarajé do Ninho, pela Tapiocaria Duny e chego no “pé” da “velha” ladeira do Balneário. Aquela ladeira há muito tinha se tornado meu principal acesso ao Grande Nordeste. Chegar ao topo dela, num dia de domingo, era ter certo o encontro com a feira que se estendia ao longo de quase toda a principal do Nordeste de Amaralina. Frutas, legumes, folhas de comida e banho, passando por acessórios para celular, até roupa íntima feminina, são comercializadas naquelas barracas.

Noto como, diferente do meu bairro de moradia, ali, o domingo significa movimento. O comércio estava funcionando normalmente, os “motos-táxis” não paravam de ir e vir. Com meu caderno de campo na mão tento acompanhar o vai e vem e sigo em direção à Associação do Diplomata⁹⁷. Era lá que aconteceria a confraternização de premiação dos “melhores do carnaval 2016 do Circuito Mestre Bimba” – o carnaval do GNA, realizada pelo *Coletivo de Jovens* que acompanhei durante o campo.

Convidada pelo *Coletivo* chego ao GNA com antecedência. No caminho, ainda pela feira, pergunto se estou no sentido correto e é aqui que uma senhora, com muita boa vontade, me responde: “Você vai ver a Igreja Batista, aí vai ter a Panificadora Andrade, você continua, aí você vai ver o Abará de Isabela e um monte de bar com homem bebendo. Pronto! O Diplomata fica bem ali!” E era bem ali mesmo!

Ao chegar sou recebida por um dos integrantes do *Coletivo*. Ele me acompanha até o espaço interno onde estão as mesas e o palco que aconteceria a premiação e os shows. Percebo que algumas pessoas já tinham chegado. Lá dentro encontro com outro integrante e ficamos conversando. Enquanto ele vai identificando para mim as pessoas presentes – como, por exemplo, os integrantes

⁹⁷ A Associação do Diplomata é a antiga sede da escola de samba mais importante que o GNA já teve – Diplomata de Amaralina. No primeiro capítulo deste trabalho, falo com mais detalhes sobre a Diplomata de Amaralina, escola de samba que com as cores vermelho e branco foi cinco vezes campeã do carnaval baiano.

da velha guarda da ABCN, Associação dos Blocos Carnavalescos do Nordeste – noto que a comemoração reúne os próprios moradores do GNA.

A conversa teve que ser interrompida para começar a premiação que foi comandada pelos próprios integrantes do *Coletivo*. Sentada na lateral do Diplomata, sou convidada pelos meninos e meninas para chegar mais à frente. Levanto com o diário na mão, mas, imediatamente, sou lembrada por um deles que naquele dia eu tinha prometido “não trabalhar”. Vou para frente do palco dançar “É bolo!”, a música vencedora do carnaval 2016 do GNA. Aqui me dou conta como as entrevistas, ainda não feitas, já não me assustam como no início do campo. Os meses passados até aqui, as idas e vindas ao GNA, o reconhecimento das ruas e ladeiras daquele território e a aproximação com seus moradores, especialmente os jovens do Coletivo, me preparam para fechar o “diário de um campo vivido”⁹⁸ e abrir um novo pedaço deste trabalho. É aqui que decido ir rumo às entrevistas.

Depois desta fase de observação no campo, foi imprescindível partir para esta nova etapa. As narrativas trazidas pelos entrevistados possibilitou tecer de forma mais detalhada “que espaço é esse” no qual atucamentos/encurralamentos, faces da cidade negra e uma militarização territorializada são reproduzidas em um só lugar.

⁹⁸ Ressalto que, apesar de partir para a realização das entrevistas, o diário de campo continuou como companheiro, afinal o processo de entrevistas foi todo feito no próprio GNA. O “fechar” aqui não deve ser entendido de forma literal, foi usado apenas para dar ênfase a mais uma nova fase de campo que, em verdade, “abriu-se” nesta pesquisa.

4. FALA, JOVEM NEGRO!: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS A PARTIR DO DISPOSITIVO DE RACIALIDADE/BIOPODER E DA NECROPOLÍTICA

Neste capítulo aventuro-me no propósito de colocar em diálogo os sujeitos teóricos e empíricos que sustentam este trabalho. Dialogar com a teoria será importante para revelar quais caminhos, já percorridos muito antes por outras autoras e outros autores serão, aqui, (re)percorridos.

Partindo da releitura da Biopolítica de Foucault feita por Sueli Carneiro, pretendo demonstrar a potencialidade do dispositivo de racialidade/biopoder (CARNEIRO, 2005) para compreensão do recorte deste trabalho. Saliento, todavia, que o aporte teórico construído pela releitura de Foucault por Carneiro aponta para como, no contexto brasileiro, o exercício da soberania em relação à população racialmente demarcada pende sempre para o lado da morte. É a partir desse gancho que alcanço a Necropolítica, teoria desenvolvida pelo filósofo camaronês, Achille Mbembe, e que como o próprio nome denuncia, faz-se mais apropriada para a leitura de realidades que estampam uma “governança mórbida” (ALVES, 2011) que, se não pelo “assassínio direto”, almeja, pela contenção e controle extremo, transformar os sujeitos em mortos-vivos (MBEMBE, 2006).

Ademais, ao longo de todo o capítulo trarei as falas dos jovens negros colhidas no campo por meio das entrevistas realizadas na região do Grande Nordeste de Amaralina. Situando as vozes destes sujeitos junto às elaborações dos sujeitos teóricos, intento demonstrar como a teoria percorrida faz eco àquelas vozes. Sustentada por teóricos que enfrentaram a complexidade das relações raciais e o peso constitutivo da questão racial no cenário social brasileiro, noto como teoria e campo, neste trabalho, entrelaçam-se a ponto de produzir como resultado capítulos híbridos, onde campo e teoria conversam e se confundem.

Assim, as entrevistas serão aqui trabalhadas a partir de trechos e fala-chaves que aparecerão ao lado do desenvolvimento do marco teórico. Contudo, antes de partir para esta discussão, tecerei brevemente algumas considerações em relação à metodologia utilizada nas entrevistas e apresentarei os sujeitos entrevistados de forma a caracterizar estes que “soltaram” a voz para este trabalho.

4.1 Sobre método e sujeitos: o “fazer fazendo” e quem soltou a voz

Um processo mais alongado de inserção no Grande Nordeste foi importante para preparação do momento de realização das entrevistas. Durante os meses que estive em campo – julho de 2015 a abril de 2016⁹⁹ – foi possível identificar melhor o espaço, ouvir relatos informais em rodas de conversa que participei e, ao poucos, me aproximar de sujeitos importantes que compuseram a voz e o coro deste trabalho. Ademais, o objetivo desta pesquisa – compreender a repercussão das Bases Comunitárias implantadas no GNA, especialmente a partir da vivência e percepção dos jovens daquele território – demandou um cuidado na consolidação de vínculos com estes sujeitos. As entrevistas somente foram feitas quando senti que os relatos e depoimentos a respeito da prática policial instalada territorialmente naquela região – que cotidianamente já expõe aqueles sujeitos ao controle e violência do estado – seriam dados com base em uma relação de maior confiança entre sujeitos - entrevistado e pesquisadora.

As entrevistas semiestruturadas foram escolhidas como instrumento metodológico de coleta das informações. Para isso foi elaborado um roteiro de entrevista (anexo) de forma a orientar a conversa, que contou com perguntas direcionadas, que buscavam aprofundar relatos ouvidos durante o processo de campo e que diziam respeito à situações/acontecimentos que envolviam aqueles jovens e a polícia das BCSs locais; além de perguntas mais abertas em que, propositalmente, o entrevistado era convocado a falar mais livremente a respeito de determinado assunto. Daí que o campo foi um importante professor para o método, ou seja, para a escolha e a construção de ferramentas metodológicas e por isso o “fazer fazendo”, posto no subtítulo, como melhor definição do processo de preparação e execução das entrevistas.

Pontuo, ainda, que, pela própria definição da entrevista semiestruturada, pude durante o ato ter a “[...] liberdade de fazer outras perguntas para precisar

⁹⁹ Saliento que o segundo ano da pesquisa não respeitou um cronograma dividido em meses somente de campo e meses de desenvolvimento teórico e de escrita. A pesquisa empírica e o processo de escrita “foram se fazendo” de forma conjunta. O próprio processo de campo não foi contínuo. Como já dito na introdução deste trabalho, contingências surgiram e fizeram com que momentos de campo tivessem que ser alternados com momentos de leitura e escrita.

conceitos ou obter mais informação sobre os temas desejados [...]" já que na entrevista desse tipo "[...] nem todas as perguntas estão predeterminadas." (SAMPIERI, COLLADO e LUCIO, 2013, p. 426). Por isso, apesar do roteiro elaborado, durante o fazer das entrevistas, o surgimento de respostas, relatos e informações inesperadas fizeram com que estas se estendessem e aprofundassem para além do roteiro previamente traçado.

O roteiro de entrevista (anexo) contou com quarentas perguntas distribuídas em quatro blocos. Nos dois primeiros blocos as perguntas se direcionavam à caracterização dos entrevistados (idade, sexo, cor/raça, estado civil, tempo de moradia no bairro e etc.) e à coleta de informações sobre a trajetória profissionais destes. Esta primeira parte teve o objetivo central de, a partir dessa caracterização da vida pessoal e profissional, revelar o lugar de fala destes jovens, ou seja, identificar a juventude sobre a qual e com a qual estou falando. Já a segunda parte do roteiro contou com dois blocos centrados em perguntas diretamente relacionadas ao objeto de pesquisa – questionamentos sobre o momento de implantação das BCSs da região, o pós-implantação, o exercício do ir e vir no bairro, o uso dos espaços de lazer e, ainda, sobre situações de violência e de abordagem da polícia comunitária do GNA.

Ao todo foram quatro entrevistados, três jovens e um adulto¹⁰⁰. As entrevistas foram realizadas na região do Grande Nordeste e de forma individualizada. Quanto ao número de entrevistas, devo dizer que os três jovens foram escolhidos por fazerem parte do *Coletivo de Jovens* do GNA, já apresentado anteriormente, que acompanhei, e por terem sido, dentre os demais jovens integrantes do *Coletivo*, aqueles que estavam à frente da maior parte das atividades realizadas durante meu processo de campo – conforme já explicado na introdução. O quarto entrevistado, apesar de não se encaixar na faixa etária identificada como

¹⁰⁰ Em razão da temática abordada pelo trabalho relacionar-se com a análise da atuação policial dentro de um território geograficamente delimitado e ocupado por essa própria polícia, as identidades dos quatro entrevistados foram mantidas em sigilo. Aqui, eles estarão identificados como Entrevistado 1, 2, 3 e 4. Além disso, vale dizer que todos foram previamente informados, concordaram com a concessão da entrevista registrada em aparelho de gravação de áudio e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ressalto, ainda, que durante a realização desta pesquisa houve, pela exiguidade do tempo de um mestrado, a necessidade de focar neste *Coletivo de Jovens*, o qual, neste momento, estava sendo conduzido por integrantes do sexo masculino. Acontece que, em razão disto, não houve uma aproximação com jovens mulheres, o que acarretou numa ausência de entrevistas com estas.

juventude¹⁰¹, foi escolhido por ser sujeito chave para o meu acesso ao espaço do Grande Nordeste – aquele que apresentei no capítulo anterior como “meu companheiro de campo”. “Nascido e criado”, como dito por ele mesmo, na Santa Cruz, tem uma história de militância negra ligada ao território e teve grande importância para a minha entrada no bairro; acompanhou-me em algumas idas durante o segundo semestre do ano de 2015 e, em razão de sua militância política, acompanhou mais de perto o processo de implantação das BCSs no GNA.

Os entrevistados têm, respectivamente, 22, 25, 28 e 33 anos de idade. Todos se identificaram como do sexo masculino, sendo importante pontuar que um deles complementou afirmando orientação sexual gay. Quanto à raça/cor, todos se identificaram como pretos.

Quanto ao tempo de moradia no bairro, todos são “nascidos e criados” no território do Grande Nordeste, cada um de localidade diferente: Santa Cruz, Vale das Pedrinhas, Nordeste de Amaralina e Areal. É interessante perceber como a história de formação do bairro, trazida no primeiro capítulo, aparece na narrativa dos entrevistados misturada à história da família destes:

Entrevistado 2 - Quando o bairro tava se formando minha mãe veio morar aqui na comunidade. Foi, na verdade, quando teve a “invasão”, tinha um espaço lá no Areal e minha mãe foi uma das que “invadiu” e conseguiu o espaço dela lá naquela parte. Aí depois ela vendeu a casa por causa de tráfico, vendeu a casa porque não queria me criar naquele meio, e a gente foi morar no interior. (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016).

Pesquisadora: Há quanto tempo sua família mora aqui? Trinta e três anos também? Ou mais?

Entrevistado 4 - Não. Minha família mora há mais tempo. Meu pai chegou na Santa Cruz ainda era mato.[...] Ele foi um dos grandes, inclusive, mestres de obras da Santa Cruz. Ensinou muita gente. Eu escuto muito os antigos falando sobre meu pai. Mas tem muito tempo... (Entrevistado 4, entrevista realizado em abril de 2016).

Além desses questionamentos, o quesito relativo à escolaridade foi outro ponto importante. Do total de entrevistados, três estão estudando – ensino superior, ensino técnico e ensino médio – e o quarto possui ensino superior completo. É

¹⁰¹ Este trabalho usa como parâmetro para caracterização de jovem/não jovem o período etário identificado por recente estudo publicado pela Secretaria Nacional da Juventude, denominado “Agenda Juventude Brasil – Quem são...Como vivem...O que pensam e propõem os jovens brasileiros? – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros”, 2013. Neste estudo, o arco de idade do jovem brasileiro começa aos 15 e vai até os 29 anos de idade. Este mesmo período etário é utilizado pelo Estatuto da Juventude sancionado em Agosto de 2013.

importante ressaltar que a escolaridade dos entrevistados revela um grande salto quando comparada à escolaridade de seus pais, visto que os pais não chegaram a completar o ensino fundamental, havendo apenas um deles que a mãe fez magistério e o pai completou o segundo grau.

Entendendo como importante a caracterização da trajetória profissional dos entrevistados para complementação do lugar de fala dos sujeitos empíricos¹⁰², noto um ponto em comum relevante. Os relatos demonstram como a vida de trabalho começou cedo para os três jovens entrevistados. Atualmente, dois estão trabalhando – trabalho formal, carteira assinada - e um está procurando emprego. O que é mais interessante notar sobre esse trabalho precoce - que para os jovens entrevistados iniciou-se antes mesmo do marco etário da juventude - 15 anos – é que a rua da cidade, especialmente a rua e o comércio do próprio GNA, aparecem como o cenário das atividades informais exercidas por eles. Seja vendendo fogos, pastel, churrasquinho ou “no bico” como empacotador do mercadinho do bairro, entre dez e quatorze anos, aqueles jovens já ocupavam as ruas do GNA como trabalhadores:

Entrevistado 1 – Rapaz, eu comecei a trabalhar com 13 anos. **Eu vendia churrasquinho na porta de casa** com minha mãe. Churrasco e queijo coalho. Aí com 14 anos a gente resolveu ir pro carnaval da Barra. Aí vendi com 14, 15, 16, 17 [anos]... Quatro anos no carnaval da barra, todos os anos dormindo na rua. A gente saía na quarta e só voltava na quarta feira de cinzas. Dormia lá, vendia nosso *kit*, tudo. E com 16 anos comecei a fazer estágio como Menor Aprendiz. Aí eu fazia estágio e na época de carnaval eu também trabalhava no carnaval. **Época de São João vendia bomba na porta de casa**. E sempre tinha aqueles meios de conseguir renda. Só que com o decorrer, por ser tão difícil, eu disse a minha mãe que quando eu fizesse 18 anos, se eu começasse a trabalhar efetivo em alguma empresa, de carteira assinada, não iria mais vender, a gente não iria mais vender, não teria mais necessidade de vender. Foi o que aconteceu. Com 18, como eu já tava no mercado de trabalho com 16 pra 18, me contrataram. (Entrevistado 1, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Pesquisadora - Você já trabalhou?

Entrevistado 2 - Já sim, já sim... Eu trabalhei dois anos na Faculdade Jorge Amado, como auxiliar administrativo. **Trabalhei em algumas pastelarias daqui da comunidade e fui trabalhando, fazendo alguns bicos**. Fui professor de teatro nas Escolas e hoje eu estou procurando trabalho.

Pesquisadora - Você começou a trabalhar com quantos anos?

Entrevistado 2 - Olhe, eu comecei a trabalhar com dez anos. Meu primeiro trabalho foi vendendo fogos na Copa, fogos [na rua] aqui em cima... Nunca

¹⁰² Ressalto que dois, dos três jovens, relataram ter sido Menor Aprendiz. O quarto entrevistado, sujeito chave do campo, que não se enquadra na faixa etária de jovem, está atualmente trabalhando.

esqueço disso! Aí de lá pra cá eu não parei mais. (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 3 – **Informalmente, eu com 13, 14 anos já fazia pequenos bicos nos supermercados daqui**, como empacotador, coisas assim... (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Os entrevistados foram questionados, ainda, sobre o envolvimento/participação em movimento social ou coletivo. Todos responderam de forma afirmativa e ressaltaram que esse envolvimento está relacionado aos coletivos/movimentos do próprio território do GNA. Os três jovens fazem parte do *Coletivo* que acompanhei durante os meses de campo e sobre o qual discorri em páginas anteriores. O quarto entrevistado tem uma forte história de militância no Grande Nordeste. Da sua fala pode-se extrair a força e o símbolo de resistência negra daquele território. Ao ler o relato abaixo sobre a sua trajetória de militância, é possível notar como, naquele território, articulam-se ancestralidade negra, resistência e emancipação:

Entrevistado 4 - Assim, eu participo de alguns, mas eu me identifico com o projeto que nós fundamos em 2000. Não, 1999, desculpe. Que é o AfoxéBamboxê. Que vem de um grupo que nós formamos no passado, que nós chamamos Sexto Sentido. Já nasceu com essa ideia de trazer a juventude através da arte da cultura em geral. **Depois nós fundamos o AfoxéBamboxê, que é fundado por ogãs do Nordeste de Amaralina, e que visa através dos povos de matriz africana discutir o empoderamento e emancipação do Nordeste de Amaralina.** (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Quando questionados a respeito do debate racial no movimento/coletivo, todos responderam que esta é uma pauta dentro do movimento do qual faz parte. Ademais, ao afirmarem a importância desse debate, feito cotidianamente nos seus respectivos coletivos, ressaltaram que dentro de um país como o Brasil e, especialmente, de um estado como a Bahia, formado majoritariamente por negros e em que são estes os alvos cotidianos do racismo e da mira letal da polícia, o assunto assume significado estruturante em suas vidas e militâncias:

Entrevistado 2 - Muito importante, muito importante mesmo...Eu acho que pelo país que vivemos, pelo Estado que vivemos, que é um Estado com alto índice de negros. E existe muito racismo num Estado que o número maior é de negros, então tem que ser debatido, tem que ser questionado porque existe esse racismo no nosso país. (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016).

Entrevistado 3 - **É, morar na favela e não abordar é, eu acho que quase impossível. Principalmente por ver de perto a ação da polícia aqui, que tá totalmente ligada com a questão racial, né?** (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 4 - Nós vivemos num país, referência da questão do racismo, né? E é algo que ainda está muito no nosso cotidiano, então, discutir a questão racial é discutir a defesa da democracia. (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016).

Até aqui busquei caracterizar o perfil do “jovem-homem-negro”, (REIS, 2005)¹⁰³ morador do Grande Nordeste, entrevistado durante o campo desta pesquisa. Sem o propósito de criar mais rótulos para quem já convive diariamente com estigma do criminoso-inimigo-suspeito, traçar o perfil dos entrevistados teve o propósito de demarcar o lugar de fala dos jovens com os quais estive no campo. Assim, as falas que virão a seguir, ao lado da discussão teórica que será tecida, advém de jovens-homens-negros que afirmam a identidade negra, vinculam sua história de vida ao seu bairro, seu território, militam em coletivos originados também nesse território, reinventam formas de resistência e percebem o enfrentamento da questão racial como pauta fundamental para alcance de uma real democracia.

4.2 Entre o biopoder e a necropolítica: limites e possibilidades do dispositivo de racialidade/biopoder como instrumento para compreensão do contexto de cá

Aplicando conceitos chaves da Biopolítica ao campo da racialidade brasileira, Sueli Carneiro constrói o conceito de dispositivo de racialidade/biopoder. Este dispositivo, originado dos conceitos foucaultianos de “dispositivo” e de “biopoder”, conforme a autora, opera na sociedade brasileira através da articulação de diversos elementos, transformando a racialidade num campo-domínio que produz saberes, resistência, poderes e subjetividade (CARNEIRO, 2005).

¹⁰³ Jovem-homem-negro, categoria cunhada por Vilma Reis em sua tese “Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991-2001”, é aqui utilizada com o sentido de demonstrar como a articulação dessas três dimensões resultam numa categoria única mobilizadora de discursos, políticas públicas, de campos de saber-poder, em suma, de dispositivos raciais ou, como dito pela própria autora, são dimensões que não se dissociam “são vivenciadas de maneira interseccionalizada, e quando uma ou duas dessas dimensões são ativadas pelas forças de segurança do Estado, em geral, a coletividade negra está em risco.” (REIS, 2005, p.14). Assim, a escolha de entrevistar jovens do sexo masculino se fez por que serem estes as vítimas preferencias do aparelho repressivo estatal (WASELFISZ, 2016).

Alimentando-se criticamente da teoria de Foucault, Carneiro parte da conceituação de que um dispositivo é sempre um dispositivo de poder, que possui uma função estratégica em um determinado contexto histórico e que articula elementos diversos, ou como o próprio Foucault diria:

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que **engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo.** O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos (Foucault, 1979, p. 244, grifo nosso).

Diante dessa noção de dispositivo, como uma rede que articula elementos simbólicos e concretos, ditos e não-ditos, a autora sinaliza para a potencialidade desta noção como chave de compreensão da “heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam [...] para cumprir um determinado objetivo estratégico” (CARNEIRO, 2005, p.39).

Contudo, além de dispositivo, é necessário entender o que se está dizendo ao falar em racialidade¹⁰⁴. Em sua definição, Carneiro é precisa em dizer que esta deve ser compreendida como uma noção produtora de campos – ontológicos, epistemológicos e de poder. Assim, produzindo saberes, poderes e modos de subjetivação, a racialidade engendra elementos que, como numa rede articulada, resultarão num dispositivo de poder, ou, se preferir, num dispositivo de racialidade que operará, basicamente, no contexto brasileiro, na condução de dois processos: a subordinação intelectual do negro - a sua anulação como sujeito de conhecimento - e a decisão de quem vai viver e de quem vai morrer (CARNEIRO, 2005).

Apesar de reconhecer a importância do epistemicídio, primeiro dos processos citados acima, e de, também, reconhecê-lo como uma forma de morte – “assassinato da razão” – antecipo que a discussão estará centrada no segundo processo. Acoplado a uma nova tecnologia de poder - o biopoder - o dispositivo racial será ressignificado e não conduzirá apenas à subalternização dos sujeitos segundo a raça, mas definirá os processos de vitalismo e de morte. Nasce, aqui, o

¹⁰⁴ É interessante sinalizar, ainda, que na releitura crítica, Carneiro aponta que a raça, assim como o sexo foi posto por Foucault em História da Sexualidade, é, também, um demarcador de verdade sobre o sujeito. Ou seja, “por meio dela se evidencia o valor de cada agrupamento humano na sua diversidade étnica/racial, a medida de sua humanidade, a normalidade de cada qual.” (CARNEIRO, 2005, p.51).

“dispositivo de racialidade/biopoder”, cunhado por Carneiro, que além de subalternizar, inferiorizar, sob a égide de um novo direito de soberania, irá disciplinar as relações raciais em sociedades pós-coloniais, determinando quem deve morrer e quem deve viver.

A tecnologia do biopoder inscreve-se historicamente na forma de funcionamento de todos os Estados modernos. Inerente a essa roupagem estatal, essa nova cara do poder promoverá uma inversão no *modus operandi* do direito do soberano: o antigo poder que se estabelecia perante a lógica do “fazer morrer e deixar viver” passa a ser regido pelo “fazer viver e deixar morrer”:

Para Foucault, essa biopolítica que se converte em biopoder promove a emergência de três novos elementos desconhecidos até então tanto da teoria do direito como das técnicas disciplinares. São eles: a população (os corpos múltiplos); a busca do controle sobre os fenômenos coletivos e aleatórios e, em terceiro lugar, poder que consiste em fazer viver e em deixar morrer. E é nesse momento que Foucault inclui, em sua reflexão sobre as tecnologias de poder, o racismo. (CARNEIRO, 2005, p.74).

Acessando o campo do biológico – daí falar-se em estatização do biológico, a assunção da vida pelo poder – “o biopoder aciona o dispositivo de racialidade para determinar quem deve morrer e quem deve viver” (CARNEIRO, 2005, p.76). Ou seja, aciona a rede discursiva, prática, os ditos e não ditos, as instituições, normas, todo o repertório que compõe a racialidade como um campo, exercendo-a como um dispositivo para, a partir da distribuição da espécie humana em grupos e sub grupos, estabelecer uma ruptura biológica entre “uns” e “outros” (MBEMBE, 2006). É exatamente aqui que o racismo insere-se na teoria foucaultiana. Como instrumento para essa ruptura/corte, o racismo:

É, primeiro, o meio de introduzir afinal, nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer [...] tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população uns grupos em relação aos outros. Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder. De outro lado, o racismo terá sua segunda função: terá como papel permitir uma relação positiva [...], do tipo: ‘quanto mais você matar, mais você fará morrer’, ou ‘quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá’. (FOUCAULT, 2005, p.304-305)

Frisando que o racismo¹⁰⁵ precede a forma moderna de organização do Estado, Foucault faz a importante ressalva de que o ocorre, ali, não é o seu

¹⁰⁵ Não podendo esquecer que a teoria de Foucault tem o olhar de investigação centrado na realidade europeia, é válido ressaltar que, ao falar de racismo, o filósofo francês “estava focado principalmente na análise da experiência alemã, do holocausto judeu. Não considerou, no entanto, o racismo

surgimento, mas sua transformação em instrumento vital para o funcionamento de um Estado que, sobrepondo à tecnologia disciplinar, a tecnologia de regulamentação, passa a funcionar no modo do biopoder¹⁰⁶. Assim, o racismo que sabidamente é anterior à modernidade, se torna, a partir da emergência do biopoder, a “condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização”, “a condição para que se possa exercer o direito de matar”, o instrumento que possibilita o exercício do Estado no seu modo assassino (FOUCAULT, 2005).

Operando no domínio das relações raciais brasileiras a nova dimensão do poder, essa nova forma de exercê-lo que se agrega às anteriores – o biopoder – torna-se mais evidente no Brasil pós-abolição, especialmente após a República. Naquele momento nota-se um giro na movimentação do Estado, que, a partir da “ruptura” com o sistema escravista, passa a assumir mais efetivamente os aparatos de controle e contenção social, direcionando-se à vida, secundarizando a morte (FLAUZINA, 2006)¹⁰⁷.

Esse direcionamento rumo à vida, simbolizado na transformação do “fazer morrer e deixar viver” para o “fazer viver e deixar morrer”, ao mesmo tempo em que significa recuo do poder de soberania, centralidade nos processos biológicos da população e nos mecanismos regulamentadores dos eventos fortuitos que recaem sobre essa mesma população, de forma a primar pelo “fazer existir”, não é exercido sob esse ideal para todos os grupos e subgrupos. É neste ponto, como já dito, que a articulação do dispositivo de racialidade com essa nova tecnologia de poder instituiu,

enquanto dispositivo de poder de sociedades multirraciais nas quais ele opera como um disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais. Enquanto dispositivo disciplinar das relações sociais institui relações raciais como complexificação das relações sociais, amalgamando às contradições de classes, as contradições de raças.” (CARNEIRO, 2005, p.70).

¹⁰⁶ O uso do termo “sobrepondo” tem o propósito de ressaltar o fato de que a adoção da biopolítica pelos aparelhos estatais, inclusive pelo estado brasileiro, não significou desprezo absoluto aos mecanismos disciplinares. O melhor é compreender que sob a égide dessa nova tecnologia de poder - o biopoder/a biopolítica - o que ocorre é um predomínio dos mecanismos de regulamentação em detrimento dos disciplinares: “[...]esses dois conjuntos de mecanismos, um disciplinar, o outro regulamentador, não estão no mesmo nível. Isso lhes permite, precisamente, não se excluírem e poderem articular-se um com o outro. Pode-se mesmo dizer que, na maioria dos casos, os mecanismos disciplinares de poder e os mecanismos regulamentadores de poder, os mecanismos disciplinares do corpo e os mecanismos regulamentadores da população, são articulados um com o outro.” (FOUCAULT, 2005, p.298). Essa ressalva será ainda mais importante mais à frente. Como veremos, os relatos dos entrevistados e a observação do campo, ao apontarem para uma necrorealidade vivida no GNA, não indicam a exclusão dos aparatos disciplinares e regulamentadores. Devendo ser compreendida dentro do contexto dos regimes políticos atuais, conforme tratado no capítulo anterior, a experiência de implantação de Bases Comunitárias de Segurança parece-me melhor compreendida a partir da predominância do poder necropolítico, sem desconsiderar permanências das outras racionalidades de poder – disciplinar e biopoder.

¹⁰⁷ De forma mais precisa, conforme destaquei no primeiro capítulo, esta “publicização” do controle acontece ainda no pré-abolição, durante o século XIX.

no cenário brasileiro, um dispositivo híbrido - dispositivo de racialidade/biopoder - que operando para a sobrevida de “uns” - prolongamento da existência do segmento branco – relega aos “outros” o “deixar morrer”. Ou, melhor: inscreve, cotidianamente, “a negritude sob o signo da morte” (CARNEIRO, 2005).

É preciso reforçar, todavia, que, no Brasil, para exercício do Estado no modo do biopoder dispensou-se a institucionalização da categoria raça¹⁰⁸. Ou seja, formatado pela biopolítica, o Estado brasileiro, através da ideologia da democracia racial, escondeu a estrutura racializada dos conflitos sociais e das investidas estatais para, com a desmobilização da categoria raça e de seu caráter político aglutinador para o povo negro, garantir o contrato racial assinado pela elite branca¹⁰⁹. Sem falar em raça¹¹⁰, a sobreposição de ações e omissões do Estado brasileiro, desde o início do século XX até os dias atuais, resultaram em um quadro de vulnerabilidades ao qual a população negra encontra-se imersa (FLAUZINA, 2006). Denominando de assassinio indireto, Foucault alerta que essas vulnerabilidades demonstram que o “tirar a vida”, ou seja, o “deixar morrer” vai muito além do assassinio direto. “O fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte, ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição” (FOUCAULT, 2005, p.306) são formas de produção de mortos-viventes (MBEMBE, 2006).

Aliado ao dispositivo de racialidade, então, o biopoder será exercido a partir de uma distribuição desigual da morte e da vida. Os dados sociais da população negra brasileira demonstram como esse desequilíbrio conforma essa população no lado da morte. Ações e omissões do Estado brasileiro explicitaram uma biopolítica

¹⁰⁸ A dispensa da institucionalização da raça, no sentido de normatização, é negada por alguns estudiosos. A jurista Dora Lúcia Bertúlio, por exemplo, demonstra no seu trabalho de mestrado, intitulado “Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo” (1989), como tanto no nível da legislação federal, como estadual e municipal, a raça é uma categoria explicitamente acionada pelo Estado Brasileiro (BERTÚLIO, 1989).

¹⁰⁹ Tratando sobre o Contrato Racial, Mills irá dizer que, abaixo da máscara de um contrato social assinado por todos, há um contrato racial que assegura “uma sociedade organizada racialmente, um Estado racial e um sistema jurídico racial, onde o *status* de brancos e não-brancos é claramente demarcado, quer pela lei, quer pelo costume. E o objetivo desse Estado, em contraste com o estado neutro do contratualismo clássico, é, *inter alia*, especificamente o de manter e reproduzir essa ordem racial, assegurando os privilégios e as vantagens de todos os cidadãos integrais brancos e mantendo a subordinação dos não-brancos.” (MILLS, 1997, p.13).

¹¹⁰ Conforme as palavras de Sueli Carneiro: “O biopoder não precisa da raça enquanto categoria socialmente institucionalizada para matar. Basta-lhe uma hostilidade e/ou desprezo socialmente consolidados em relação a um grupo social. Como uma espécie de automatismo associativo, esses sentimentos e representações tornam-se suficientes para orientar a distribuição das benesses sociais. [...] Articulam-se técnicas disciplinares a essa nova tecnologia de poder, com a originalidade de que elas exercem o poder de fazer viver e deixar morrer sem precisar institucionalizar a raça, mas dispondo de mecanismos capazes de alcançá-la onde quer que ela se esconda, para distribuir vida e morte” (CARNEIRO, 2005, p.76).

“informada por processos de naturalização sobre o valor da vida e da morte”. Processos que, a partir da episteme racial e de todo o seu repertório de subalternização da negritude, “inscrevem a branquitude no registro do vitalismo e a negritude no signo da morte.” (CARNEIRO, 2005, p.78).

Aqui, poderia inserir a análise de políticas públicas de educação, saúde, habitação que no decorrer do século XX e XXI, no constante revezamento de governos ditos democráticos e de longos poderes ditatoriais, consagraram, no Brasil pós-abolição, para a negritude, uma existência mórbida. Contudo, se a atuação estatal, fundamentada pelo racismo, produziu, nos diversos segmentos – educacionais, saúde, espacial-habitacional, distribuição de renda - “políticas de eliminação” (FLAUZINA, 2006), é no campo da segurança pública que essa prática genocida ocorre de forma mais escancarada.

As sucessivas políticas de segurança adotadas, em geral, nas cidades brasileiras e, mais especificamente, nos bairros negros e populares de Salvador, exemplificam bem a produção da morte. Não somente os dados de pesquisas recentes, mas, também, os discursos dos jovens negros entrevistados durante esta pesquisa demonstram como apesar “da produção da morte não está circunscrita à atuação do sistema penal” (FLAUZINA, 2006, p.100) existe aí um escancaramento da agenda genocida. É este o espaço em que a função assassina do Estado é exercida de forma mais crua - a Chacina do Cabula é um forte exemplo disso¹¹¹.

A prática policial no GNA não foge à regra de sangue. Com o intuito de compreender o histórico/a memória da relação polícia-moradores no GNA, indaguei os entrevistados sobre a atuação policial naquele território antes da implantação das

¹¹¹ A Chacina do Cabula foi o resultado de uma operação policial da RONDESP na Vila Moisés, bairro do Cabula – Salvador, BA. Em 06 de fevereiro de 2015, 18 jovens negros foram cercados por policiais deste Batalhão Especial da Polícia Militar Baiana e levados para um campo de futebol: “Encurralados pelos militares, pelo menos 12 deles foram executados sumariamente. Seis conseguiram escapar, fingindo-se de mortos. Naquela madrugada, os militares dispararam 500 tiros, quase 100 deles atingiram os corpos negros, conforme informações dos laudos.” (CAROS AMIGOS, Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5973-chacina-do-cabula-1-ano-12-mortos-e-sentenca-de-absolvicao>>. Acesso em: 21/06/2016). No pronunciamento feito à imprensa dias depois da matança em Vila Moisés, o governador Rui Costa compara a atuação policial à situação de um artilheiro em frente ao gol: PM baiana é máquina de matar negros. E o governo grita gol! Disponível em: <<http://negrobelchior.cartacapital.com.br/pm-baiana-e-maquina-de-matar-negros-e-o-governo-grita-gol/>> Acesso em 21/06/2016. Andréia Beatriz Silva dos Santos, médica e coordenadora do Quilombo X – ação cultural comunitária ligada à Campanha Reaja ou Será Morta, Reaja ou Será Morto -, tratando desta Chacina, em reportagem da revista Caros Amigos, dirá: “A gente viu em Cabula, após a chacina dos doze jovens, uma comunidade totalmente devastada por aquela brutalidade. As sequelas serão sentidas ao longo do tempo.” (Revista Caros Amigos, ano XIX, nº233, 2016 “Militarização: sob os tiros do racismo”).

BCSs. Os depoimentos dados em resposta sinalizam como, na prática, a dinâmica do biopoder é historicamente operada pela polícia naquele espaço:

Entrevistado 2 - é meio complicado né? **Porque falar de polícia é falar de uma abordagem truculenta aqui na comunidade.** Porque, assim, a população, de uma maneira geral, ver o no Nordeste de Amaralina como um bairro de alta periculosidade. Mas só que, tipo assim, quem vivencia aqui sabe que não é isso. **É complicado falar que existe aqui uma polícia pacificadora, porque não existe isso!** É uma polícia que chega abordando de forma truculenta, que não quer saber se é pai ou mãe de família que já vai batendo, “chega chegando”. Então assim, é complicado falar da polícia. (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 3 - **Pra quem já sofreu também as abordagens policia que rolam por aqui é ridículo. Tem nem como falar o que é a abordagem policial aqui.** Quer dizer, a abordagem policial todo mundo já conhece mais ou menos como é essa polícia militar brasileira, é uma coisa ridícula. Mas aqui particularmente por eu sofrer o que acontece aqui é uma coisa absurda. Absolutamente absurda. Não digo nem só por mim. Eu já tive algumas abordagens violentas comigo, mas o que você vê [...], o que você vê o pessoal dizer e a gente sabe que não é mentira, por que você vivencia isso, é absurdo. (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 4 - Olhe só. Eu sou um filho de trabalhadores né? A minha mãe trabalhava como doméstica e meu pai como mestre de obras, pedreiro, mestre de obras. A minha primeira escola foi uma escola pública chamada Dionísio Cerqueira onde eu comecei na verdade a perceber a diferença entre famílias, de classe social: quando um menino tinha que estudar de manhã e o outro de tarde, porque a camisa era única. [...]. **E aí eu comecei a perceber que todos esses meninos foram mortos. E foram mortos exatamente pela polícia militar estadual da Bahia.** Eu cheguei no Theodoro Sampaio, pra fazer o estudo primário na época. **Eu só tenho dois amigos daquela geração, Dilson e Aloísio [...] o resto foram mortos pela polícia.** Num momento em que ainda, no Nordeste de Amaralina, [...] estava se constituindo o que nós chamamos de tráfico de drogas. **Então, a polícia militar ela teve um papel fundamental nesse sentido de, de organizar através da raiva, daqueles que eram espancados dia-a-dia nas ruas do Nordeste.** Ela teve um papel fundamental de organizar esse “quarto setor”, vamos dizer assim. **Então, todas as manifestações que nós fazíamos na época havia perseguição militar. Grande parte das intervenções culturais acabou no Nordeste por causa da intervenção militar.** E muitas das pessoas que Salvador e a Bahia conheceram como perigosos foram de alguma forma formadas pela polícia militar, quando eram presas porque não tinham identidade, passavam um tempo na penitenciária, quando voltavam, voltavam revoltados e se rebelavam. **Não é à toa que no Nordeste de Amaralina, a polícia militar é vista por 98% como uma grande inimiga, da família inclusive.** (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Como símbolo de controle, perseguição ou truculência a atuação policial no GNA é rememorada pelos jovens negros. Seja ao identificar o abuso que sempre marcou a presença policial naquele espaço mesmo antes do PPV, seja lembrando o

constrangimento sentido nas abordagens ou, ainda, dos amigos mortos, é interessante perceber como os relatos demonstram que a história constitutiva do sujeito negro está imbricada à violência policial. Tratando sobre isso, Carneiro vai dizer como o modo de subjetivação do homem negro está vinculado a um histórico de violência. O “eu” que surge nos relatos está sempre de outro lado em relação à polícia. Os depoimentos apontam que, vistos como inimigos dentro de um território que, por ser negro, é manchado pela mácula do perigo, os sujeitos negros entrevistados mesclam, em suas narrativas, territorialidade, violência e percepção sobre si, sobre sua trajetória pessoal. Demonstram, assim, como, enquanto dispositivo que articula diversos elementos, a racialidade negra - operada na lógica do biopoder pela instituição policial - é entendida como meio delinquente por excelência (CARNEIRO, 2005).

Articulando os elementos formadores do domínio da racialidade construído historicamente no Brasil, a atuação policial no GNA traduz a operacionalidade do “dispositivo de racialidade/biopoder”. Em outras palavras, a manipulação da cor/raça pela polícia das BCSs, naquele território, aponta para como as visões raciais estigmatizadas em relação à negritude são mobilizadas no exercício cotidiano do poder estatal, que, ali, está sobrerrepresentado pelo aparato policial. De formas diversas, a identificação dessa articulação entre cor/raça com a prática da polícia “comunitária” surge nos relatos dos entrevistados:

Entrevistado 2 - A questão racial influencia. Eu já vi situações aqui de “filhinho de papai” vir de fora comprar droga aqui, passar por policiais e não ser abordado. Agora, vai passar um negro perto do carro da polícia...Na hora vai ter aquele olhar e abordagem. (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016).

Entrevistado 4 - O policial ainda é uma pessoa, uma pessoa não, é um ser que quanto mais leva gente pra o Nina Rodrigues¹¹² ele vai sendo patenteado. Não há dúvidas disso. Então essa ideia de que há um estereótipo do criminoso no Brasil ainda é muito forte, muito forte. Então quanto mais a pessoa é retinta, quanto mais a pessoa é negra, a mulher negra, mais ela vai pagar por isso [...]. Eu passo por isso muitas vezes [...] às vezes eu estou com meus camaradas, meus irmãos, eles são negões tal e já chegou dia da gente chegar, tá numa situação e o cara ir pra parede né; pro paredão, e o cara não me levar. E olhe que eu não sou branco, mas eu tenho uma pele mais clara, então...E no Nordeste não é diferente, né. Os negões e as negonas pagam o preço da escravidão até hoje. (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016).

¹¹² Referência ao Instituto Médico-Legal Nina Rodrigues, IMLNR, do estado da Bahia, popularmente denominado como Nina Rodrigues ou, simplesmente, NINA.

Ressalto, contudo, que questionando os entrevistados sobre a influência ou não da cor da pele para atuação da polícia das BCSs do GNA, me deparo, também, com respostas que apontam a mobilização de outro atributo - “vestimenta”/ “roupa” - pela força repressiva policial no GNA, o qual estaria supostamente desarticulado da questão racial:

Entrevistado 3 - Aqui não dá nem pra falar meio disso porque aqui é todo mundo negro praticamente, então não dá pra ver essa diferença. Eu não digo de cor da pele mas posso dizer de vestimenta. Porque tem aquela velha vestimenta, meio que vamos dizer, na moda. É que a moda de favela também passa. Teve a época daquela Cyclone e tal, que quem andava com aquela Cyclone de veludo era bandido. Hoje é aquele boné de aba reta, se passar e ver com aquilo ali. Tem um menino aqui, um vizinho meu, que a gente chamava de Pé de Urso porque tinha uma gíria de favela de São Paulo lá que dizia que Pé de Urso é quem chama atenção da polícia. E esse menino onde ele tivesse, ele já chegou a ser enquadrado umas 4 vezes de policial passar e enquadrado, fez a volta passou e enquadrado de novo e foi enquadrado umas 4 vezes no mesmo dia justamente porque ele sempre seguiu essa onda. Ele nunca se envolveu com nada, convivo com ele desde que eu nasci, era meu vizinho de porta, agora mora lá em cima. Nunca se envolveu com nada mas ele gosta de andar assim. No tempo de Cyclone, andava de Cyclone, agora anda de aba reta e tal, e sempre que a gente tá conversando aqui, se passar duas viaturas...que a gente sempre teve isso também, se uma passa só passa, olha mal e tal mas não para, mas se passar duas é certo enquadrar. E se ele tivesse era certo enquadrar. Esse tipo de vestimenta chama muito a atenção da polícia. (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016).

Entrevistado 1 - Eu acho que aqui no nordeste não, porque aqui tem muito negro. Não. Poderia ser se fosse outro espaço, onde ter, um espaço público longe da aqui, que interfere muito isso. Mas eu acho que aqui não. Até porque a maioria das pessoas, dos policiais também são negros. (...) Então não vejo essa diferença não. Eu acho que a roupa influencia.

Pesquisadora - A roupa?

Entrevistado 1 - É.

Pesquisadora - Como assim a roupa, Pedro?

Entrevistado 1 - A roupa que você tá todo de marca, blindado, parecendo um, um, um... uma pessoa que, na visão deles, é marginal. Todo de marca...

Pesquisadora - Como você, como identifica isso aqui?

Entrevistado 1 - Chapéu de marca, camisa de marca. Kenner, de marca. ... Pra eles já têm uma visão. Diferente de você estar usando uma bermudinha jeans, uma sandalhinha de couro, uma camisa normal. **Se [a polícia] passasse aqui, eu ia passar batido. Mas com quem vem todo blindado, chapéu bem chamativo, camisa e bermuda bem de marca, Kenner. Eles já têm outra visão. Batidão, corrente grande, já tem uma visão. Entendeu?**¹¹³ (Entrevistado 1, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

¹¹³ Os grifos feitos acima, ao final da fala de um dos jovens negros - Entrevistado 1 - não foram à toa. Além de demonstrar a operação da racialidade por outras vias para além da cor da pele, exemplifica a introjeção pelo próprio oprimido, pelo controlado, da prática divisora que o dispositivo de racialidade institui no campo ontológico: “Essa é, portanto um tipo de prática divisora que um dispositivo institui no campo ontológico: a constituição de uma nova unidade, composta de um núcleo interno em que se aloja a nova identidade padronizada e, fora dele, uma exterioridade que lhe é oposta, mas essencial

Para além da cor da pele, a “vestimenta”, a bermuda “Cyclone”, a “moda de favela”, o “boné de aba reta” e o “batidão” não são, na prática, a identificação de uma forma comum de se vestir afirmada por um grande número de “jovens-homens-negros” dos bairros negros e populares de Salvador, como o GNA? Ou seja, a reflexão que proponho é: a relação posta entre atuação policial e a vestimenta caracterizada acima, não é, na prática, a tradução do acionamento de outros elementos que compõem o dispositivo racial para, de outra forma, permanecer impondo ao corpo negro o lócus privilegiado (ALVES, 2011) da violência? É diante destes questionamentos que sugiro que, longe de significar abandono da lógica racializada, como pode sugerir uma interpretação rasa das narrativas acima, a mobilização de elementos como a “roupa”, a forma de se vestir, demonstram sutilezas e disfarces operados, cotidianamente, pela polícia para exercício do controle sócio-racial.

Se a definição do estatuto humano pelo dispositivo de racialidade está associada aos símbolos da branquitude (CARNEIRO, 2005), de outro lado, os símbolos ligados à negritude – como a música, o território e, aqui mais especificamente, a roupa -, além de significar distanciamento do padrão branco, servirá como instrumento identificador da “pessoa que, na visão deles, é marginal”, conforme posto pelo jovem negro do GNA. É interessante perceber, ainda, como ao descrever o “outro” - que é visto como suspeito pela polícia, aquele que é, a todo tempo, alvo das abordagens policiais no GNA - os dois jovens¹¹⁴ elencam diversos símbolos ligados à negritude¹¹⁵ que, socialmente, foi vinculada pelo ideário racista vigente, à criminalidade, ao estigma do bandido, ladrão, marginal, sub-humano, perigoso (VARGAS, 2005). De forma naturalizada, os relatos expõem como “as palavras e as coisas”, “a forma e o conteúdo”, estão “sutilmente” articulados.

para a sua afirmação. [...] Ele se define negativamente para demarcar a sua diferença em relação ao **sujeito-forma**, aquele construído negativamente para afirmar a dinâmica positiva do Ser.” (CARNEIRO, 2005, p.39, grifo nosso). Nesse sentido, é curioso notar como Entrevistado ao falar sobre o “eu” demarca sua diferença em relação ao “sujeito forma” – aquele que, como dito pelo próprio, **“vem todo blindado, chapéu bem chamativo, camisa e bermuda bem de marca”**. Essa introjeção pelo oprimido elucida bem o sucesso e permanência da consolidação no imaginário social daquilo que Carneiro chamar de “fundamento do branco como ideal” (CARNEIRO, 2005).

¹¹⁴ Vale sinalizar que ambos, ao serem perguntados sobre abordagem, disseram serem alvos destas, conforme veremos mais à frente.

¹¹⁵ Pontuo que o uso desta expressão não quer sugerir que tais símbolos sejam monopólio e produção exclusiva do povo negro. Entretanto, apesar da circularidade dos símbolos, a apropriação de alguns, ocorrida em alguns casos pela população negra, é comumente convertida em abaixamento moral-legal destes mesmos símbolos. Assim, um “estilo” “apropriado” pela negritude é identificado como moda de bandido, marginal, “coisa de ladrão”.

Naturalizadas como “moda de favela”, como estilo de “marginal”, subjetividades negras, símbolos da negritude, instrumentalizam e são operadas pela práxis policial. Versando sobre essa naturalização do estigma racista e de seu encaixe ao “Outro”, Carneiro irá dizer:

A sustentabilidade do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. **É imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta, aquilo que o ideário lhe atribui. É preciso que as palavras e as coisas, a forma e o conteúdo, coincidam para que a ideia possa se naturalizar** (CARNEIRO, 2005, p.29, grifo nosso).

Como visto até aqui, o dispositivo de racialidade/biopoder fornece aportes teóricos para a compreensão da dinâmica racial brasileira e de suas realidades racializadas, como a do GNA. Todavia, sem a pretensão de abandonar a potencialidade interpretativa desse dispositivo, os dados do campo – extraídos tanto da observação, como da fala dos jovens negros entrevistados – indicam a necessidade de ampliação dos recursos teóricos.

A vivência no campo, especialmente as entrevistas, como será visto a seguir, apontam para a radicalização de conceitos foucaultianos, os quais, por si só, são insuficientes para a tradução de espacialidades que, geridas por “governanças mórbidas”, demandam traduções para além do “deixar morrer” (ALVES, 2011). Mais que uma necessidade de uma atualização conceitual, a vivência do campo – observação e depoimentos dos entrevistados – revelou “novas formas de submissão, de dominação”, onde a política é exercida “como um trabajo de muerte” (MBEMBE, 2006). À vista disso, proponho, a seguir, a compreensão da violência estatal exercida naquele espaço a partir de uma concepção radical e transgressora da relação existente entre Estado e cidadania. Uma concepção que vai além da foucaultiana de biopoder e traduz como os corpos negros estão, em verdade, à mira de um necropoder estatal (ALVES, 2011; MBEMBE, 2006, VARGAS, 2005).

4.3 “O ‘Pacto Pela Vida’, aqui, é o pacto pela morte”¹¹⁶: o campo e a demanda por uma leitura da violência estatal a partir da necropolítica

¹¹⁶ Trecho da fala de um dos jovens entrevistados. Além de intitular este trabalho foi posto para nomear este tópico pois sintetiza bem a percepção dos entrevistados em relação à prática policial naquele território negro ocupado por três Bases Comunitárias de Segurança.

Partindo da crítica pós-colonial, Achille Mbembe teoriza a necropolítica fortemente inspirado em conceitos foucaultianos. Entretanto, centrado num contexto distinto do filósofo francês, a Necropolítica mbembiana:

Expande o conceito de biopoder, proposto por Michael Foucault, [...] **ao descrever os mecanismos de controle e gestão da vida em sociedades marcadas por 'topografias da crueldade' [...] como sugere a realidade urbana brasileira.** Biopoder e necropoder não são apenas interfaces conceituais. Se biopoder diz respeito à produção calculada e otimizada da vida, **necropoder enfatiza a primazia da morte como estratégia de exercício do poder moderno em territórios e populações tidos como ameaça latente.** Não que tal categoria esteja em oposição ao conceito empreendido por Foucault - uma vez que o biopoder diz respeito precisamente à imposição da morte em nome da vida -, mas **ela [a necropolítica] capta com mais precisão a centralidade da morte na experiência urbana das populações empobrecidas brasileiras** (ALVES, 2011, p.109, grifo nosso).

Diante disso é que, a partir de caminhos já abertos por outras autoras e autores, nas suas reflexões sobre a dinâmica racial brasileira (ALVES, 2010, 2011; CARNEIRO, 2005; FLAUZINA, 2006; VARGAS, 2005, 2010), aproprio-me da necropolítica – e de seus desdobramentos conceituais¹¹⁷ - por entender que o alcance do objetivo desta pesquisa demanda¹¹⁸ a compreensão de um Estado que opera calculadamente através de um “pacto de morte”, reinventa e reproduz “políticas de eliminação” (FLAUZINA, 2006), atuando, mais efetivamente, em relação à população negra, numa espécie de “contrabiopoder”¹¹⁹, ou, se preferir, pela máxima do “hacer morir e dejar vivir” (MBEMBE, 2006).

Antes de seguir, contudo, é importante fazer dois registros. O primeiro é um reforço: o novo caminho teórico percorrido a seguir não significa rejeição ao que foi posto até este momento. O “dispositivo de racialidade”, como desenvolvi acima,

¹¹⁷ A seguir trarei conceitos desenvolvidos a partir do cruzamento da necropolítica mbembiana e da biopolítica foucaultiana, tais como, “governança espacial mórbida”, “necropolítica espacial”, (ALVES, 2010, 2011), entre outros.

¹¹⁸ Buscar compreender a relação existente entre os jovens e a polícia das Bases foi um desafio onde o campo quem disse a teoria mais apropriada e não o contrário. Devo, ainda, registrar meus agradecimentos às sugestões cedidas pelos membros da banca de qualificação deste trabalho, especialmente à professora Ana Flauzina, que, entre outras contribuições, marcou a minha caminhada ao sugerir que, sem medo de conduzir um trabalho etnográfico, como o qual estava propondo, deixasse que o campo e a vivência nele “gritassem” ou dissessem a literatura mais apropriada.

¹¹⁹ Sobre a expressão “contrabiopoder” é interessante a análise feita por Elisabeth Archambault acerca da teoria “mbembiana”: “[...] se estudia de qué manera éste [el cuerpo] se convierte en una mercancía más, susceptible de ser desechada, contribuyendo a aniquilar la integridad moral de las poblaciones [...]. **Por tanto, la necropolítica podría definir-se como una suerte de contrabiopoder** ligado, sin duda, al concepto de necrocapitalismo [...] es decir, al capitalismo contemporáneo, que organiza sus formas de acumulación de capital como um fin absoluto que prevalece por encima de cualquier otra lógica o metanarrativa.” (ARCHAMBAULT, 2006, Introdução in MBEMBE, 2006, grifo nosso)

teoriza sobre as realidades de mortes negras especializadas nas cidades brasileiras entendendo como, dentro da lógica de “fazer viver e deixar morrer”, os “deixados à morte” são preferencialmente os corpos negros. Contudo, à frente, como posto acima por Jaime Amparo Alves, entendendo que a política urbana estatal em relação aos negros tem uma centralidade na morte, assumir o “fazer morrer” conduz o trabalho para um novo caminho, onde essa centralidade poderá ser mais bem vislumbrada. Bem diferente de significar abandono da construção teórica de Carneiro, proponho que essa seja entendida como um preparo que foi necessário para o passo a ser dado.

O segundo registro, como num tom de ressalva, vem para dizer que: aplicar a necropolítica desenvolvida por Mbembe, apesar de assentada num contexto diverso, ocorre em razão de similitudes maiores que conectam realidades abrigadas pela macrocategoria de sociedades pós-coloniais¹²⁰. Ou seja, apesar de diferenças existentes entre países africanos – como o país de origem do autor - e países da América Latina – como o Brasil -, há convergências históricas nos processos civilizatórios vivenciados por estes que, vítimas de violentas colonizações europeias, no seu passado e, sob a égide de uma governamentalidade neoliberal, no presente, apresentam, de forma comum, sociedades estruturadas a partir de hierarquização e dominação raciais (ALVES, 2011).

4.3.1 A implantação das BCSs e a colonização¹²¹ do GNA: a chegada colonialista e o cotidiano à margem da lei

No esforço de decifrar realidades das sociedades pós-coloniais mergulhadas numa forma particular de terror, Mbembe explica que a marca diferenciadora da contemporaneidade, em relação ao terror da modernidade, é o encadeamento de poderes múltiplos: disciplinar, biopolítico e necropolítico¹²². Os regimes políticos atuais, especialmente nos países de “terceiro mundo”, por meio deste encadeamento, convivem com uma soberania exercida por seus governantes como

¹²⁰ O próprio Mbembe, logo na introdução do ensaio de apresentação da necropolítica, aponta que esta corresponde a uma análise que “se aplica al conjunto del tecer mundo” e , ampliando ainda mais, explica que pode ser extensível “al cuarto mundo, es decir, a aquella población perteneciente a nuestro primer mundo que, sin embargo, vive em um estado de absoluta precariedade; parias que no han sido expulsados de la sociedade del bienestar, sino que ocupan los márgenes de está [...]” (MBEMBE, 2006, p.11).

¹²¹ (FANON, 1968; MBEMBE, 2006).

¹²² Sem deixar dúvidas sobre a permanência da mobilização da raça, o autor ressalta: “La raza es, de nuevo, determinante en este encadenamiento.” (MBEMBE, 2006, p.35).

“el derecho de matar” e uma política centrada “como um trabalho de morte”. Sob a égide da violência, então, o poder, “em nuestros días”, precisa a todo tempo invocar a exceção, a urgência e “una noción ficcionalizada del enemigo” para exercício, diante de determinados povos e seus territórios, do direito de morte (MBEMBE, 2006, p.21).

O cotidiano do GNA exemplifica muito bem esse estado constante de exceção e urgência. Os dois conceitos adicionados pelo autor camaronês à teoria foucaultiana – estado de exceção e estado de sítio – traduzem a realidade de bairros negros soteropolitanos, historicamente alvos de políticas públicas genocidas (REIS, 2005). São espacialidades onde o Estado, através do seu braço policial, invade casas sem mandado, constrange, cotidianamente, especialmente seus jovens, em abordagens infundadas a não ser pela cor da maioria destes que, por serem negros, “inspiram” uma permanente suspeição.

Perguntados sobre a atuação da polícia na região antes da chegada das BCSs, os entrevistados, como vimos nas páginas anteriores, revelam essa “inimizade” histórica com a polícia sem maiores rodeios: “(...)no Nordeste de Amaralina, a polícia militar, é vista por 98% como uma grande inimiga, da família, inclusive.” (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016). Chamo atenção, entretanto, para o fato de que, quando questionados sobre a atuação da polícia das BCSs, os relatos não mudam o tom. Na verdade, revelam uma intensificação da violência após a militarização do território:

Entrevistado 2 – Olhe, vou ser bem sincero com você. Eu me sinto mais protegido com a marginalidade da comunidade do que com a polícia. Entendeu? Antes, quando não tinha PPV aqui na comunidade, existia violência sim, mas não era tanta como a gente vê atualmente. A polícia chega... Vou citar uma situação: minha irmã mora dentro do Areal, que é uma parte tida como mais perigosa da comunidade, **então assim, invadiram a casa de minha irmã sem nenhum alvará para entrar, abordaram meu sobrinho dentro de casa, sem nenhuma autorização, entraram, abordaram meu sobrinho (...) Ele é negro e também deficiente mental. Entendeu? Eles chegam de forma muito invasiva. Então, antigamente não tinha isso e, hoje em dia, a gente vê muito isso.** (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

A fala acima é interessante para algumas reflexões. A primeira delas, sobre a qual não poderei aprofundar, trata-se de como o tráfico, “a marginalidade da comunidade” surge, durante as entrevistas e nas conversas informais do campo, sempre de uma maneira muito diversa do estereótipo bestial alimentado, sobretudo, pela mídia. Sem heroicizar, os contatos e as conversas durante o campo

demonstraram um traficante que nada tem a ver com o inimigo cruel para aqueles que moram ali. Foram muitas vezes que ouvi: “crescemos juntos”, “os meninos sabem quem eu sou, respeitam minha família e a de todo mundo daqui”. Ademais, conforme os depoimentos, ressalto como o aumento da brutalidade policial é vinculado ao plano de segurança responsável pela instalação das BCSs no local – o PPV.

Além de relacionar as BCSs com o recrudescimento da violência, vê-se como, para exemplificação da violência cotidiana, o jovem narra a atuação “al margen de la ley” (MBEMBE, 2006) que, como reforçado pelo mesmo – “a gente vê muito isso” -, rastreia o exercício cotidiano da polícia na região. “Sem nenhum alvará”, “sem nenhuma autorização” é a tradução da permanente exceção que impera nas geografias marginalizadas da paisagem urbana brasileira e, particularmente, soteropolitana (CARDOSO, NORONHA, MACHADO, 1997; OLIVEIRA, RIBEIRO, ZANETTI, 2000; REIS, 2005, VARGAS, 2005). Em estado de exceção, ou “estado de polícia” (MALAGUTI, 2011), o GNA, como as colônias da modernidade¹²³,

¹²³ Importa pontuar que é partir da teorização de Fanon sobre o colonialismo que Mbembe irá propor o processo mundial de “recolonização” da contemporaneidade – “colônias da modernidade tardia”. Por isso, a distinção feita pelo próprio entre “colônias da modernidade” X “colônias da modernidade tardia”. Entretanto, por vezes, apesar de assentado na contemporaneidade, Mbembe, em seu texto, “vai e volta” à teorização de Fanon sugerindo como as práticas coloniais do passado se repetem no presente, ou melhor, revelando como as colônias e o processo colonial atuais guardam muito do descrito por Fanon – especialmente em relação à guerra para colonização, à fragmentação espacial, ao lugar do território nesse processo. Daí que, é também dessa forma que o GNA, como colônia, é, aqui, analisado: a partir da leitura mbembiana, como uma colônia sob a égide de uma forma específica de terror, e que, ao mesmo tempo, apesar de inscrito na contemporaneidade, denuncia a reciclagem das velhas práticas coloniais da modernidade, que autoriza a comparação com a colônia moderna “fanoniana”. Para uma melhor compreensão sobre o tema, sugiro a leitura do artigo “A universalidade de Frantz Fanon” escrito por Mbembe. Neste artigo, ressaltando as permanências entre os processos apartados pelo tempo, o autor alerta, ainda, como a racialização configura o grande elo entre eles: “Saído da descolonização e da guerra fria, o mundo entrou numa nova era, a da contra insurreição. [...]. **O seu objetivo não é, porventura, reinstaurar pura e simplesmente os velhos laços coloniais. Mas vai buscar uma parte dos seus procedimentos às velhas técnicas das guerras coloniais. Tal como as guerras coloniais, a contra insurreição é justificada através do velho ‘dever de civilização’.** [...] Historicamente, a raça foi sempre uma forma codificada de cesura e de organização das multiplicidades, da sua fixação, **da sua distribuição ao longo de uma hierarquia e da sua repartição no seio de espaços mais ou menos fechados** - a lógica do cerco. Era o caso de todos os regimes coloniais de segregação. [...] **Neste contexto, os novos processos de racialização visam marcar esses grupos de populações, fixar do modo mais preciso possível os limites no seio dos quais elas podem circular, determinar do modo mais exato possível os espaços que elas podem ocupar, em suma, assegurar as circulações num sentido que permita afastar as ameaças e assegurar a segurança geral.** Trata-se de selecionar esses grupos de populações [...] **de maneira a poder prevenir os perigos inerentes à sua circulação e, se possível, neutralizá-los antecipadamente [...].**” (MBEMBE, Achile. **A universalidade de Frantz Fanon**, grifo nosso. Disponível em: <<http://www.artafrica.info>>. Acesso em: 30/03/2016)

representa o lugar “que la soberania consiste fundamentalmente en el ejercicio de un poder al margen de la ley (...) y donde la paz suele tener el rostro de una guerra sin fin.” (MBEMBE, 2006, p.37).

Invadir, abordar, amedrontar e matar fazem parte do pacote oferecido pela polícia das bases do GNA para “promover a convivência pacífica”. No contexto das colônias e das ocupações coloniais da modernidade tardia, este “novo” discurso da pacificação/promoção da convivência pacífica insere-se como uma atualização do velho discurso do “progresso”, do “levar a civilização”. Como descrevendo a realidade vista no campo deste trabalho, Mbembe ressalta: “las colonias son el lugar por excelencia en el que los controles y las garantías del orden judicial pueden ser suspendidos, donde la violencia del estado de excepción **supuestamente opera al servicio de la ‘civilización’**” (MBEMBE, 2006, p.39, grifo nosso). Ou seja, sob o pretexto de levar a ordem/a paz social, a “basificação” do Grande Nordeste revela uma política colonizadora. Como tal, segue o histórico enredo das práticas coloniais: publiciza um discurso de paz – ainda que a análise da dimensão discursiva revele inúmeras lacunas e um silêncio calculado em relação à agenda racial (FREITAS, 2015) – e, na prática, opera uma “estratégia territorial de dominação racial” (ALVES, 2011).

Ademais, o processo de implantação das BCSs é mais um fator que indica este teor neocolonial. Sem naus, sem velas e sem diálogo. As narrativas dos entrevistados falam por si:

Entrevistado 3 - Diálogo nenhum. O “diálogo” que teve da base foi uma ação conjunta da PM Civil e mais alguns agrupamentos especiais que fecharam a comunidade e foi tiro pra tudo que é lado. A conversa deles foi essa. **Chegou, aterrorizou e implantou a base.** [...] e uma reclamação que teve muito quando iniciou a base aqui [...] na verdade eram duas reclamações: uma pelos caras não serem daqui. Geralmente o pessoal da 40ª (Companhia da Polícia Militar) ou morava aqui ou o pessoal já conhecia [...]. O pessoal da base como era todo mundo novo quando veio pra cá geralmente eles paravam nas esquinas e ficavam dando em cima da mulher dos outros. Isso deu uma confusão aqui, deu tanta reclamação que eu acho que eles pararam por isso, viu que não deu mais jeito, que foi muito reclamação quanto a isso. [...] eles passavam e falavam mesmo na cara dura, chamava a mulher de gostosa, essas coisas assim. [...]. **E a outra reclamação quanto ao armamento, eles andavam com a arma apontada pro lado de fora já. Eles não andavam com a arma pra baixo ou pra cima, eles andavam com o cano apontado já pra rua.** Se disparasse ou acontecesse alguma coisa com certeza ia acertar alguém. Foi outra reclamação que até a gente chegou a fazer. (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 4 – [...] Então, [na] chegada da base, havia realmente, parecia realmente; eu brincava, **a Santa Cruz, o Nordeste com um todo, parece que tinha tido, era um cenário de 1964, os militares na rua pra repor a**

ordem. [...] Eles [policiais] nunca vão ser governáveis. [...] a ideia de base já começa, inclusive com reuniões fechadas, né? O que foi um equívoco desse governo aí vigente. É o primeiro erro. **O segundo erro foi colocar uma das sedes das bases comunitárias, num espaço que era um espaço de articulação social, comunitária. Matou o espaço. Ninguém mais...poucas pessoas participam desse espaço.** [...]. Não sei com que mente brilhante, instauraram lá a base comunitária. Com um debate extremamente limitado, com algumas figuras, que naquele exato momento, acreditavam que o projeto tava certo. Quando eu cheguei no debate o espaço já seria ali. Eu ainda tentei convencer, de que como havia um terreno cedido à 40ª(Companhia da Polícia Militar), que a base funcionasse também [lá] perto da 40ª. Não entendi porque a separação. **E depois tentei, inclusive, bater mais nas questões, com algumas figuras, de implantar as questões sociais né; as políticas sociais que estavam previstas que não foram feitas de forma nenhuma. O que fizeram foram umas atividades paliativas, tal. E com o passar do tempo, o que seria base comunitária; policiamento comunitário, familiar, não aconteceu. Não aconteceu e não vai acontecer nunca!** (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Como uma ocupação colonial, a linguagem para o acesso é a violência (DUSSEL, 1993; FANON, 1968). Relembrando o momento da ocupação militar pelas BCSs, os entrevistados trazem, acima, um cenário de guerra, que assim como “las guerras coloniales se conciben como la expresión de una hostilidad absoluta, que coloca al conquistador frente a un enemigo absoluto” (MBEMBE, 2006, p.41) posto na mira do “cano apontado” (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016).

A análise das falas demanda, ainda, a atenção para outras duas questões que se relacionam. A primeira tem a ver com o local em que uma das BCSs – a do Nordeste de Amaralina - é implantada:

Entrevistado 2 - **A BCS foi implantada, uma das bases, num espaço que era de jovens, era o CSU, que era superlotado de jovens. Era um espaço dos jovens participando muito de cursos, projetos [...]. Com a chegada da BCS, os jovens saíram. Então, esvaziou aquele espaço que era do jovem [...].** Então, assim, quando tem algum evento lá no espaço da Base, **jovem quase nenhum vai.** Teve um evento mesmo que eu fui, que eu fui tirar a identidade de graça, que foi dentro da Base, tinha alguns jovens lá dentro, **então, assim, a polícia tava olhando pra esses jovens de forma, assim sabe, suspeita.** Então, isso acaba retraindo uma liberdade de chegar, de falar. **Então assim, existe uma imagem que é posta pra fora que a polícia e comunidade está junta, mas aqui não é!** (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Conforme apontam os relatos dos entrevistados, a implantação da BCS do Nordeste de Amaralina num antigo espaço de convivência comunitária - que era ocupado, especialmente, pelos jovens do GNA - não deve ser encarada como uma coincidência. A escolha de instalar, ali, o conjunto administrativo e operacional de uma polícia historicamente vinculada a um padrão racista, que vitima

preferencialmente a tríade “jovens-homens-negros” (REIS, 2005), exatamente o perfil da maior parte daqueles que foram “expulsos” do local, revela como, desde a implantação, a BCS, para a juventude, materializou-se na forma de mais exclusão.

A segunda questão que, como disse, está associada à anterior, diz respeito à centralidade que o território, no seu sentido espacial-subjetivo, assume nesse processo de ocupação militar no GNA.

Tratando da ocupação colonial, Mbembe crava:

Es una cuestión de adquisición, de delimitación y de hacerse con el control físico y geográfico: se trata de inscribir sobre el terreno un nuevo conjunto de relaciones sociales y espaciales. La inscripción de nuevas relaciones espaciales (territorialización) **consiste finalmente en producir líneas de demarcación y de jerarquías, de zonas y enclaves** [...] (MBEMBE, 2006, p.43, grifo nosso).

De forma similar, a territorialização expressa pelas BCSs é também uma questão de aquisição e delimitação que, assim como a descrição acima, atravessa, a um só tempo, duas dimensões: de um lado, a física/geográfica e, do outro, a sociabilidade, as relações sociais, os laços subjetivos construídos com/a partir do espaço. E é exatamente aí que as questões se conectam. É dizer: o local de escolha para a instalação serve como exemplificação de como a “aquisição” do espaço, “a sua delimitação” para um novo fim, repercutiu, para além da espacialidade em si – dimensão física -, na criação de uma nova sociabilidade do jovem em relação àquele – dimensão subjetiva -, baseada no medo, na desconfiança, no temor. E o exemplo deve ser ampliado para o GNA como um todo: policializado, militarizado por três BCSs e suas viaturas, além de uma delimitação física-territorial, há, no Grande Nordeste, a produção de um espaço subjetivo mediado pela violência e pelo terror.

“Compartimentado”/“divido” (FANON, 1968) por BCSs, o território assume às vezes da matéria prima necessária para o controle, a vigilância.¹²⁴ Bem diferente do discurso da paz, da filosofia de proximidade – que “não aconteceu e não vai acontecer nunca” (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016) – a manipulação desse território pelo aparato policial produz, como visto, um espaço físico e socialmente mediado pelo terror, onde multiplicam-se espaços de violência e as não-subjetividades.

¹²⁴ “En estas circunstancias, la ocupación colonial no sólo es sinónimo de control, vigilancia y separación, sino que también es sinónimo de aislamiento. Es una ocupación fragmentaria que sigue las líneas del urbanismo característico del mundo contemporáneo (enclaves periféricos y comunidades cercadas: gated communities).” (MBEMBE, 2006, p.49).

Para uma melhor compreensão de como essas multiplicações operam na prática, proponho um mergulho nas narrativas de violência trazidas pelos entrevistados.

4.3.2 As narrativas de violência e a policialização da vida: registros da desumanização dos corpos negros no Grande Nordeste de Amaralina

Não foi espanto que, quando perguntados sobre situações de violência e de abuso policial vivenciadas, os entrevistados, de pronto, rememoram as abordagens vividas dentro do GNA “basificado”:

Entrevistado 1- **Eu na verdade já apanhei de polícia aqui no nordeste. Já tomei um, um... Costumo dizer que é “telefone” né?! Eu tava num partido. Já era uma hora da manhã. Já tinha acabado o partido até e eu tava nesse local. E a polícia chegou. Claro, tava ali todo mundo curtindo... Acho que quem trabalha tem o direito de curtir seu bairro no horário que você quiser. Não tem porque não curtir [...] Aí eu tava nesse local com os meus amigos. Eles (policiais das Bases) chegaram pedindo pra todo mundo botar a mão na cabeça e encostar na parede. Só que... Eu vou ser sincero a você: eu nunca tinha sido abordado. [...] Foi a primeira vez que eu fui abordado. Então às vezes você tem uma lentidão de colocar a mão na cabeça porque você tem que saber como é que eles querem. **E nessa lentidão que eu tive foi que eles deram um telefone, bateu em mim e no meu amigo, que tava comigo e também fazia parte do projeto [Coletivo de Jovens] na época. [...] Em alguns momentos eles não chegam batendo, como eu falei. Mas tem alguns momentos que eles não batem, mas chegam atirando pra cima e acaba todo mundo correndo, gerando aquela confusão!** (Entrevistado 1, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).**

Entrevistado 2 – **é uma abordagem sem respeito, sem direitos! Não tem direitos! A gente não tem... É um direito só deles [policiais], eles têm direitos, a gente não tem direitos. Não tem direito de questionar, se questionar é tapa na cara, é chute, situações constrangedoras. [...] volto a reafirmar a situação das Bases serem truculenta, diretamente com o jovem e com a comunidade. Não tem assim um conversar na abordagem. Não! É chegar, botar a mão na parede, tapa, chute, abre as pernas pra ver se cai alguma coisa. Aí se for ter reunião com a Base Comunitária vão dizer que “não é isso, não é aquilo”. Porém quem vivencia é quem sabe o que está passando.** (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 3 - **Já tomei tapa nas costas por me virar num enquadramento antes da hora.** Me abordou aqui em cima e foi passar pro outro, e geralmente quando eles abordam um a gente sai e vai ficar lá até eles abordarem o resto, **quando ele me abordou e eu fui virar ele deu uma tapa nas minhas costas e falou "eu não mandei você virar, fique aí".** A gente [do *Coletivo de Jovens*] já foi pego com violência [... duas vezes eu acho, duas que eu me lembre agora: foi lá em cima, no Nordeste, que eles [integrantes do *Coletivo*] estavam filmando e (policiais da Base) quebraram a câmera [...] e outra foi uma festa no Vale das Pedrinhas que eles subiram na festa, subiram na festa dando tiro [...] e dentro da festa tava

Carlos¹²⁵, fotógrafo do *Coletivo*, no tempo em que fotografava as festas pra registrar e botar no site, e ele acabou sofrendo retaliação também. Tem até uma foto super polêmica que eu nem lembro quem foi que me mostrou: estão todos sentados assim [o entrevistado faz a posição: sentado no chão, cabeça baixa e mão na cabeça], vários policiais, não sei se você lembra daquela cena do filme *Carandiru*? Todo mundo abaixado com a cabeça baixa. **Aquela mesma cena e praticamente todo mundo de menor, 17, 18 anos que estava na festa...** (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 4 - **A abordagem continua sendo a mesma! A mesma. Principalmente nesses pontos [de lazer] que eles querem acabar.** A polícia Militar, não parou, esse tempo todo de... não mudou seus atos, né? Nenhum. Não vejo, não vi... (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

As narrativas de violência vividas nas abordagens dispensam uma elaboração teórica aprofundada. Por si, revelam como a polícia das Bases Comunitária do GNA exerce, através da violência, do constrangimento e da negação do *status* de sujeito, uma política de controle e gestão de uma população e de um território racialmente demarcados (ALVES, 2011). “Sem respeito e sem direito” (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016) os jovens negros são desumanizados em abordagens truculentas, são os “não-cidadãos”. Tais práticas, exercidas cotidianamente nas topografias da violência (ALVES, 2011), precisam ser compreendidas como parte do “fazer morrer”, ou seja como “exercício de uma peculiar economia da morte”, de uma necropolítica espacial. Alves elucida:

A morte aparece, na favela, como parte do cotidiano dos seus moradores e a violência estatal, **em suas múltiplas dimensões**, se incorpora também como estratégia seletiva de contenção social. **Controlar as geografias racializadas da cidade por meio desta tática parece ser uma maneira "eficiente" para o estado neoliberal restabelecer seu poder sobre aqueles vistos como uma ameaça ao movimento livre dos “cidadãos” e do capital.**[...] O **modus operandi da polícia brasileira** sugere que quando confrontado com corpos negros, o poder de soberania – o poder de decidir quem vive e quem morre - **se converte tão somente no direito de fazer morrer: não há espaço para a produção de corpos dóceis porque trata-se de corpos-vazios, matáveis.** Neste contexto, **alguns territórios ambientam a "topografia da crueldade" e algumas populações figuram como não-cidadãos, ou numa análise mais otimista, como cidadãos de segunda categoria.** Aqui, a distribuição calculada da morte é o que se configura como a (necro) política moderna de gestão e controle de territórios e corpos vistos como violentos. (ALVES, 2011, p.118 e 119, grifo nosso).

Evidente que estou falando da morte a partir de uma conceituação ampliada. Se a polícia, no GNA, executa sumariamente, exibindo a cor-preferencial da morte nas operações, frequentemente, blindadas pelo discurso racializado da guerra às

¹²⁵ Nome fictício.

drogas, ela também mata quando nas abordagens diárias - violentas e infundadas - refaz, todos os dias, nas ruas do Grande Nordeste, conforme o relato acima, as cenas de Carandiru. Ou seja, é preciso olhar o genocídio negro por seus diversos ângulos (FLAUZINA, 2006) de forma a compreender como, para além dos assassinios diretos (FOUCAULT, 2005), as Bases Comunitárias do GNA - microformas de imposição da violência estatal (ALVES, 2011)¹²⁶ – reproduzem mortos sociais (MBEMBE, 2006). Refletindo sobre essa mortificação, Mbembe esclarece:

Ademas, he utilizado las nociones de politica de la muerte y de poder de la muerte, para reflejar **los diversos medios** por los cuales, en nuestro mundo contemporaneo, las armas se despliegan con el objetivo de una destrucción maxima de las personas **y de la creación de mundos de muerte, formas unicas y nuevas de existencia social en las que numerosas poblaciones se ven sometidas a condiciones de existência que les confieren el estatus de muertos-vivientes.** (MBEMBE, 2006, p.75, grifo nosso).

Além das abordagens, as entrevistas permitiram o conhecimento de como as estratégias de controle e dominação das BCSs no GNA alcançam, também, o mundo da rotina, do ir e vir, da sociabilidade. A própria abordagem é, de fato, um dos principais instrumentos para esse controle cotidiano. Contudo, o que estou querendo apontar tem a ver com um controle mais difuso, que não necessariamente se traduz na concretude de uma abordagem e que parece criar uma atmosfera de “permanente ameaça de”. Uma presença militar perene impacta em “miudezas”, em dimensões invisíveis pertencentes às condições existenciais e relacionais – subjetivas – que passam a ser constantemente afetadas por um temor ou um medo alçado à mediador principal da relação jovem-espaco/jovem-rua/jovem-bairro. É a “gestão cotidiana dos pequenos gestos, do ir do vir, do lazer, enfim [...]” (MALAGUTI, 2011) bem exemplificada na fala trazida abaixo:

Entrevistado 2 - **Eu, particularmente, tenho um pouco de medo.** Eu sou muito sincero com o que eu vou falar. **Eu tenho um pouco de medo.** Porque, assim, antigamente [antes da chegada das BCSs], eu andava tranquilamente. **Hoje eu tenho medo de chegar e ser abordado. Tenho medo de chegar e ser abordado por policiais que não me conhecem.**

¹²⁶ Analisando a necropolítica espacial no município de São Paulo, Alves dirá: “Entender a violência como prática difusa e dissimulada pode ajudar a explicar como certos indivíduos e instituições incorporam o Estado em suas práticas, e como **microformas de intervenção estatal – nas bases comunitárias de segurança**, nas escolas, nas prisões, no ordenamento do espaço urbano – **reproduzem e sustentam formas sofisticadas de controle social.**” (ALVES, 2011, p.110, grifo nosso).

Assim, eu conheço as capitãs, converso, mas, tipo assim, eu não conheço os policiais que trabalham, o corpo, os que estão na rua. Eles abordam na hora que for, **“Tá fazendo o que na rua? Pra casa!”**, sabe? Eu morava nessa casa aqui ó, nessa aqui da frente. Eu já vi situações nessa praça aqui, eu ficava escondido pra olhar situações. Então, assim, é complicado dizer. **Minha rotina mudou.** (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso)

Analisando a ação da polícia “pacificadora” no Complexo do Alemão, a criminóloga, Vera Malagutti, aponta como, de uma forma geral, os espaços militarizados convivem com um “Estado de polícia [que] se espraia para todas as áreas para além da criminal.” (MALAGUTTI, 2011). O GNA confirma a regra. A polícia está no dia a dia, controla horário, confina ainda mais os jovens negros no interior de um espaço que já é resultado de uma ordem urbana racializada e segregadora. Como posto no capítulo anterior, suas viaturas estão nos principais pontos de acesso para o GNA, correm as ruas dos bairros do Grande Nordeste e seus agentes estão presentes, até mesmo, no auditório reservado para uma audiência pública¹²⁷: “Ói, fui pra um evento na União Santa Cruz: tinha polícia! Fui pra outra audiência: tinha polícia! Aí a defensoria Pública foi lá, eu falei: a polícia vai estar lá!” (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016) - fala de um dos entrevistados que acaba resumindo bem esta policialização da vida no bairro.

Diante do exposto, observo que a instalação das BCSs está permitindo um controle diário mais perspicaz àquele historicamente exercido pelas investidas policiais¹²⁸ no GNA. Um controle que se diferencia por uma repressão “das miudezas”, focado nas dimensões subjetivas de uso do espaço do próprio bairro – o ir e o vir, o controle de horários de circulação e o lazer. É sobre este último que, a seguir, proponho um exame mais detalhado.

4.3.3 A negação do lazer como a negação da cidadania: o “Ofício” e a “estratégia de recuo no dia de festa”

Já no primeiro capítulo deste trabalho foi importante marcar como o samba e os “partidos” são partes constitutivas do GNA como território negro. Principal

¹²⁷ A experiência desta audiência, que estive presente, foi narrada de forma mais detalhada no capítulo anterior. Lá reflito como a presença maciça da polícia no auditório de uma Escola pública do GNA testemunha a gestão policial da região.

¹²⁸ Operações que, inclusive, continuam acontecendo e, além da presença de grupamentos especiais, como a RONDESP, contam com o reforço da polícia das próprias Bases – são as cooperações para a matança. No capítulo anterior relatei uma dessas ações acontecida no período do campo deste trabalho e trouxe inúmeras reportagens de jornais locais que evidenciam a permanência destas operações no GNA “basificado”.

referência de lazer expressa pelos entrevistados, não é somente pelo ritmo que o samba permanece como manifestação cultural ligada à ancestralidade do povo negro. Ali, é interessante perceber a reafirmação da dimensão territorial-política dessa manifestação cultural negra. Forma de ocupação e de afirmação é pelas ruas e praças - seja do Nordeste, da Santa Cruz, Chapada ou do Vale - que o samba, alvo de perseguições policiais, tenta resistir e é resistência:

Entrevistado 1 - Tem os partidos que eu vou pra curtir , que é dos meus amigos, que eu amo sambar. Pra mim samba é tudo, então eu sempre vou. Então o que eu mais me divirto aqui na comunidade são os partidos...

Entrevistado 4 - **Então, tudo que você imaginar, de lazer, nós conquistamos com a nossa ousadia. Então, quando a gente fala de organicidade popular, onde é que é o espaço da gente? É a rua. [...] os espaços públicos, os espaços de lazer do Nordeste se dão na rua. Você não tem casa de show de referência, você tem as praças, né? As praças conhecidas pela gente. E que foram, por sinal, pouco a pouco aniquiladas pela Polícia Militar.** Eu vi, por exemplo, o samba Elite acabar, eu era moleque e ficava ali; **os caras (policiais) chegando, parando todo mundo.** [...] eles (policiais) acabaram com tudo isso. Eu sempre digo, não tenho dúvida nenhuma: **na verdade, eu compreendo aquele movimento [na praça do Elite] como um movimento que era muito “perigoso”!** Porque não era questão só de droga, droga existe em tudo que é canto! **A questão ali era que havia muita consciência política naquele exato momento. E aqueles sambas estavam na verdade, tendo muito poder, juntava muita gente. Então o microfone passou a ser uma arma muito poderosa para aquelas pessoas!** (Entrevistado 1, entrevista realizada em abril de 2016).

As referências espaciais do samba vão surgindo nas falas e vou tentando registrar na memória: “praça do Elite”, “praça do Theodoro Sampaio”, “em frente ao Bar Santo André”. Contudo, não demora e os registros sugerem a conexão entre o desaparecimento de “sambas” e a repressão policial:

Entrevistado 3 - A praça do Elite tinha o samba do Elite há muito tempo e o pessoal voltou, fez uns 3, 4, mas não continuou não. O daqui [samba da praça do Colégio Theodoro Sampaio] sempre acontecia, não sei por que acabou. Talvez até por liberação, porque tiveram algumas confusões antes de acabar, de policial chegar e dizer que não tinha liberação - e tinha liberação até 22 horas - e dizia que tinha até 21 horas. Acho que é por isso que acabou! (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016).

Buscando compreender se a repressão ao lazer foi intensificada com a implantação das BCSs, questiono os entrevistados acerca de possíveis mudanças acontecidas quanto ao uso dos espaços para o lazer após a militarização do GNA. Os depoimentos oferecidos dão uma exata noção da forma como as Bases, assentadas numa política de controle e gestão populacional e territorial, ao cercear o lazer, está representando, especialmente para os jovens, potente instrumento de

negação do uso de espaços – não somente públicos - e de subjetividades dentro daquele território:

Entrevistado 2 – **Têm situações que a gente acaba vendo que antigamente não acontecia. Existiam muito espetinhos aqui na comunidade, hoje em dia não pode acontecer.** Era lá em cima, aí teve que descer aqui pro Vale. E esse aqui do Vale vai acabar, tá com o tempo contado. **Porque, assim, eles proibem o espaço da gente.** Porque, como eu disse, vou dizer mais uma vez, os responsáveis por proibir isso são outros órgãos, questão de som e tal mas não a questão da polícia. **A polícia [da base] chega abordando, pegando o som das pessoas e levando, prendendo. Então, é complicado dizer assim pra você que “ah temos uma segurança aqui, temos um espaço pra gente curtir”, não tem! Não existe um espaço pra gente curtir, pra gente se divertir. Não existe mesmo!**

Pesquisadora - Você identifica isso como um controle da polícia? Você acha que espaços como esse deixaram de existir por causa do controle, da vigilância?

Entrevistado 2 – **É por causa da abordagem [...] a forma da abordagem, o jeito que chega, dos tiros pra cima amedrontando as pessoas. Então, assim, é complicado dizer que a gente tem uma segurança que protege a gente. A gente tem uma segurança que amedronta a gente!** (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 3 - **Tá mais fácil [o controle sob o lazer]. Porque antes aqui tinha delegacia sempre teve a delegacia mas eles não eram tão atuantes como ter 3 bases aqui. Ter 3 bases eles conseguem ter um controle bem maior aqui.** E além das 3 bases ainda tem a 40ª (Companhia de Polícia Militar). E a 40ª também é “pesadinha” pro lado de cá mas, vamos dizer, chamou o reforço. Tem o reforço de 3 bases comunitárias então eles conseguem atuar, ser bem mais atuante dessa forma aqui do que antes que era apenas com a delegacia. **Isso realmente aumentou com a Base. [...] essa chegada em festa apareceu depois da base mais.** Em festas fechadas pelo menos. Eu acho que pelo que eu falei, que antes (das BCSs) não tinha tanto controle assim. Eu acho que eles (a 40ª) se importavam mais com coisas realmente graves, que se tivesse alguma denúncia de traficante andando armado e tal aí eles vinham do que eles se preocupam agora. Agora a 40ª aparece pra essas coisas mais pesadas assim **e a base esculhambando o resto! Não tem o que fazer fica procurando confusão!** (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso)

Entrevistado 4 - [...] **eu me lembro como hoje, que a primeira coisa que aconteceu [com a chegada das BCSs]: [...] tava rolando um desses shows públicos lá dos meninos [primos que tocam samba] e a polícia chegou e deu um tiro pra cima e dissipou todo mundo e foi uma agonia retada!** Aí no segundo show não, minto, perdão, eu estava sentado no bar, aí a polícia [da base] mandou fechar os bares e eu fui pra casa pensando “gente!”. [...]. **Eu sempre achei isso uma coisa muito de rato, né? O cara fica pensando: tem que vir pra casa?! Eu já grande, e tal, porque a polícia que mandou...** (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

A história de perseguições ao lazer¹²⁹ e às manifestações culturais da população negra precisa ser compreendida a partir da reflexão de como a racialidade negra foi socialmente construída como meio delinquente por excelência (ALVES, 2011; AMAR, 2005; CARNEIRO, 2005; VARGAS, 2005). Dessa forma, conforme já visto ao longo deste trabalho, a mera existência social negra, ou, simplesmente, sua subjetivação, especialmente quando combinada às espacialidades urbanas específicas, será tratada como criminosa. O que indica que, mais do que a criminalização da raça, há uma racialização do crime¹³⁰ que pune a negritude como existência, as suas formas de subjetivação.

Revelando a importância da dimensão territorial para o debate sobre a cidadania, Milton Santos (2012; 2006) ensina que, para o alcance de uma cidadania concreta, os direitos territoriais e os direitos culturais não podem ser perdidos de vista:

A geografização da cidadania supõe que se levem em conta pelo menos dois tipos de franquias, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno. [...]. Para ultrapassar a vaguidade do conceito e avançar da cidadania abstrata à cidadania concreta, a questão territorial não pode ser desprezada. (SANTOS, 2012, p.150-151).

É a partir dessa reflexão que defendo como a negação do lazer, acompanhada pela negação do uso do espaço-território aos jovens negros do GNA, torna evidente a negação da cidadania a estes. A perseguição ao lazer talvez seja o exemplo mais bem acabado de como “em sociedades estruturadas a partir das desigualdades de raça e classe, o viver urbano – o direito à cidade – dos grupos sociais é fortemente marcado pelo pertencimento racial e posição social.” (ALVES, 2011, p.115).

Ademais, é importante atentar para algumas estratégias exercidas pela necropolítica espacializada no GNA como forma de facilitar este controle sob o lazer.

¹²⁹ Vale o registro de que, afirmando a facilitação do controle e da repressão ao lazer após as a implantação das BCSs, todos os entrevistados, além do samba, lembraram-se dos “churrasquinhos” do GNA. Um deles, em especial, tratado no capítulo anterior – conhecido como “o Espetinho” – surgiu, em todas as falas, marcado como alvo de arbítrio policial e criminalização do uso subjetivo do espaço no GNA.

¹³⁰ Amar, a partir das lições de Martinot, fará uma interessante diferenciação entre esses conceitos: criminalização da raça e racialização do crime, os quais, na prática se confundem e se retroalimentam. Para uma leitura mais aprofundada, sugiro o artigo de Paul Amar intitulado “Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança” (AMAR, 2005).

Estou me referindo, especificamente, a duas coisas – ambas percebidas pelos relatos formais e informais durante o campo: o “ofício” e a chamada “estratégia de recuo no dia de festa”¹³¹.

O “ofício”, materialização do controle, surge como uma obrigação que todos devem cumprir para a realização de uma festa no GNA. Os entrevistados denunciam que os ofícios exigidos pelas BCSs não possuem somente o caráter informativo, eles são usados como instrumento de controle já que possuem o condão de liberar ou não uma festa solicitada:

Entrevistado 1 - Quem organiza o evento **tem por obrigação** fazer um ofício, **informando a polícia [da Base] que vai fazer um evento em certo local, em tal horário**. Esse ofício ele **tem um prazo pra chegar à mão das bases comunitárias [...]. E eles fazem a liberação**. (Entrevistado 1, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Vale ressaltar, ainda, que mesmo informada, inclusive em relação ao horário, e liberada, a realização da festa não está livre do abuso policial:

Entrevistado 3 - **E se tiver [o ofício] eles já acabam, imagine se não tivesse!** Geralmente a gente pega a autorização, a gente [do *Coletivo*], pega todas as nossas festas pra 22:00 horas. **Toda festa eles chegam 21:00 horas e acabam. A gente com o ofício na mão!** [...] eles dizem que o horário é 21 horas e tal, aí se a gente ficar argumentando, dizendo que não, que é 22:00 horas, aí [...] vem alguns xingamentos, algumas coisas “mais suaves” (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Ademais, traduzindo a outra estratégia - a “estratégia de recuo no dia de festa” - os jovens entrevistados explicam tratar-se de ações “coincidentalmente” realizadas pela polícia das BCSs em momentos que antecedem os eventos - normalmente no mesmo dia em que estes estão marcadas para acontecer. Como formas de desmobilizar as comemorações, as lavagens, os sambas, são comuns as criações de cercos policiais nas ruas do GNA justificados por denúncias realizadas naquele mesmo dia. São dias em que há intensificação das abordagens violentas ou, ainda, a movimentação em alta velocidade, e em comboio, de viaturas das BCSs locais pelas ruas estreitas, carregando policiais fortemente armados que disparam

¹³¹ É bom lembrar que, logo numa das minhas primeiras idas ao GNA, conforme descrito no capítulo anterior, numa roda de conversa com jovens negros numa escola municipal da região, ouço, pela primeira vez, falar dessas estratégias. Durante a realização das entrevistas, fase final do campo, esse assunto retorna no relato dos entrevistados e, nesse momento, consigo aprofundar o assunto para compreendê-lo melhor.

para o alto sem nenhuma motivação, a não ser a criação de um clima de terror. Os jovens denunciam:

Pesquisadora - Você falou que hoje, aqui, vai ter uma Lavagem.

Entrevistado 2 - Sim.

Pesquisadora - Uma lavagem feita por um grupo de família, não é? Que se reúne e faz uma lavagem...

Entrevistado 2 - Olhe, primeiro, quando se fala em “família”, é que aqui tem várias famílias. **Famílias são jovens que fazem grupos de amigos e criam uma nomenclatura para aquele grupo. Então, hoje é a Família LX que vai fazer a festa, a festa é deles...**

Pesquisadora - Ah, então, são grupos de jovens...

Entrevistado 2 - Isso. São grupos de jovens que fazem festas e são festas super grandes mesmo, com valores altíssimos colocados naquele evento. Então, assim, tem autorização da SUCOM, tudo certinho. **Porém, a polícia chega, (...) mesmo com alvará de autorização, e vai barrar a festa. Certo que vai barrar.** Aí a galera vai vir aqui pro Vale, fazer o Espetinho. **Então, provavelmente hoje, tem tiro, tem algum baleado, provavelmente vai ter.**

Pesquisadora - É, a gente tava aqui, agora, no meio da entrevista e passou um carro, uma viatura da polícia atirando, foram dois tiros pro alto e você sinaliza que isso já tem a ver com a festa de hoje...¹³²

Entrevistado 2 - **É, é porque assim ó, geralmente quando tem alguma festa na comunidade sempre tem alguma situação anterior ao evento pra poder “prejudicar” a imagem, pra recuar o evento** (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entrevistado 3 - [...] Geralmente em agosto agora, **uma semana antes, duas semanas antes eles começam a arrumar arte pra ter alguma coisa, porque sabe que vai ter a comemoração do Coletivo de Jovens.** Sempre que tem alguma festa assim [...] de lavagem e tal eles já fazem alguma coisa antes pra tentar acabar a festa, de alguma forma conseguir acabar a festa (Entrevistado 3, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Ouvir esses relatos me fez pensar como as palavras de Jaime Amparo Alves podem ser trazidas para uma reflexão sobre o contexto de cá. Exemplificando a partir das BCSs do município paulista, o antropólogo vai falar da necessidade de entender a violência como uma prática “difusa e dissimulada” (ALVES, 2011, p.110). Assim, a violência, ao mesmo tempo em que é acionada difusamente pela prática

¹³² No dia desta entrevista, 17 de Abril de 2016, estávamos, eu, o jovem entrevistado e seu companheiro, sentados numa Praça no Vale das Pedrinhas. Era um dia de domingo, bem próximo à gente estava acontecendo uma feira. O movimento era de vai e vem de moradores, carro de som... Durante a entrevista o jovem me contou que aquele dia era dia de festa no GNA. Ia acontecer a Lavagem da Família LX. Ao me falar isso, imediatamente, ele ressaltou que era um dia bem provável da Base “procurar confusão”. Minutos depois, no meio da entrevista, fomos surpreendidos por um comboio de viaturas das BCSs locais que passou violentamente pela praça e, ali, no meio da manhã de domingo, disparou tiros para o alto. Jogamo-nos no chão e ficamos por um tempo ali, calados, esperando para ver se os policiais voltariam. Eles voltaram. Notamos que a viatura ia e voltava, ficava rodeando a Praça e as ruas próximas com armas pesadas exibidas para fora das viaturas. O jovem que estava comigo disparou: “É bom gravar pois essa é realidade do bairro! Eles vão passar e vão cercar a rua de baixo! Depois, nas matérias que vão sair nos jornais, vão dizer que houve troca de tiro mas a verdade não é essa!” (Entrevistado 2, entrevista realizada em abril de 2016). Este foi mais um momento que testemunhei a política de morte exercida pela BCS no GNA, e que entendi, na prática, o que os entrevistados dizem sobre a “estratégia de recuo no dia de festa”.

policial territorializada no GNA, ela é, também, dissimuladamente operada pela mesma polícia: difusa, pois, de forma generalizada, está presente desde a chegada, passando pelas abordagens cotidianas, até a policialização da vida cotidiana e de seus pequenos gestos – incluindo o lazer; e, ao mesmo tempo, dissimulada quando, por exemplo, é sorrateiramente arquitetada para desmonte ou desmobilização de atividades de lazer, especialmente aqueles promovidos pela e para a juventude do GNA.

Contudo, entre depoimentos de repressão, de brutalidade, surgem as faíscas da luta. Durante a narrativa sobre a violência policial direcionada ao lazer daquele território negro, um dos entrevistados aponta o enfrentamento da comunidade em relação aos abusos e arbítrios policiais. Narrando a resistência ele fala como a revolta “tem se instaurado no GNA”:

Entrevistado 4 - Porque deixa eu te falar um negócio, terminar um evento também não é só mexer. [...] aquela comunidade que tá se organizando, que não tá afim de estar sendo tutelado. Porque isso tem acontecido cada vez mais, as pessoas tão aprendendo a não ser tutelado pela polícia não. Assim, vamos fazer mesmo e acabou! Eles [policiais] que venham aqui e vamo lá! A revolta tem se instaurado cada vez mais no Nordeste de Amaralina e a gente tá aí pra fazer isso mesmo! (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016).

Se, acima, foram apontadas as diversas estratégias de controle exercidas pelo lado de lá, diante de depoimentos como este, confirmo como as estratégias de enfrentamento também são reerguidas cotidianamente pelo lado de cá. A revolta, a afirmação subjetiva ou, simplesmente, a sobrevivência física, são provas de resistência viva naquele território negro.

É falando de resistência que aponto para o próximo e derradeiro tópico.

4.3.4 “Que não teme a luta, que não teme a morte”¹³³: as formas de o Grande Nordeste resistir

“É só a gente saber onde pisar! E se a gente organizar a gente para a cidade. E para a cidade mesmo!”
(Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016)

“Menina, a gente, o Nordeste, [...] ‘teve’ que lutar pra sobreviver até hoje!”
(Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016). Foi assim que, sem deixar

¹³³ Trecho de música cantada pelo Movimento Negro que, reverenciando a resistência e a luta, diz: “Povo negro unido, povo negro forte, que não teme a luta, que não teme a morte!”

terminar a pergunta, percebendo que eu indagaria sobre as formas de resistência, um dos entrevistados me respondeu.

O GNA, de forma similar aos demais territórios segregados de Salvador, frutos da ordem urbana racializada, que inscreve no espaço as hierarquias sociais estruturadas pela raça, já nasceu contrariando a “cidade formal” do seu entorno. Espaços como o Nordeste demonstram que o naturalizado e segregado “lugar de negro” (GONZALEZ e HASENBALG, 1982) na cidade não é o lugar do silêncio do aceite. Conforme ressalta Vargas:

Em tais espaços urbanos, há resistência frequente (...) contra a subordinação social e espacialmente racializadas, impostas pela sociedade mais ampla. Enquanto instrumento central de coerção em sociedades burguesas, **a polícia está na linha de frente de ataque – tanto preventivo quanto reativo – contra estratégias políticas de resistência articuladas por comunidades marginalizadas. (...) Que a polícia seja uma presença historicamente ofensiva e persistente nas comunidades negras norte-americanas e nas favelas brasileiras (...) comprova a natureza conflituosa dos espaços urbanos excludentes e profundamente racializados.** Exclusão e racialização são, pois, dois lados da mesma moeda – a polícia galvaniza tal princípio de modo exemplar. (VARGAS, 2005, p.93, grifo nosso).

Significando reforço à segregação espacial, negação dos direitos de cidadania, ou melhor, da própria humanidade dos jovens negros, a “governança mórbida” das BCSs, exercida por meio de “estratégias territoriais de dominação” e contenção social (ALVES, 2011) persegue as “miudezas”: o cotidiano, as expressões ligadas à memória territorial negra, as dimensões subjetivas do uso do espaço. Não por acaso, é principalmente por esses lugares que a resistência negra faz-se frequente (VARGAS, 2005) no Nordeste.

O relato de um dos entrevistados demonstra como a presença da polícia no GNA sempre esteve vinculada à tentativa de desmobilização política do seu povo:

Entrevistado 4 - **Porque, na verdade, é, eu compreendo aquele movimento [cultural] como um movimento que era muito “perigoso”.** Porque não era questão só de droga, droga existe em tudo que é canto. A questão ali era que havia muita consciência política [...]. **E aqueles sambas estavam na verdade, tendo muito poder né, juntava muita gente! Então o microfone passou a ser uma arma muito poderosa para aquelas pessoas! [...]** Então é um bairro, não querendo desmerecer os outros bairros, mas nós temos uma característica muito forte de união, ao mesmo tempo desunido, mas na hora certa nós temos pessoas que tem a capacidade de oralidade muito forte. Gente que escreve com uma capacidade muito peculiar no nosso povo! Então naquele exato momento, era o momento, era ali que estava, era o que podia fugir do controle! A outra coisa era o movimento estudantil, que eles [policiais] também acabaram. **Porque quando a favela se torna politizada, politizada de forma geral, ela se torna um quilombo né? Aí tem que entrar um monte de coisa, tem que entrar droga, tem que entrar cooptação de lideranças, tem que entrar a violência propriamente dita.** Tudo isso vai entrando pra gente

chegar ao ponto de...[respiração profunda]...de inércia né? (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

A violência, infligida por diversas formas, demonstra como as BCSs atualizam as velhas práticas desumanizadoras direcionadas a um território e um povo que, se não morto fisicamente, deve estar “contido”, “inerte”, como dito no relato acima.

Entretanto, o tempo presente continua sendo o tempo de luta, de ressignificação da luta. Seja através do enfrentamento diário exercido pelas associações de moradores frente à especulação imobiliária, seja através das blindagens dos eventos¹³⁴, seja através dos coletivos formados por jovens majoritariamente negros¹³⁵ que, menos ou mais afirmativos quanto à questão racial, já são, em si, um enfrentamento ao estereótipo racista construído socialmente sobre o jovem-negro/negra dos bairros populares, ou ainda, através dos movimentos de afirmação direta da ancestralidade negra¹³⁶, o GNA revela a frequente resistência (VARGAS, 2005).

É, ainda, interessante notar como, direta ou indiretamente, este resistir organizado perpassa a identidade¹³⁷, o processo de afirmação:

Entrevistado 4 - Nós temos hoje é esse sentimento de identidade não é à toa né? **Porque nós sempre discutimos essa questão do Nordeste favela, do Nordeste quilombo, né?** Não é de hoje que a gente discute isso. **Fundamos o “Atitude Quilombola”! [...] teve por exemplo a**

¹³⁴ A “blindagem” é uma estratégia de proteção aos eventos. Como uma forma de resistência, alguns eventos realizados no bairro são vinculados aos políticos locais, reduzindo, assim, a chance de finalização, pela polícia, da festa/evento. Relatada algumas vezes durante o campo, o entrevistado 4 resume bem esta estratégia: “Eu fiz o evento, só que eu fiz o evento e fiz o seguinte: eu fui blindando o evento, eu mandei o ofício, eu mesmo fui lá conversar, naquele clima todo...Depois eu não fui mais, né. Aí disse que ia acabar 12 horas. Foi no Judas [queima de Judas]! Fez um ano agora! [...] Quando chegou assim, perto de queimar o Judas, vieram os policiais, tudo de brucutu! E pá pá pá [tiro pro alto]. Eu peguei o microfone e tal. **Eles, nessa gestão, têm medo de eventos que são feitos por mandatos, né. Que tem político no meio. A comunidade, o pessoal começou a ir embora, o pessoal tem medo, né? Não é porque deve não. É porque tem medo mesmo! Eu falei ‘não vai sair ninguém’. Todo mundo voltou, eu comecei a falar. E nunca me esqueço disso, o policial...eles pegaram, entraram e um policial chegou, olhando pra minha cara e falou assim: ‘Filho da Puta’. Na minha cara assim. Nesse dia eu nem dormi no Bairro. Então a partir daí, a gente começou a fazer as ações mais nesse sentido de blindar os eventos. Com advogado, com gente tal. Mas, eles perseguem, perseguem perseguindo mesmo!” (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso)**

¹³⁵ Recorrendo rapidamente à memória, consigo listar alguns coletivos formados por jovens do GNA: NordesteSou, Cine Maloca e o Desabafo Social.

¹³⁶ Movimentos como o AfoxéBamboxê, que por meio da referência direta à ancestralidade negra pauta a necessidade de afirmação e de luta no GNA.

¹³⁷ Tratando do processo de “reafricanização” em Salvador, o intelectual Osmundo Pinho debate o processo identitário e diz: “A construção de identidades afrodescendentes é um processo de agenciamento ou de emergência de sujeitos negros no contexto contingente do Brasil contemporâneo. Tal processo não está acabado, como é óbvio, nem tem resultado previsível. Está sempre repostado e pode ser caracterizado como uma ‘luta de identificações e guerra de posições’.” (PINHO, 2007, p.88).

caminhada do povo de santo agora [...] nós temos uma identidade muito forte. [...] Eu sou uma pessoa muito cismada nesse sentido [...] eu sempre acho que aqueles que dominam buscam cotidianamente ter controle do que está acontecendo em cada espaço. E a avaliação que eu tenho do Nordeste, é que o Nordeste ele convive com a inércia hoje; mas ele tem elementos pra ser um bairro problemático, né? Problemático. Porque as pessoas se identificam, as pessoas gostam, as pessoas do Nordeste estão convivendo com uma ideia de União. A ideia de União é a mais perigosa, né? Porque quando o povo se junta. Saia de baixo! (Entrevistado 4, entrevista realizada em abril de 2016, grifo nosso).

Entendida como um processo, a construção da identidade pela/pelo negra/negro tem a ver com uma luta por identificação, um posicionamento sobre si em relação ao outro (PINHO, 2007). É aqui que identidade e resistência parecem apontar para o mesmo rumo: a imperatividade da autodefinição. Entre outros aspectos, os jovens entrevistados, ao identificar-se como negro e enfrentar a repressão policial de maneiras diversas, estão retirando do racismo institucional – muito bem representado pelas BCSs - o poder de defini-los, de dizer quem eles são, ou seja, estão enfrentando a “construção como não-Ser”. O objetivo de mostrar um GNA diferente daquele exibido pela mídia – como faz o *Coletivo de Jovens* -, de afirmar a religiosidade de matriz africana a partir da organização de um coletivo de afoxé – como o AfoxéBamboxê - e de trazer, a partir da exibição de filmes e documentários, dentro do GNA, a discussão da questão racial e do racismo – ação do Cine Maloca - são exemplos que evidenciam como os jovens negros daquele território, juntando esforços, resistem frente à tentativa diária de negação de sua cidadania e de sua submissão ao status de mortos-vivos (MBEMBE, 2006).

Analisando a comunidade negra do Jacarezinho, cidade do Rio de Janeiro, Vargas trata desses esforços e ressalta como, nos espaços racializados, há uma simbiose entre identidade/autodefinição e resistência:

É apenas entendendo, ainda que resumidamente, os eventos históricos em torno desses dois eixos que podemos decifrar os significados dos esforços recentes, por parte dos moradores de favela, para recuperar formas de organização autônomas e demandar cidadania plena. **Tais esforços derivam de uma meta mais abrangente, a saber, a autodefinição, que constitui instrumento crucial de resistência e transformação, sobretudo em contextos marcados por racialização desumanizadora, cujo efeito, entre outros, é esvaziar comunidades negras de sua agência política, transformando-as, assim, em meras espectadoras passivas dos processos políticos e históricos que as atingem.** (VARGAS, 2005, p.94, grifo nosso).

Diante das “novas-velhas” formas de dominação e controle estatal, as/os jovens negras/negros refazem a resistência no “quilombo GNA” e enfrentam a

desumanização e o regime racializado de cidadania (ALVES, 2011) postos em prática pela polícia “comunitária” do Pacto pela “Vida” do estado baiano. Todavia, para finalizar, é bom não esquecer de registrar - como o fez meu entrevistado ao disparar a frase com a qual iniciei este tópico – que a luta naquele território é histórica e refeita todo dia. Ou melhor: afora a resistência organizada, o viver cotidiano, ou a “mera” sobrevivência física diária num território alvo de uma necropolítica espacial fortemente assumida por três BCSs, possui o caráter inequívoco de uma das formas mais “frequentes” do Grande Nordeste de Amaralina e seu povo negro resistirem.

5. CONCLUINDO...

Ainda que temporariamente é preciso fechar. Depois de muitos caminhos, ladeiras, encontros, histórias e vivências compartilhadas, deparo-me com a necessidade de tecer as linhas deste “concluindo...”. Confesso que, para além do cansaço natural de toda longa travessia, os fechamentos sempre soaram como desafios para mim.

Contudo, o todo vivido exige que eu reconheça a importância deste pedaço de trabalho. É preciso, neste momento, registrar que as impressões que me conduziram, lá atrás, a esta investigação foram, pouco a pouco, conforme o que foi exposto nas páginas anteriores, sendo confirmadas. Neste sentido, as muitas “idas e vindas” ao Grande Nordeste de Amaralina e as conversas com os meus parceiros de campo me autorizam a escrever as linhas que se seguem.

Inicialmente, acho importante destacar que não há como se falar de “policiamento comunitário” no Grande Nordeste de Amaralina. A “filosofia de proximidade” cai por terra já no processo de chegada das Bases Comunitárias de Segurança, em setembro de 2011. Como uma política de colonização do território, as bases assentam-se num discurso civilizador, traduzido e centralizado na reprodução espacial do medo e da violência. Entretanto, as evidências do campo confirmam que a truculência não se limitou a este primeiro momento.

Assentadas numa gestão cotidiana das “miudezas” ou, se preferir, numa policialização do cotidiano, o controle operado pelas Bases sob aquele território e seus corpos negros desumaniza e mata. Para além das “mortes matadas”, tão banalizadas pelas operações policiais naquele território “basificado”, vi e ouvi uma outra forma de morte.

“Morte”, inclusive, foi o significante mais entoado pelas vozes jovens do campo, as quais nem sempre estavam falando da morte direta. Refiro-me, aqui, a uma morte em vida. Aquela que, no GNA, mata ao impor um constante estado de suspeição aos mesmo que sintetizam a “tríade da morte” física – os jovens-homens-negros; que mata através da negação da sociabilidade e do lazer tão essencial para a construção subjetiva do indivíduo; que mata ao reproduzir cotidianamente um

território à margem da lei, onde invadir casas dispensa mandado ou qualquer explicação. Morte que tem no denunciado medo de circular pelas ruas do próprio bairro de moradia, conforme os relatos dos entrevistados, o seu principal sintoma. Morte que é acionada pelas estratégias sorrateiras postas em práticas pela polícia das Bases nos “dias de festa” do GNA e que é, ainda, muito bem explicitada pelos tiros ao alto entoados a cada chegada da polícia no “Espetinho”, nos sambas, nas lavagens...

É neste sentido que, ao longo do trabalho, ao costurar, ponto a ponto, as narrativas de violência dos entrevistados com a teoria, busquei evidenciar esta **morte social** produzida pelo controle diferenciado exercido pelas Bases Comunitárias de Segurança no território negro do Grande Nordeste de Amaralina, o qual atinge, principalmente, a juventude deste local. Foi assim que, sem deixar de reconhecer a faceta de permanência destas intervenções estatais que seguem, desde a sua dimensão discursiva, o velho repertório criminalizador, repressivo e de viés racial das sucessivas políticas de segurança implementadas pelo estado baiano, trago este aprimoramento no controle e na contenção sócio-racial, marcas dessas Bases, como uma inovação.

Diante disto foi que pautei como esta governança mórbida das Bases Comunitárias de Segurança, no GNA, escancarando uma realidade forjada por uma violenta dinâmica racial, seria insuficientemente traduzida pelo “deixar morrer”. Centralizada na morte, a política territorializada de segurança estatal é mais bem compreendida pela lógica do “fazer morrer”.

Neste contexto, orientada pelo “diário de um campo vivido” e pelos relatos dos parceiros de campo, esta pesquisa desvelou como a atuação policial ligada àquelas três Bases representam um “trabalho de morte” - o qual, para além de assegurar as mortes físicas e sociais que forjam (e sempre forjaram) uma dimensão importante do genocídio negro, sugere um refinamento das velhas práticas de controle. Enraizada no interior do território negro, a polícia militar baiana já não vem somente “de fora”. Por meio de Bases cravadas ali, o aparato repressivo estatal articula espaço-cotidiano-proximidade de maneira a produzir um controle racial ainda mais eficiente. Daí a legitimidade de entender estas intervenções, no GNA, como formas espacializadas do necropoder estatal que, por meio de um encadeamento entre

diversas racionalidades de poder, funcionam como estruturas-chave para a manutenção da dinâmica racial da cidade.

Contudo, se já confessei que os fechamentos emergem como um desafio, não é pelo imperativo da morte que quero me despedir. Conhecendo muitos sujeitos de luta durante esta pesquisa senti dificuldade de sair do campo. Talvez, dificuldade bem parecida com esta que agora sinto de encerrar.

Se a investigação das Bases Comunitárias do Grande Nordeste descortinaram diante de mim ardilosas estratégias espaciais do racismo, por outro lado, as vozes e as práticas de resistências ecoadas pelas ruas daquele território negro são provas de que a negritude teima com a vida em se manter de pé.

É, sobretudo, inspirada por esta força que também teimo em dizer que este ponto não é final.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; BARREIRA, César. **A violência na Sociedade Brasileira**. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. Horizontes das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS, 2010, p.303 - 349

AGIER, Michel. **Antropologia da Cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: editora Terceiro Nome, 2011.

ALVES, Jaime Amparo. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. **Revista do Departamento de Geografia – USP**, São Paulo, Volume 22, p. 108-134, 2011.

_____.Necro-política espacial: a produção racial da morte em São Paulo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 3, p. 89-114, 2010.

AMAR, Paul. **Táticas e termos da luta contra o racismo institucional nos setores de polícia e de segurança**. In: Ramos, Silvia e Musumeci, Leonarda (Coord.). Elemento Suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. RJ, Coleção Segurança e Cidadania do CESEC – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania/UCAM. Civilização Brasileira, 2005, p.229-281.

AMNA na Luta, Salvador. Disponível em: <<http://amnaluta.blogspot.com.br/p/nossa-historia.html>>. Acesso em: 21/06/2016

ARCHAMBAULT, Elisabeth Falomir. Introducción. In: MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: Traversées, diásporas, modernités, Raisons Politiques, nº 21, 2006, pp. 29-60. Presses de Sciences Po. Editorial Melusina, S. L.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX**. SP: Annablume, 2008.

AZEVEDO. Lena. In: **CAROS AMIGOS**. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5973-chacina-do-cabula-1-ano-12-mortos-e-sentenca-de-absolvicao>).Acesso 10/03/2016.

BARREIRA, Marcos. Para além da ocupação do território: Notas sobre o discurso da “Pacificação” e seus críticos. In: **Revista Continentes**, Rio de Janeiro, ano 2, n.2, 2013, p. 124-146.

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento**: uma análise comparativa internacional. São Paulo: EdUSP, 2001.

BERTÚLIO, Dora Lucia de Lima. Direito e relações raciais: uma introdução crítica ao racismo. 1989, 229 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Direito) - Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1989.

BORGES, Jefferson. In: Nordeste Eu Sou, Salvador, 22/05/2016. Disponível em: <<http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/293-morte-walisson>>. Acesso em: 18/06/2016.

BRASIL. Agenda Juventude Brasil – Quem são...Como vivem...O que pensam e propõem os jovens brasileiros? – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros, 2013

CANO, Ignacio (org.). **“Os donos do morro”**: uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UERJ, 2012.

CAMPOS, Andreilino. **Do quilombo à favela**: a produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

Revista CAROS AMIGOS. Disponível em: <<http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/5973-chacina-do-cabula-1-ano-12-mortos-e-sentenca-de-absolvicao>>. Acesso em: 21/06/2016.

CARUSO, Haydée. Entre ruas, becos e esquinas: por uma antropologia dos processos de construção da ordem na Lapa Carioca. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso (orgs.). **Como anda Salvador e sua Região Metropolitana**. 2ª ed. Salvador: EdUFBA, 2008.

CENTRO DE ESTUDOS E AÇÕES SOCIAIS. Disponível em: <<http://ceas.com.br/?p=1237>> Acesso em: 20/06/2016

CHALOUB, Sidney. **Visões da Liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CODATO, Henrique; LIMA, Eduardo Rocha; SAMPAIO, Simone Sobral. O Cinema Ventríloquo de “UPP: a pacificação das favelas”. In: **Revista do Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, v.14,n.01, 2011.

Correio 24 Horas, Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/rodoviarior-alteram-fim-de-linha-em-santa-cruz-apos-bandidos-incendiarem-onibus-seguranca-e-reforcada/?cHash=6f5e2e3ad1e0a9a9bd1a626e29bd4492>> Acesso em: 25/09/2016.

Correio 24 Horas. Salvador, 13/ 06/2013. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/jovem-morto-no-nordeste-de-amaralina-era-primo-do-menino-joel-protestos-continuam/>>. Acesso em: 21/06/2016.

Correio 24 Horas, Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/treze-escolas-municipais-e-uma-faculdade-suspendem-aulas-apos-toque-de-recolher-no-vale-das-pedrinhas/?cHash=aacda75144296a6fceb5b62334c6f89>>. Acesso em: 21/06/2016.

DUARTE, Evandro Charles Piza; CARVALHO, Salo. **Criminologia e Preconceito**. Brasília: Saraiva, 2016. No prelo.

DUARTE, Evandro Charles Piza. Criminologia e Racismo. Introdução ao processo de recepção das teorias criminológicas no Brasil. 1998, 398 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Programa de Pós graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1998.

DUARTE, Evandro Charles Piza; MURARO, Mariel; LACERDA, Marina. **Quem é o suspeito do crime de tráfico de drogas?** Anotações sobre a dinâmica dos preconceitos raciais e sociais na definição das condutas de usuário e traficantes pelos Polícias Militares nas Cidades de Brasília, Curitiba e Salvador. In: Isabel Seixas de Figueiredo; Gustavo Camilo Baptista e Cristiane do Socorro Loureiro Lima. (Org.). *Pensando a Segurança Pública e Direitos Humanos: Temas transversais*. 1ª ed. Brasília: Ministério da Justiça (SENASP), v.5, 2014, p. 81-120.

DUSSEL, Enrique. **1492: o encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade: Conferências de Frankfurt**. Trad. Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993

DURÃO, Susana. **Patrulha e proximidade: uma etnografia da polícia de Lisboa**. 2008, 565 f. Tese (Doutorado em Antropologia).-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa. 2008.

ESPINHEIRA, Gey. Os tempos e os espaços do crime. In: OLIVEIRA, Nelson de; RIBEIRO, Lutz Mulert S; ZANETTI, José Carlos. **A Outra Face da Moeda: Violência na Bahia**. Ribeiro e Zanetti (Orgs.). CJP. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, Salvador, 2000.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. **Cidades Negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Alameda, 2006.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo negro caído no chão: sistema penal e o projeto genocida do estado brasileiro 2006**, 145 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLEURY, Sonia; OST, Sabrina. O mercado sobe o morro. A cidadania desce? Efeitos socioeconômicos da pacificação no Santa Marta. In: **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Textos e Formas, v.56, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo, Martins Fontes, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996

_____. **História da Sexualidade - A vontade do Saber 1**. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Felipe da Silva. Discursos e Práticas da Políticas de Controle de Homicídios: uma análise do “Pacto pela Vida” do Estado da Bahia (2011-2014). 2015, 157 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

GARCIA, Antônia dos Santos. **Contradições na cidade negra**: relações de gênero, raça, classe, desigualdades e territorialidade. In: Saberes em Perspectiva. Jequié, v.2, n.2, jan/abr. 2012, p.33-51.

_____. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____. **Desigualdades raciais e segregação urbana contemporâneas**: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém, Pará, Brasil. 21 a 25 de maio de 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Prefácio. In: GARCIA, Antônia dos Santos. **Desigualdades raciais e segregação urbana em antigas capitais**: Salvador, cidade D'Oxum e Rio de Janeiro, cidade de Ogum. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da Democracia Racial. In: **Tempo Social**, revista de sociologia da USP , v. 18, n. 2. São Paulo, p 269 – 287, novembro de 2006.

_____, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos das relações raciais no Brasil. In: **Novos Estudos**, CEBRAP, n. 54, p. 147 – 156, julho de 1999.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Trad. Cid Knipel FARIAS, GOMES, SOARES e ARAÚJO, 2006. 2ª Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GORDILHO SOUZA, Ângela. **Limites do habitar**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. 2ª ed. Salvador: EdUFBA, 2008.

Pacto Pela Vida. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.pactopelavida.ba.gov.br/>> Acesso em: 06/06/2016.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo. Brasil, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso: 21/10/2016

Jornal A Tarde, Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1730988-protesto-marca-enterro-de-mulher-morta-em-acao-da-pm>> Acesso em: 18/06/2016.

NORONHA, Ceci Vilar; MACHADO, Eduardo Paes; CARDOSO, Fátima. No olho do furacão: brutalidade policial, preconceito racial e controle da violência em Salvador. In: **Revista Afro Ásia**, v.19, n.20. 1997, p. 201-226.

MALAGUTI, Vera Batista. O alemão é muito mais complexo, 2011. Disponível em: <http://gajop.org.br/justicacidade/wpcontent/uploads/O-Alem%C3%A3o-%C3%A9-muito-mais-complexo.pdf>. Acesso: 18/09/2016.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Quando o campo é a cidade**: fazendo antropologia na metrópole. In: Magnani, José Guilherme C. & Torres, Lilian de Lucca (Orgs.) Na Metrópole - Textos de Antropologia Urbana. São Paulo: EdUSP, 1996, p. 1-30.

MARÉS, Carlos Frederico. **A Função Social da Terra**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 2003.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: Traversées, diásporas, modernités, Raisons Politiques, nº 21, 2006, pp. 29-60. Presses de Sciences Po. Editorial Melusina, S. L.

MBEMBE, Achille. **A universalidade de Frantz Fanon**. Disponível em: <<http://www.artafrica.info>>. Acesso em: 30/02/2016.

MILLS, Charles. **The Racial Contract**. New York: Cornell University, 1997

MISSE, Michel. In: Crime, Sujeito e Sujeição Criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. São Paulo: Lua Nova, v. 79:15 p. 15-38, 2010.

MONTANHA, Juliana. Correio 24 Horas, 31/10/2016. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/24h/noticia/familia-de-jovem-morto-em-santa-cruz-contradiz-versao-da-policia/?cHash=1a084a885a9680b20bdaa6259c3d3a53>>. Acesso em: 31/10/2016.

MOORE, Carlos. **Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para a compreensão do Racismo na História**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. 2ªed. Petrópolis: Vozes, 2006.

MUNIZ, Tailane. Correio 24 Horas, 31/10/2016. Disponível em: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/mataram-e-sairam-arrastando-como-se-fosse-um-lixo-diz-tio-de-jovem-morto-em-santa-cruz/?cHash=c415c39ed2013595ea6dc508c61aeef6>>. Acesso em 31/10/2016

Nordeste Eu Sou, Salvador, 21/07/2016. Disponível em: <<http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/452-santa>>. Acesso em: 25/09/2016.

Nordeste Eu Sou, Salvador, 02/12/2015. Disponível em: <<http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/54-dia-de-violencia-e-protestos-no-nordeste-de-amaralinahttp://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/569-saude>>. Acesso em: 18/06/2016.

Nordeste Eu Sou, Salvador, 26/12/2015. Disponível em: <<http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/85-a-morte-do-garoto-joel-completa-cinco-anos>>. Acesso em: 18/06/2016

Nordeste Eu Sou, Salvador, 04/12/2015. Disponível em: <<http://www.nordesteusou.com.br/noticias/item/57-ato-de-protesto-por-paz-e-respeito>>. Acesso em > 05/07/2016.

NEDER, Gizlene. Cidade, identidade e exclusão social. In: **Revista Tempo**, vol 2, nº3. 1997.

NEVES, Laert Pedreira e BRASILEIRO, João Cipriano. **Nordeste de Amaralina: estudos dos problemas físicos ambientais**. Salvador, UFBA/ Fundação Rockefeller, 1974.

OLIVEIRA, Ney dos Santos. **Direito das/dos negras/os: distribuição racial, pobreza e moradia na região metropolitana do Rio de Janeiro**. In: Anais XXI Encontro e VI Congresso Arquisur . Salvador, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia), 2002.

OLIVEIRA, Nelson de; RIBEIRO, Lutz Mulert S. (org) ZANETTI, José Carlos (org). **A Outra Face da Moeda: Violência na Bahia**. CJP. Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Salvador, Salvador, 2000.

PINHO, Osmundo de Araújo. Lutas culturais: relações raciais, antropologia e política no Brasil. In: **Sociedade e Cultura**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 81-94.

_____, Osmundo de Araújo. A formação do vínculo raça e classe em Salvador. In: **Teoria e Pesquisa**, janeiro – julho de 2003, p. 161-197.

_____, Osmundo de Araújo. Uma experiência de etnografia crítica: raça, gênero e sexualidade na periferia do Rio de Janeiro. In: **Sociedade e Cultura**, v. 6, n. 1, jan./jun. 2003, p. 71-84.

_____, Osmundo de Araújo. Espaço, poder e relações raciais: o caso do centro histórico de Salvador. In: **Afro-Ásia**, n.21 - 22, (1998-1999), p.257-274

POLÍCIA MILITAR DA BAHIA – Departamento de Qualidade e Desenvolvimento Tecnológico/Serviço de Gestão da Qualidade. Projeto Polícia Cidadã – um referencial básico para gestão moderna de serviço de policiamento ostensivo. Salvador, 1999.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. In: **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n.16, jul-dez. 2006, p. 250-273.

RAMOS, Itaciane dos Santos; DIAS, Clímaco César Siqueira; SILVA, Maria Auxiliadora da. A segregação sócio espacial e os conflitos de uso do solo urbano em Salvador: o caso do Nordeste de Amaralina. XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana. UERJ. Rio de Janeiro. 18 a 22 de Novembro de 2013.

REIS, Vilma M. dos S. Atucaiados pelo Estado: as políticas de segurança pública implementadas nos bairros populares de Salvador e suas representações, 1991 – 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador: 2005.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SODRÉ, Muniz. **O terreiro e a cidade**: a forma social do negro-brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

SANTANA, Gilsely Bárbara Barreto. A foto cabe na moldura? A questão quilombola e a propriedade. 2008, 128 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pós-Graduação em Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SANTOS, C. A. A violência no contexto dos espaços vividos, percebidos e concebidos na cidade de Salvador: estudo de caso nos bairros da Pituba e Nordeste de Amaralina. Salvador, 2009. 138p. Dissertação (mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2009.

SANTOS, Milton, **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2013

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández e LUCIO, María Del Pilar Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso Editora, 2013.

SANTOS, Alexandre. Jornal A Tarde, 31/10/2016. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1812854-em-clima-de-revolta-jovem-morto-em-acao-policial-e-enterrado>>. Acesso em: 31/10/2016

SANTOS, GILVAN. Mulher Morre vítima de tiroteio no Nordeste de Amaralina. **Correio da Bahia**. Salvador, 01/12/2015. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/morre-mulher-vitima-de-tiroteio-no-nordeste-de-amaralina/?cHash=57a100922cf8ed358a0709d47bef2512>. Acessado em: 18/11/2016.

SANTOS, Hamilton Borges dos. RONDESP tão cruel e sanguinária quanto o Batalhão de Operações Especiais (BOPE). **Campanha Reaja ou será morto, reaja ou será morta**. Salvador, 31/01/2015. Disponível em: <http://reajanasruas.blogspot.com.br/2015/01/rondes-p-tao-cruel-e-sanguinaria-quanto.html>. Acesso:10/05/2016

SILVA, Lígia Maria Osório. **Terras Devolutas e Latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996.

SILVA, Luis Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v.19, n.1, jan-jun. 2004, p. 53-84.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar?. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TORRES, Jussara Oliveira e Sampaio, Vitória Régia M. Beiru. **Análise do Crescimento de um Bairro Periférico**. UFBA - Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Salvador, 1983.

Último Segundo, Brasil, 22/11/2010. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/crianca-morre-atingida-por-bala-perdida-em-casa-na-ba/n1237835104111.html>>. Acesso em: 21/06/2016.

TRAÇOS E LAÇOS – Memória da Região Nordeste de Amaralina. Secretaria do Trabalho, Assistência Social e Esporte, Programa Viva Nordeste, Hora da Criança, Projeto Unindo Talentos. Salvador, 2006.

VARGAS, João.H. C.. Apartheid Brasileiro: Raça e Segregação Residencial no Rio de Janeiro. In: **Revista de Antropologia**, USP, v.48 (1), 2005.

_____. A Diáspora Negra Como Genocídio: Brasil, Estados Unidos Ou Uma Geografia Supranacional Da Morte E Suas Alternativas. In: **Revista da ABPN**, v. 1, n. 2 – jul.-out. de 2010, p. 31-65.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: permanências e transformações (1549/1996). IN: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n.92, jan/dez, 1996, p.287-300.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2016**: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Juventude Viva. 2016.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. In: **São Paulo em perspectiva**, n.13, 1999.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Caracterização do jovem:

- 1) Nome:
- 2) Idade (anos completo):
- 3) Sexo:
- 4) Cor/Raça: Branca() Preta() Amarela() Parda () Indígena () Outros:
- 5) Estado Civil:
- 6) Tem Filhos?
- 7) Cidade onde nasceu:
- 8) Tempo de moradia no Bairro:
- 9) A família mora no bairro?
- 10) Há quanto tempo?
- 11) Escolaridade

Trajectoria profissional (12 a 17):

- 12) Situação de Trabalho:
- 13) Começou a trabalhar com quantos anos?
- 14) Trabalho formal ou informal?
- 15) Carteira assinada?
- 16) Já trabalhou antes de carteira assinada?
- 17) Há quanto tempo tem esse emprego?
- 18) Mora sozinho? (Casa própria?)
- 19) Filiação Partidária (Participa de algum movimento/coletivo/filiado ou simpatizante a algum partido?)
 - 19.1) Há quanto tempo faz parte deste partido/coletivo/movimento?
 - 19.2) Neste há problematização da questão racial?

Perguntas-Objeto:

20) Como você vê a atuação da polícia no bairro nesses seus ----- anos morando aqui?

20.1) (Se ele já se referir ao presente com a Base): E antes da chegada da BCS?

20.2) Como você analisa a chegada da BCS aqui no Nordeste de Amaralina?

20.3) O que mais mudou na sua rotina após a chegada da BCS?

21) Aliadas à BCS chegaram outras políticas?

22) Aqui no bairro, quais as autoridades públicas que são mais acessíveis a vocês?

23) Quais são os espaços (públicos) de lazer do bairro?

23.1) O que você faz para se divertir aqui no bairro? Quais são os espaços de lazer que você frequenta?

23.2) Você notou mudanças nestes espaços após a chegada da BCS?

23.2) Existiam espaços que não existem mais?

23.4) Existe maior controle destes após a chegada da BCS?

24) Como é a abordagem da polícia com a comunidade?

25) O que pra você mais mudou no bairro? (Uso, lazer, rotina de ir e vir pro trabalho, horários de circulação.)

26) Você viveu ou pode me narrar situações de violência protagonizadas pela polícia vividas por pessoas próximas?

27) Você acha que a cor da pele, a questão racial, tem influência nesta forma de atuação da polícia?

28) Tem mais alguma coisa da sua experiência/relação com a polícia da Base que atua no bairro que gostaria de falar?